

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMPUS ITAPINA



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo
Campus Itapina

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS ITAPINA

Colatina-ES
2025

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Adriana Piontkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS ITAPINA

DIRETOR-GERAL

Fabio Lyrio Santos

DIRETORA DE ENSINO

Marta Cristina Teixeira Leite

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Kapitsyki Barbieri

DIRETORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Larissa Haddad Souza Vieira

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

George Francisco Corona (Coordenador do Curso)

Marleide Pimentel Miranda Gava (Pedagoga)

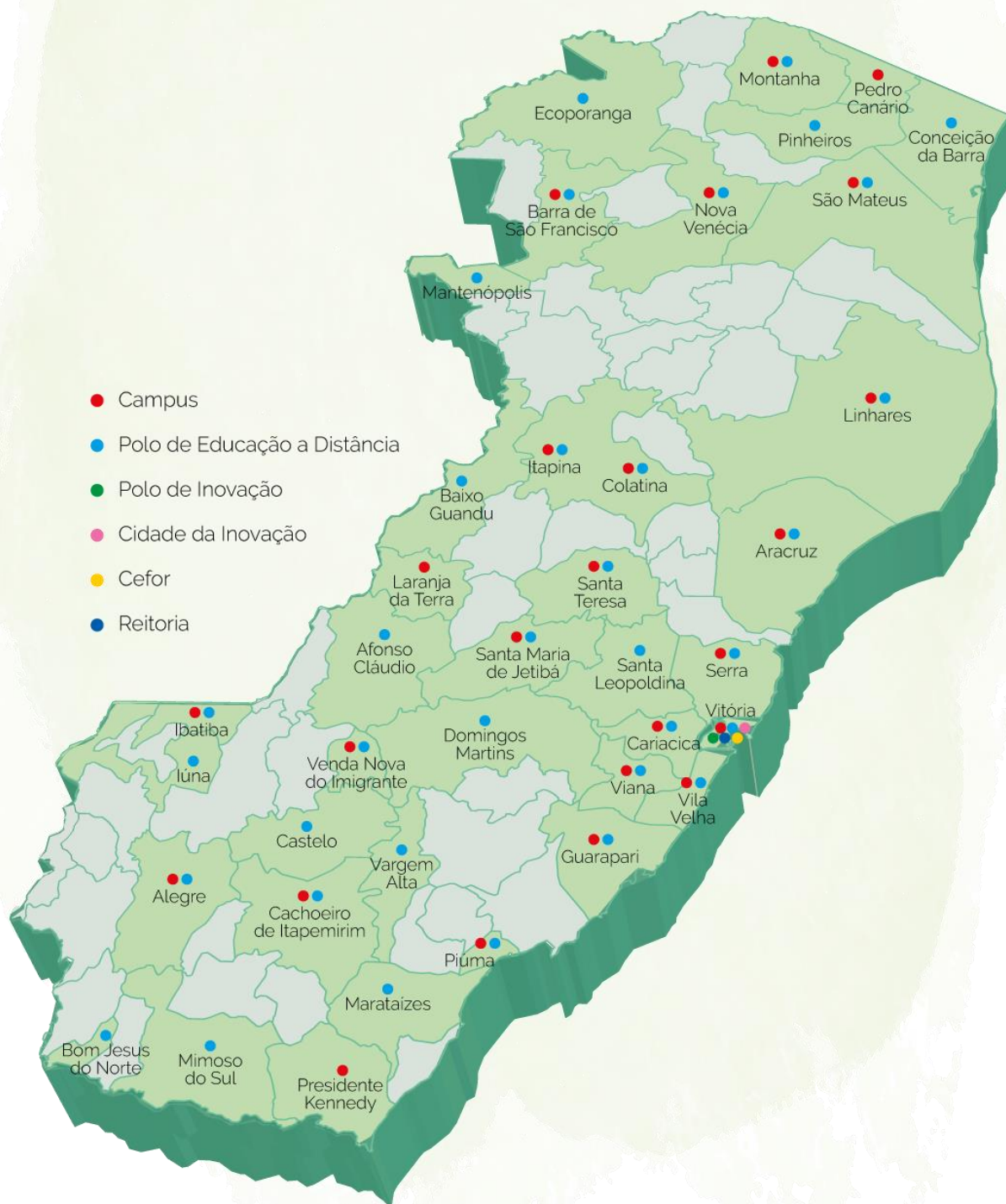
Claudia de Souza Nardoto

Flávia Nascimento Ribeiro

Katia Silene Zorthêa

Rosinei Ronconi Vieiras

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



1. APRESENTAÇÃO	9
1.1. Apresentação Geral	9
1.2. Apresentação do Curso	13
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
2.1. Denominação	17
Licenciatura em Pedagogia	17
2.2. Área de conhecimento ou Eixo Tecnológico	17
2.3. Grau	17
2.4. Modalidade	17
2.5. Diplomas e certificados	17
2.6. Turno de oferta	17
2.7. Periodicidade	17
2.8. Tipo de oferta	17
2.9. Número de vagas oferecidas	17
2.10. Periodicidade da oferta	17
2.11. Carga Horária Total	17
2.12. Formas de acesso	17
2.13. Local de oferta	18
2.14. Coordenador	18
2.15. Prazo de Integralização curricular em anos	18
2.16. Histórico de criação e reformulações do PPC	18
3. JUSTIFICATIVA	19
4. OBJETIVOS	23
4.1. Objetivo Geral	23

4.2. Objetivos específicos	23
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	27
6.1. Concepção	27
6.2. Metodologias	29
6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais	32
6.2.2. Perfil docente para atuar em disciplinas EaD	33
6.3. Estrutura Curricular	34
6.3.1. Matriz Curricular:	35
6.3.2. Representação gráfica/fluxograma	40
6.3.3. Composição curricular	41
6.3.4. Disciplinas Optativas	45
6.3.5. Ementário das disciplinas	46
6.3.6. Estágio Curricular Supervisionado	93
6.3.7. Atividades Acadêmicas de Extensão	95
6.3.8. Trabalho de Conclusão de Curso	95
6.3.9. Iniciação Científica	96
6.3.10. Extensão	96
7. AVALIAÇÃO	99
7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	99
7.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	100
7.3. Avaliação do curso	100
7.4. Plano de avaliação institucional	101
8. ATENDIMENTO AO DISCENTE	103
8.1. Política de Assistência Estudantil	103

8.2. Núcleos estruturados para o atendimento ao discente	104
8.2.1. O Núcleo de Relações Internacionais (NRI)	104
8.2.2. Incubadora do Ifes Campus Itapina	105
8.2.3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	106
8.2.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	109
8.2.5. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGENS)	111
8.2.6. Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA)	111
8.2.7. Núcleo de Arte e Cultura (NAC)	112
8.2.8. Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)	113
9. GESTÃO DO CURSO	114
10. CORPO DOCENTE	118
11. INFRAESTRUTURA	126
11.1. Áreas de ensino específicas	126
11.2. Áreas de estudo geral	126
11.3. Áreas de esportes e vivência	126
11.4. Áreas de atendimento discente	127
11.5. Áreas de apoio	127
11.6. Biblioteca	127
12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	131
12.1	125
12.2	125
12.3	125
12.4	125
12.5	125
12.5.1	125

12.5.2 125

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 132

ANEXOS 133Anexo I: Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado 133Anexo II: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso 138

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação Geral

O Instituto Federal do Espírito Santo, como instituição de excelência em educação profissional e tecnológica, iniciou suas atividades em 1909 por meio da oficialização da Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo. Essa instituição de ensino passou por diversas mudanças em sua trajetória, que incluem tanto alterações em sua estrutura física, administrativa e pedagógica, advindas das políticas educacionais estruturadas no âmbito do Governo Federal, quanto por perceber as mudanças pedagógicas necessárias para responder a novos desafios da relação ensino-aprendizagem. Tais alterações resultaram em novas identidades institucionais, a saber: Escola Técnica de Vitória – ETV (1942); Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES (1945); Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES (1999) e; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (2008).

Neste percurso de mais de um século, o Ifes desenvolveu expertise acadêmica na área da educação profissional e tecnológica e, em 2025, conta com 25 campi localizados em todas as microrregiões do Estado do Espírito Santo, um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e a Cidade da Inovação. Verticalizou a oferta do ensino em diversos níveis e atua desde a formação inicial de trabalhadores à pós-graduação, passando pelo ensino técnico de nível médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado. A verticalização do ensino propiciou a oferta de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, estruturados e articulados com as demandas provenientes dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

O Campus Itapina foi oficializado em 28 de abril de 1956, a partir de um acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Espírito Santo, datado de 15 de novembro de 1949, no qual se lançou o projeto de construção de uma Escola de Iniciação Agrícola na margem esquerda do Rio Doce, no Município de Colatina, onde seria ofertado o Curso de Iniciação Agrícola com duração de dois anos. O concluinte desse Curso receberia o diploma de Operário Agrícola. Na época, o Governo do Estado do Espírito Santo e a União firmaram parceria em que o Estado participava com 1/3 e o Governo Federal com 2/3 das verbas para a manutenção; e o funcionalismo da Escola de Iniciação Agrícola seria pago com verbas federais, sendo a mesma supervisionada pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), ligada ao Ministério da Agricultura. Em 20 de maio de 1955 a Escola passou a ser denominada Escola de Iniciação Agrícola de Colatina. O primeiro processo seletivo ocorreu em 20 de fevereiro de 1956 e as aulas iniciaram em 03 de março de 1956, com duas turmas, a primeira com o antigo Curso Primário (4ª série, preparatório para o curso de Iniciação Agrícola) e a segunda turma para o curso de Iniciação Agrícola (1º ano Ginásial, antiga 5ª série). Em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, as Escolas Agrícolas passaram a ser denominadas de Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (Colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola. Em 1962, encerrou-se o ciclo dos Cursos de Iniciação Agrícola com dois anos de duração, transformando-os em Cursos Ginásiais Agrícolas, com quatro anos de duração e equivalentes ao Curso Ginásial Formal, com a expedição de diploma de Mestre Agrícola. Em 13 de fevereiro de 1964, pelo Decreto nº 53.558, a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina passou a se chamar Ginásio Agrícola de Colatina (GAC). A década de 1970 marcou um período conturbado na história do Ginásio Agrícola de Colatina, pois os acordos firmados entre a União e o Estado do Espírito Santo prescreveram, e ambos divergiam sobre quem deveria ser o mantenedor do então Ginásio Agrícola de Colatina. Para agravar a situação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71 praticamente extinguiu os cursos profissionalizantes seriados em nível de 2º grau. Aparentemente, o Ginásio Agrícola de Colatina estava com seus dias contados. Porém, a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (MEC), resolveu o impasse entre a União e o Estado do Espírito Santo. O Ginásio

Agrícola de Colatina passou a ser Colégio Agrícola de Colatina (CAC) para que fosse oferecido o ensino de 2º Grau, com o Curso Técnico em Agropecuária. Desta forma, o curso Ginásial Agrícola foi sendo extinto, gradativamente. Em 17 de dezembro de 1975, o Poder Executivo Estadual doou à União a área de terra destinada à Criação do Colégio Agrícola de Colatina. No início de 1978 foi realizado o primeiro Exame de Seleção para o curso Técnico em Agropecuária, com 120 vagas, tendo a primeira formatura de turma ocorrida em dezembro de 1980, com alunos recebendo o título de Técnico em Agropecuária. A partir do Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05 de setembro de 1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Colatina (CAC) para Escola Agrotécnica Federal de Colatina (EAFCOL). A Escola Agrotécnica Federal de Colatina constituía-se em uma Autarquia instituída pela Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do Art. 20, Anexo I do Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica. No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina atravessou mais um período de mudanças. Por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU no dia 30/12/2008, o Governo Federal Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, surgiu o Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa.

Dentre os campi do Ifes, o Campus Itapina se destaca por sua reconhecida trajetória institucional, promovendo a educação, pesquisa e extensão, com um trabalho voltado para a garantia de uma educação comprometida com as realidades locais, com atuação especializada principalmente em ciências agrárias. Está localizado no município de Colatina, no noroeste capixaba, e oferta cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, promovendo tanto a formação humana integral quanto a profissionalização para o mundo do trabalho, considerando sempre o contexto profissional demandado.

O Ifes assume e defende uma educação que visa potencializar a formação emancipatória do ser humano, contemplando aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. O objetivo é formar os licenciandos para a transformação das condições naturais e sociais da vida, ampliando suas capacidades, potencialidades e sentidos humanos (PDI IFES, 2024/2-2029/1). A concepção de "mundo do trabalho" abrange um conjunto de fatores, incluindo a atividade humana de trabalho, o ambiente em que ocorre essa atividade, as prescrições e normas que regulam as relações laborais, os produtos resultantes, os discursos intercambiados nesse processo, bem como as técnicas e tecnologias que facilitam e embasam o desenvolvimento dessa atividade. Além disso, também considera as culturas, identidades, subjetividades e relações de comunicação formadas em um processo dialético e dinâmico de atividade (FRIGARO, 2008), apresentando-se, então, mais adequada a uma formação que tem o trabalho como princípio formativo.

O Campus Itapina coloca-se à disposição de toda a comunidade, seja para o ingresso nos cursos ofertados, seja para a realização de eventos e parcerias entre comunidade e instituição. Conta com uma equipe de profissionais docentes e técnicos administrativos preocupados em desenvolver um trabalho de qualidade, a fim de dinamizar os seguintes cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Zootecnia Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Agrícolas e Bacharelado em Medicina Veterinária, sendo este último curso ofertado a partir de 2025/1.



Figura 1 - Vista aérea de parte do Campus Itapina. Fonte: Ifes, Campus Itapina (2018)

De acordo com informações obtidas em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Colatina> (acesso em 16 de dezembro de 2024):

“Colatina é um município brasileiro no interior do estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do país, com uma população estimada de 119.992 habitantes, sendo assim o nono município mais populoso do estado. É uma das principais cidades do interior capixaba e sua influência abrange também municípios do leste mineiro.

Como resultado de sua economia diversificada, com bom equilíbrio entre os três setores produtivos - primário, secundário e terciário, bem como a presença de um parque educacional considerável e satisfatórios serviços na atenção básica e avançada à saúde, o município posiciona-se em 5º no ranking dos maiores IDHs do Espírito Santo, apresentando índice correspondente a 0,746, sendo este considerado alto para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Colatina ocupa a 628ª posição, no que tange ao mesmo item.

A evolução de sua mancha urbana deu-se, inicialmente, a partir da margem sul do Rio Doce. Nos dias atuais nota-se equilíbrio entre ambas as partes. Estas são ligadas por meio de duas pontes e uma terceira ponte está sendo planejada para ser construída em breve. Colatina é carinhosamente conhecida como “Princesa do Norte Capixaba”, em virtude do papel de destaque que ocupou na economia capixaba nos idos dos anos 50 e 60, especialmente.

Em 2020, possuía um Produto Interno Bruto estimado em R\$ 3.819.219,00, sendo o 290º município de maior PIB do país.

[...] A ocupação das áreas do município de Colatina tem relação com a lógica da reprodução da expansão da lavoura cafeeira para as terras de rarefeita ocupação vizinhas ou ao norte do Rio Doce. Colaboraram, também, em tal processo a pouca disponibilidade de terras agricultáveis na região Centro-serrana do Espírito Santo, que privava muitas famílias da tradição da herança. Isso tornou imperiosa a posse de novas terras.

Tal movimento foi potencializado pela primeira estação da Estrada de Ferro Diamantina, hoje conhecida como Estrada de Ferro Vitória a Minas, em Colatina, e com a comunicação direta com Vitória efetivada, em virtude da construção da primeira ponte sobre o Rio Doce em solo capixaba, inaugurada em 1928. O eixo logístico formado pela conjugação da ponte com a EFVM determinou uma centralidade no que tange ao norte do Espírito Santo e áreas dos estados vizinhos (leste de MG e sul da Bahia) que até nos dias atuais rende, à Colatina, a liderança em oferta de serviços de educação, saúde e comércio varejista.

[...] A economia de Colatina baseava-se, num primeiro momento, na exploração predatória de madeiras nobres da Mata Atlântica, como o jacarandá e a peroba. Os espaços resultantes foram preenchidos com uma agricultura baseada na monocultura do café arábica e na pecuária de corte.

Nos anos 60, o café arábica foi substituído pelo tipo "robusta" (café conillon), mais adaptado às condições climáticas locais. No período compreendido entre o final da década de 1950 e início da de 1970, a região foi a principal produtora mundial deste tipo de café, que é usado no "blend" dos cafés produzidos comercialmente.

Na época, Colatina era o município mais extenso do Espírito Santo, bem como o mais populoso, com 156.495 habitantes, em 1957. Mais de 30 linhas de ônibus já ligavam a sede municipal aos distritos mais distantes, a outros municípios e à Capital do estado. Àquela época, Colatina, juntamente com outros quatro municípios, classificou-se como município de maior progresso no Brasil, num concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e a revista "O Cruzeiro".

O café ainda é importante, com destaque também para a indústria, como é o caso do Café Meridiano, mas seu papel de protagonista na economia local foi substituído, ainda nos anos 70, pela indústria de confecções e outros projetos industriais, sendo que a indústria de confecções tornou-se um importante vetor de desenvolvimento, existindo na região muitas fábricas, inclusive com parte da produção voltada para o mercado externo.

[...] Possui uma rede de ensino fundamental e médio, com oferta de cursos técnicos, bem como faculdades reconhecidas regionalmente. Está preparada para entrar em um novo ciclo de crescimento, com o anúncio de implantação de novas plantas industriais. Possui um Centro Universitário (UNESC) que por muito tempo foi o único do interior estado a possuir um curso de Medicina, atraindo um grande número de universitários para a cidade. Além do UNESC, Colatina possui o UNICB (Centro Universitário Castelo Branco), situado no bairro Maria das Graças. Além das faculdades particulares, Colatina possui dois campi do IFES (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo). Um campus fica localizado na sede do município, no bairro Santa Margarida, e outro no distrito de Itapina, às margens da BR 259, no km 70 [...].

1.2. Apresentação do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) Campus Itapina, encontra-se fundamentado nas bases legais dos princípios norteadores explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, no conjunto de normas legais, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Superior no Brasil, tendo por base a Resolução CNE/CP nº. 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), e a Portaria do MEC nº. 2.117/2019, atualizado pela Portaria do MEC nº378/2025, assim como a Portaria MEC nº 506/2025 e nº 381/2025, que regulamenta o decreto nº 12.456/2025, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. São também considerados os Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a Distância (BRASIL, 2025). Também foram considerados o Decreto da Presidência da República nº 5.626/2005, sobre a inclusão de Libras no currículo, a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

Além das normatizações nacionais, o Projeto segue as regulamentações do Ifes, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Resolução Consup Ifes nº 1/2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes, a Resolução Consup Ifes nº 38/2021, que regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes e a Resolução Consup Ifes nº 215/2023, que normatiza a oferta de carga horária à distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes. Foram considerados, também, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação do Ifes.

Este Projeto retrata a filosofia institucional, conforme previsto no PDI Ifes 2024-2029, especialmente no que se refere à promoção da “integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”, de modo que a oferta formativa seja “em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal [...] estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica”, mantendo-se “como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino”.

Tendo por base o § 2º do Art. 1º da Resolução CNE/CP nº. 4/2024, a formação inicial em nível superior dos profissionais do magistério da educação escolar básica é organizada:

“[...] em regime de colaboração com os entes federativos nos respectivos sistemas de ensino, de forma a contribuir para o atendimento das especificidades de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica, observando as normas definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE para cada uma delas, nos termos do art. 62, §1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”.

Os licenciandos recebem formação profissional a fim de aprenderem a lidar com o processo educacional e a práxis educativa tendo em vista que a educação é um “fenômeno móvel, histórico, inconcluso, que não pode ser captado na sua integralidade, senão na sua dialeticidade” (PIMENTA, 1998, p.53).

Nessa perspectiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia instrumentaliza para a ação didática concomitantemente ao estudo desta ação. Existe uma interdependência determinada pela mediação dos sujeitos que, por sua vez, são agentes de revelação das condições sociais existentes, são os determinantes dos critérios da ação-reflexão-ação, como pensado e proposto por Freire, que enfatiza o ensinar não como transferir conhecimento, mas como uma forma de “criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 25).

Para Freire (2013, p. 52), um dos sentidos da práxis é “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Trata-se de uma forma de investigar o pensamento dos homens referido à realidade, de modo a “investigar seu atuar sobre a realidade, que é a sua práxis” (Freire, 2013, p. 136), percebendo-se a práxis como “fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 2013, p. 127), por ser verdadeiramente transformadora da realidade.

O Curso procura estabelecer uma articulação entre o ambiente escolar e a realidade social imediata, organizando, de forma crítica, os processos de ensino e aprendizagem em consonância com as demandas da profissão e do mundo do trabalho. Este foi, inclusive, o contexto para a criação do Curso, em 2014: o atendimento à demanda urgente de formação docente para atuação em escolas do campo no norte e noroeste do Estado do Espírito Santo. Por isto, o Projeto Pedagógico do Curso enfatizava e continua destacando a necessidade e importância de se formar profissionais da educação que queiram e estejam aptos para atuarem em escolas rurais.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, que poderá ser prorrogado para até 2028, define como uma de suas metas garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Destacamos que o Ifes é uma instituição que potencializa a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Por isto, manter este Curso é muito importante para o desenvolvimento da educação em âmbito regional, considerando-se que o Campus Itapina é a única instituição pública que oferta a Licenciatura em Pedagogia na região noroeste do Estado do Espírito Santo.

É necessário pensar a reformulação deste Projeto, com base nas mudanças observadas na legislação educacional brasileira e nas demandas percebidas, cultural e socialmente, para a formação dos profissionais do magistério da educação básica, especialmente após a pandemia da COVID-19, que trouxe novos olhares e rumos para a sociedade, em âmbito mundial. A educação formal foi altamente impactada e, como citado por Dias e Pinto (2020), em meio ao caos vivenciado, no que se refere ao isolamento social, ao uso de máscaras e ao aguardo de novas vacinas contra o vírus, foram gestadas outras formas de relacionamento social, teletrabalho, ensino remoto, uso de ambientes virtuais de aprendizagem formal, num contexto de alta complexidade, pois “a ansiedade, a depressão e o estresse, que já eram sintomas da sociedade do século XXI, aumentaram durante a pandemia” (Dias; Pinto, 2020). Como era de se esperar, a atuação docente também teve de ser repensada. Atividades e modalidades que até então eram pouco ou quase nunca utilizadas passaram a ser importantes para o trabalho didático-pedagógico, no ambiente escolar, em relação ao uso de ferramentas tecnológicas educacionais.

Numa rápida retrospectiva, pensando sobre o uso das tecnologias no cenário educacional brasileiro e tomando por base as contribuições de Gonçalves e Faria Filho (2021), tivemos, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, uma clara intenção de expandir a escolarização entre o *povo* e, para isso, foram adotados recursos tecnológicos como bancos, quadros, sinetas, etc., para organização das classes, em substituição ao ensino individualizado, exclusivo da considerada *elite* social, na época. Durante o século XIX e ao longo do século XX, houve a inclusão do quadro negro e do cinema na escola, assim como do rádio e da televisão, até chegar ao computador, que seria a salvação da

escola, retirando-a de seu *ostracismo tecnológico*. Ao final do século XX, foram feitas discussões sobre a “necessidade de incorporação dos computadores e das tecnologias da informação no cotidiano escolar”, novamente como uma maneira de salvar a escola e, até, de “banir do seu cotidiano os (as) obsoletos(as) professores(as), avessos(as) às mudanças e ao novo” (Gonçalves; Faria Filho, 2021, p. 02).

Ainda segundo estes autores, ao apropriar-se da tecnologia da informática a escola deve entender que esta tecnologia também é uma produção social e, desta forma, precisará ocupar este espaço, com o objetivo de socializar o saber produzido:

“[...] o que os estudos e a experiência de muitos de nós demonstram é que, apesar de sua onipresença imagética no interior da escola, o computador, durante décadas, não foi uma realidade fática, muito menos impactou fortemente a dinâmica do ensino, tampouco tornou obsoletas as tecnologias escolares inventadas nos séculos ou décadas anteriores. O quadro negro, o giz e o livro didático para o (a) professor (a), assim como o caderno, o lápis e o mesmo livro para os(as) alunos(as) constituíram os materiais mais disponíveis e manuseados no mundo da escola.

Do mesmo modo, apesar da emergência de tecnologias que permitem a reprodução acelerada e em grande quantidade de materiais escolares, como impressoras a *laser* ou fotocopiadoras, demorou décadas para que tais tecnologias tomassem o lugar daquelas de reprodução mecânica de larga e longa tradição escolar, como os mimeógrafos, quando não a simples cópia realizada por alunos(as) e professores(as). Esse processo, como se pode observar no cotidiano, não é uma simples colonização da escola pelas tecnologias ou de uma negação dessas por aquela. Como a realidade do mundo todo vem demonstrando, sobretudo nestes tempos pandêmicos em que vivemos, trata-se de um complexo conjunto de dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas, que, atravessando as dimensões educativas e pedagógicas do universo escolar, criam possibilidades e limites para uma relação produtiva e crítica entre escola e as tecnologias.

Ainda que não seja preciso lembrar que toda tecnologia é, necessariamente, educativa – já que envolve os corpos e as mentes humanas, faz a mediação de nossas relações com o mundo e constitui conjunto expressivo de relações –, não podemos esquecer que as tecnologias não são neutras e que os processos educativos que elas põem em marcha são orientados pelo jogo de força dos sujeitos individuais e coletivos atuantes no mundo social, jogo esse no qual as forças democráticas, nas últimas décadas, não têm sido propriamente as vencedoras! As potências educativas das tecnologias são muitas, quase infinitas, mas o controle da direção em que tal processo formativo se dá está, hoje, nas mãos de um número limitado de corporações internacionais, sobre as quais os sujeitos da educação escolar e mesmo os Estados Nacionais têm pouco ou nenhum controle.

Nesse contexto, a exacerbação do papel educativo das tecnologias, por um lado, e a redução do direito à educação em direito à escolarização, por outro, podem ser um desserviço à causa democrática e uma subvalorização dos potenciais educativos democráticos dos movimentos e coletivos sociais. Como sabemos, hoje, mais do que nunca, ainda que a escola seja uma instituição de fundamental importância para o governo da população, a sua frequência pelas novas gerações não é suficiente para a constituição de sujeitos democráticos, críticos, criativos, empáticos e cuidadosos consigo, com os outros e com o mundo.

É preciso, sim, disputar a escola. Contudo, ao mesmo tempo, é fundamental defender uma concepção de educação que ultrapasse os muros da escola e se realize no cinema, na televisão, na Internet, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos partidos políticos e nos mais variados coletivos sociais. Tal educação, assim como a escola, não é, *per se*, democrática. Todavia, não é

fechando os olhos para ela e, menos ainda, desprezando-a que ela terá menos impacto na formação dos sujeitos e, portanto, nos rumos que tomarão as sociedades humanas e as vidas no planeta nas próximas décadas. Disputá-la é, portanto, um imperativo ético de cuidado com as vidas humanas e não humanas que habitam a Terra [...]”. (Gonçalves; Faria Filho, 2021, p. 11-12).

A reformulação deste Projeto, a partir das reflexões acima descritas e de outras situações percebidas no decorrer do tempo de oferta do Curso, trouxe à tona a demanda por utilizarmos a carga horária à distância, conforme previsto na Res. Consup nº. 215/2023, que normatiza esta oferta para cursos presenciais de graduação do Ifes, com a utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Ifes (Moodle). Considerando que o Campus Itapina está localizado em área rural, afastado do centro da cidade, e que atende a trabalhadores que estudam no turno noturno, após o trabalho, e poderão ter outros tempos para estudos à distância, devidamente orientados pelos docentes do Curso, esta ação otimizará esses tempos e ampliará os espaços educativos, para além da sala de aula e da própria escola. É notório que a situação do aluno trabalhador precisa ser considerada na organização dos tempos e espaços de formação escolar. Portanto, esta ação possibilitará que os licenciandos usem melhor o tempo que utilizariam, com o deslocamento de suas casas até o Campus e vice-versa, em todos os dias úteis da semana, para que tenham condições de estudarem em suas casas em dois destes dias, tendo assegurado o devido atendimento à distância, conforme previsto nos dispositivos legais específicos para esta oferta.

Esta reformulação contou com a participação dos docentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso, representantes da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e do Colegiado do Curso e representante da Coordenadoria da Biblioteca do Campus Itapina. Foram consultados o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC) e a Direção de Pesquisa e Extensão do Campus Itapina, para que pudessem contribuir com os itens de suas respectivas competências.

Este documento explicita as abordagens do curso, os estudos a serem realizados, os fundamentos teórico-metodológicos a serem aplicados e também as políticas de avaliação e aprimoramento do Projeto, oportunizando a formação de um profissional consciente da importância de seu posicionamento diante das situações-problema que enfrentará, tendo como princípio a criticidade, humanidade e sustentabilidade, buscando o desenvolvimento de uma sociedade ética. Propõe-se uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, no trabalho de temáticas da atualidade, sempre voltadas para a resolução de problemas de relevância social, que são importantes para a formação profissional do licenciado.

A proposta é aprimorar a verticalização do ensino ampliando sua qualidade, tendo em vista a excelência na educação em todos os níveis ofertados pelo IFES que, como instituto multicampi, busca aprimorar o sistema de trabalho em rede, o que possibilitará a servidores e alunos do Instituto uma mobilidade ainda maior, bem como o acesso a novas possibilidades e experiências de construção do conhecimento.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Denominação

Licenciatura em Pedagogia

2.2. Área de conhecimento ou Eixo Tecnológico

Educação

2.3. Grau

Licenciatura

2.4. Modalidade

Presencial

2.5. Diplomas e certificados

Licenciado em Pedagogia

2.6. Turno de oferta

Noturno

2.7. Periodicidade

Semestral

2.8. Tipo de oferta

Crédito

2.9. Número de vagas oferecidas

40

2.10. Periodicidade da oferta

Anual

2.11. Carga Horária Total

3.200 horas

2.12. Formas de acesso

a) 50% (cinquenta por cento) das vagas do Curso destinados aos inscritos por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo MEC, para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), com turmas ingressantes no primeiro semestre letivo de cada ano.

Os alunos serão admitidos através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do primeiro semestre letivo de cada ano. O Sisu, criado pelo Governo Federal em parceria com o MEC, seleciona os alunos através de suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando a média obtida nesta prova como a única etapa deste processo seletivo.

b) 50% (cinquenta por cento) das vagas do Curso destinados aos inscritos por meio de vestibular interno, gerenciado pela equipe do Campus, de acordo com orientações da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) do Ifes.

c) Por meio de editais de transferência/novo curso de cursos publicados pelo Ifes a cada semestre.

Além disso, há a possibilidade de ingresso por mudança de curso, transferência e novo curso, conforme os procedimentos previstos em edital e no Regulamento de Organização Didática dos Cursos de Graduação.

Outras modalidades de admissão poderão ser estabelecidas desde que tenham regulamentos próprios, elaborados pela Comissão de Processo Seletivo e aprovados pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

2.13. Local de oferta

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina. Rodovia BR 259, km 70, Caixa Postal 256, Zona Rural, Colatina-ES. CEP: 29717-000

2.14. Coordenador

Coordenador: George Francisco Corona

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes (2023). Tem Mestrado em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória - FUV (2014). Graduado em Filosofia pela Faculdade São Luiz - FSL (2007). Tem Especialização em Metodologia do Ensino Religioso pela Uninter (2010). Atua como Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia e preside o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFES Campus Itapina, desde abril de 2023. É docente efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES campus Itapina desde 2016, onde leciona nos cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Agrícolas e no Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio. Atua como docente no ensino superior há 12 anos. Lecionou em cursos de licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Administração e Bacharelado em Ciências Contábeis, sempre nas áreas de Filosofia, Educação e Metodologia de Pesquisa. Foi Professor Orientador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Oratória, Transversalidade e Didática da Fala da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 2018. Participou como membro de bancas de pós-graduação *strictu sensu* em nível de Mestrado, no Ifes campus Vitória, em 2024. Trabalha com práticas de extensão nos campi da Universidade Federal do Espírito Santo, nas escolas estaduais e municipais do Espírito Santo, com formação de professores e equipes gestoras, utilizando os resultados da pesquisa realizada no doutorado sobre “Violências nas Escolas”, desde 2023. Tem experiência na área das Ciências Humanas nos temas de Educação, Violências na Escola, Cultura de Paz, Não-violência, Escola e Família, Filosofia e Religiões.

2.15. Prazo de Integralização curricular em anos

Mínimo: 4 anos

Máximo: 8 anos

2.16. Histórico de criação e reformulações do PPC

Criação ou reformulação	Criação do PPC
Criação	Resolução Consup IFES nº 55/2014, de 15 de dezembro de 2014 – 2015/1
Reformulação	2025/1

3. JUSTIFICATIVA

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia fundamenta-se no fato de que o contexto socioeconômico regional favorece a manutenção do Curso "em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais" (BRASIL, 2008, Art. 6º, IV), a fim de contribuir com o desenvolvimento do espaço onde o curso está inserido e atender à legislação de criação dos institutos federais, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão, bem como orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. Tem como linha mestra o fortalecimento e a ampliação da experiência do licenciando com o método científico, o estímulo à pesquisa e à vivência profissional, com a otimização dos diversos ambientes e das áreas de conhecimento do Campus Itapina e dos demais Campi do Ifes, a fim de proporcionar uma formação de qualidade.

Está em conformidade com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes (2024/2 a 2029/1), aprovado pela Resolução Consup/Ifes nº 254/2024, tendo em vista o seguinte:

“[...] A proposta curricular do Ifes não se limita às ofertas da formação puramente acadêmica, pautando-se numa construção formativa que busque a perspectiva da transversalidade. Na sua arquitetura curricular, está assegurada a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico, diverso em seu interior, a integração dos diferentes níveis de educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino.

Nessa proposta, agregam-se à formação acadêmica a preparação para o trabalho e uma educação profissional e tecnológica contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida [...]”

Conforme previsto no Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que regulamenta a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura):

“[...] As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício das funções de magistério na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância, Educação Escolar Quilombola e Educação Bilíngue de Surdos), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger mais de um campo específico e/ou interdisciplinar”.

Considerando-se que o conhecimento real se produz na pluralidade, busca-se formar profissionais aptos a promoverem uma construção do saber arraigada nas especificidades identitárias, em profundo diálogo com os saberes locais e globais, podendo atuar em uma escola localizada no meio urbano ou rural, também entre italianos, alemães, pomeranos, quilombolas ou indígenas, de modo a promover conhecimento cultural, social, político e intelectual, promovendo a inclusão para a transformação social a partir de uma nova leitura de mundo.

Norteiam o Curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme previsto no Art. 5º da Res. CNE/CP nº 4/2024, os seguintes princípios, no que tange à Formação de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica:

I - a garantia da oferta de formação de profissionais do magistério para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso público de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas, sociais e técnicas sólidas e em consonância com as diretrizes dos documentos nacionais e marcos normativos de orientação curricular específicos de cada etapa e de cada modalidade;

II - a colaboração constante entre os entes federativos, suas escolas e seus sistemas de ensino e destes com as IES que formam professores na consecução dos objetivos da política nacional de educação, sob articulação e coordenação do Ministério da Educação - MEC;

III - a garantia de parâmetros de qualidade dos programas e cursos destinados à formação dos profissionais do magistério, orientados para assegurar o adequado desenvolvimento das capacidades profissionais definidas no perfil do egresso e a socialização inicial na profissão, à luz dos fundamentos e princípios definidos nesta Resolução;

IV - a articulação indissociável entre a teoria e a prática no processo de formação dos profissionais do magistério, fundamentada no exercício crítico e contextualizado das capacidades profissionais, a partir da mobilização de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos, assegurados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pela inserção dos licenciandos nas instituições de Educação Básica, espaço privilegiado da práxis docente;

V – o reconhecimento das instituições de Educação Básica como instituições formadoras indispensáveis à formação do licenciando e de seus profissionais como agentes fundamentais no processo de socialização profissional;

VI - o reconhecimento, por parte dos licenciandos, dos múltiplos contextos e formas de exercício do magistério na Educação Básica;

VII - a existência de um projeto formativo nas IES estruturado a partir de bases teórico-epistemológicas, estéticas, ético-políticas, metodológicas e técnico-pedagógicas com caráter transformador, emancipador e humanizador e que reflita a especificidade e a multidimensionalidade da formação dos profissionais do magistério da educação escolar básica, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso e na permanência dos licenciandos nos programas e cursos de formação inicial de profissionais do magistério, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, de gênero e de qualquer outra natureza;

IX - a compreensão de que profissionais do magistério da educação escolar básica são agentes motivadores e impulsionadores de formação e transformação das identidades, sociabilidades e dos repertórios culturais dos seus estudantes e o reconhecimento desta relevância nos PPCs das licenciaturas, prevendo estratégias de ampliação, e diversificação do acesso dos licenciandos às informações, vivências e experiências culturais diversificadas;

X - o compromisso de que a formação dos profissionais do magistério busque contribuir para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, laica, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

XI - educação para a construção de um mundo sustentável, abordando questões que ameaçam o futuro, tais como, a pobreza, o consumo predatório, a deterioração urbana, o conflito violento e a violação dos direitos humanos, sempre respeitando a pluralidade e a diversidade cultural;

XII - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Diante do cenário educacional que tem se apresentado, e tendo por base os inúmeros trabalhos científicos e medidores da qualidade do ensino e aprendizagem implantados e aplicados pelo Ministério da Educação, constata-se que há uma deficiência marcante e crescente nos resultados obtidos por alunos dos diferentes níveis de ensino. É fundamental priorizar a base educacional, a partir da Educação Infantil, mas também o Ensino Fundamental e Médio, com políticas governamentais que invistam no setor educacional, considerando a pluralidade dos alunos e dos locais as serem atendidos. Foerste (2012), quando discorre sobre as bases educacionais de Povos e Comunidades Tradicionais, afirma:

“[...] O trabalho colaborativo interinstitucional entre movimentos sociais, secretarias de educação, universidade etc., possibilita identificar povos, territórios tradicionais camponeses e saberes da terra que impulsionam a construção coletiva de educação diferenciada, que parte do pressuposto de práticas agroecológicas e de sustentabilidade, com vistas à superação de dicotomias como homem *versus* terra, progresso *versus* vida, educação *versus* culturas/identidades. Parcerias na formação de professores e no processo de produção de conhecimentos educacionais confirmam o que mostra Williams (1969; 1989 e 1992), quando problematiza que as culturas emancipatórias resultam de experiências históricas concretas de pessoas e/ou grupos sociais em seus respectivos territórios nas suas lutas coletivas para garantir direitos sociais negados na sociedade de classes” (Foerste, 2012, XVI ENDIPE).

O Curso oportuniza aos licenciandos uma formação (matriz curricular e situações práticas) sólida e com conhecimento da dinâmica das múltiplas realidades educacionais nas quais poderão vir a atuar, dos sistemas de ensino e da escola enquanto realidades concretas de um contexto histórico, social e cultural, capazes de buscar alternativas frente às diferentes situações da prática educativa em suas diversas modalidades, investigando e produzindo conhecimentos sobre o meio em que estarão inseridos e as finalidades da educação naquele contexto específico, bem como sobre os processos relacionados à formação humana.

No cenário nacional, discussões acumuladas, até o momento, apontam para a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico que leve em consideração características próprias dos contextos locais, diretamente relacionadas às identidades e culturas. Encontram-se importantes disposições legais que se referem à diversidade de territórios e comunidades produtivas em áreas de pequena extensão que organizam o processo produtivo a partir de características muito próprias. Este é o caso, por exemplo, dos povos tradicionais das florestas (extrativistas da Amazônia), povos ribeirinhos, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades pomeranas, etc. (Foerste, 2012, XVI ENDIPE).

Complementando essas citações, Caliri (2013) aponta os assentados, acampados, meeiros, diaristas, tarefeiros, pescadores artesanais, garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, arrendatários, extrativistas do Cerrado, moradores de áreas de fundo de pasto, chiquitanos, retireiros, caseiros, ocupantes, torãozeiros, geraizeiros, faxizeiros, vazanteiros, ciganos, piaçazeiros, pantaneiros, caçaras, quebradeiras de cocos, ervateiros e empossados como mantenedores e produtores de conhecimentos próprios e ricos. Esse mesmo autor afirma que os povos tradicionais camponeses são possuidores de lógicas e tessituras próprias em termos de concepções da produção, e que, embora

não tenham uma referência única comum de mercado, participam de redes sociais e familiares que lhes conferem características culturais e produtivas distintas. Traduzem, contextualizam, transcrevem e ressignificam seus espaços de ocupação e de inserção a partir de uma racionalidade própria e adequada. Esta constatação trouxe a este Projeto a perspectiva de uma formação mais específica para o trabalho com estas múltiplas realidades.

Além do amparo legal que prevê o atendimento da formação inicial em nível superior dos profissionais do magistério da educação escolar básica a perfis diversos, no cenário educacional, no Campus Itapina, historicamente são atendidas realidades agrárias e agrícolas, porque é um local de acesso mais facilitado aos alunos que vivem na zona rural, bem como se torna próximo o bastante para atender aos alunos da região urbana de Colatina, que visam uma formação deste nível.

O número de vagas do curso está adequado à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa. A oferta do Curso justifica-se, essencialmente, porque o Campus Itapina busca, além das ações de ensino regular e das atividades de pesquisa e de extensão, oportunizar a disseminação do conhecimento técnico e tecnológico nas camadas sociais menos favorecidas, integrando-se com a comunidade e contribuindo para o seu desenvolvimento, a fim de contribuir para o crescimento socioeconômico da comunidade em que está inserido.

Além disto, a formação dos profissionais do magistério da educação básica, no Estado do Espírito Santo, está sendo realizada, em sua grande maioria, por instituições de ensino superior pertencentes ao setor privado, considerando-se que apenas três são públicas. Foi feita uma análise do estudo de demanda realizado por meio do levantamento da relação candidato/vaga, no ano de 2024, para o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufes, Campus Goiabeiras (matutino e noturno), que enfatizou a necessidade da continuidade da oferta do curso no Campus Itapina, que foi o primeiro a ofertá-lo no âmbito do Ifes.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

- Formar professores para o exercício das funções de magistério na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância, Educação Escolar Quilombola e Educação Bilíngue de Surdos), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger mais de um campo específico e/ou interdisciplinar e; formar pedagogos para o exercício de atribuições na educação formal, no que se refere à atuação na área da gestão escolar.

4.2. Objetivos específicos

Preparar o licenciando para:

- Perceber-se como sujeito integral e em formação e o próprio fenômeno educativo, articulando as dimensões científica, estética, técnica e ético-política inerentes aos processos pedagógicos;
- Apropriar-se dos conhecimentos necessários ao exercício da docência, com a capacidade de participar de modo ativo e crítico nos processos de inovação educacional concernentes à profissão docente;

- Associar teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que atuará e vinculadas aos diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura, ao estágio curricular supervisionado e as atividades práticas de extensão;
- Compreender as múltiplas formas de desigualdade educacional que se manifestam nas escolas, redes e sistemas de ensino, associadas às dinâmicas macroestruturais da sociedade brasileira e apropriar-se de conhecimentos profissionais necessários ao seu enfrentamento;
- Exercitar o pensamento crítico, a resolução de problemas, o desenvolvimento da comunicação efetiva, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
- Reconhecer os diferentes ritmos, tempos e espaços do futuro aluno da educação escolar básica, considerando as dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica;
- Utilizar as ferramentas tecnológicas de forma a potencializar a sua aprendizagem e o conhecimento do vasto universo da informação digital;
- Refletir criticamente sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
- Refletir sobre a educação inclusiva e vivenciá-la, por meio do respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, etária, entre outras;
- Saber a importância de serem utilizados diferentes espaços de aprendizagem, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços digitais, espaços recreativos e desportivos, ateliês, museus, secretarias entre outros, para o desenvolvimento das atividades escolares.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Conforme previsto na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais, ao final da formação inicial em nível superior, em curso de Licenciatura, o egresso deverá estar apto a:

- I - demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, das ideias-chave, da estrutura da(s) área(s) e componentes curriculares para os quais está sendo habilitado para o exercício da docência;
- II - compreender criticamente os marcos normativos que fundamentam a organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica e, em particular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e da Base Nacional Comum Curricular;
- III - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e de relações democráticas na escola;
- IV - reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos estudantes, propiciando assim, aprendizagens efetivas;
- V - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir, por meio do acesso ao conhecimento, para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VI - compreender como as ideias filosóficas e as realidades e contextos históricos influenciam a organização dos sistemas de ensino, das instituições de Educação Básica e das práticas educacionais;

VII - demonstrar conhecimento sobre o uso da linguagem e do pensamento lógico matemático no desenvolvimento do conteúdo específico de ensino;

VIII - demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência, utilizando esse conhecimento para selecionar recursos de ensino adequados que contemplem o acesso ao conhecimento para um grupo diverso de estudantes;

IX - aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;

X - estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos estudantes a respeito:

a) das relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade brasileira no presente e no passado e que garantam a apropriação dos conhecimentos relativos à história e cultura africana, afrobrasileira e dos povos originários do Brasil, bem como de valores e atitudes orientados a desconstruir e combater todas as expressões do racismo, com a devida valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileiras; e

b) das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, no passado e no presente, bem como de conhecimentos, valores e atitudes orientados à prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

XI - construir ambientes de aprendizagens que incentivem os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;

XII - planejar e organizar suas aulas de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação dos profissionais do magistério da educação escolar básica;

XIII - recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

XIV - conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação educacional, bem como os limites e potencialidades de cada instrumento para dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz e replanejar suas práticas de ensino de modo a assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam superadas por meio de sua atuação profissional em suas aulas;

XV - reconhecer e utilizar em sua prática as evidências científicas advindas de diferentes áreas de conhecimento, atualizadas e aplicáveis aos ambientes de ensino onde atua profissionalmente, de forma que possa favorecer os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;

XVI - demonstrar conhecimento sobre o desenvolvimento físico, socioemocional e intelectual dos estudantes das etapas da Educação Básica para as quais está habilitado a atuar, utilizando esses saberes para:

a) construir compreensão quanto ao perfil dos estudantes com os quais atua; e

b) para selecionar estratégias de ensino adequadas e levantar hipóteses sobre como determinadas características presentes em seu grupo de estudantes potencialmente podem afetar a aprendizagem e assim, tomar decisões pedagógicas mais adequadas;

XVII - demonstrar conhecimento sobre os mecanismos pelos quais crianças, jovens e adultos aprendem, utilizando esse conhecimento para:

a) planejar as ações de ensino; e

b) selecionar estratégias pedagógicas e recursos que sejam adequados à etapa da Educação Básica a qual seus alunos pertencem;

XVIII - manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a instituição de Educação Básica, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento;

XIX - dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica; e

XX - demonstrar conhecimento e, sempre que possível, colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional de maneira a refletir sobre sua própria prática docente e aplicar tal conhecimento em sua prática.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da Educação Escolar do Campo e da Educação Escolar Quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, deverão, em complementação ao disposto no caput:

I - promover diálogo entre a comunidade escolar em que atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias da cultura local; e

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. Concepção

A Pedagogia é uma ciência que tem como objeto de estudo a educação e o processo de ensino-aprendizagem. Cientes de que a docência é uma ação educativa e pedagógica intencional, que se dá por meio de interações da multiplicidade social, étnica, racial e cultural, permeada por diálogos necessários com diferentes visões de mundo, o Curso potencializa a socialização do conhecimento, sendo voltado, também, às possibilidades de formação para atuação em escolas rurais, além das escolas urbanas, atendendo à diversidade educacional.

Com o trabalho realizado no Curso, pretende-se garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, harmonizando teoria e prática, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é proporcionar uma sintonia do licenciando com a sociedade e o mundo do trabalho, tendo por base diálogos com as culturais locais e regionais a fim de consolidar o trabalho em parcerias colaborativas, tomando o processo educativo do IFES nas suas características coletivas sem perder de vista o objetivo da Instituição a nível estadual e nacional. A interação entre saberes teórico-práticos, desenvolvidos por meio da realização de atividades em ambientes de formação, para além dos espaços convencionais, é uma maneira de consolidar a ação pedagógica multi, inter e transdisciplinar, ao longo de todo o percurso formativo, evidenciando-se a percepção

da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações de construção do conhecimento e da autonomia dos alunos na aprendizagem. O princípio da mobilidade será considerado, não apenas entre os campi dos Institutos, mas também entre instituições nacionais e internacionais.

Buscar-se-á a integração da comunidade discente, por meio de ações educativas envolvendo, em sua composição, alunos de diferentes níveis e modalidades, para a concretização do princípio da verticalização. As políticas de ensino, definidas pelo Campus Itapina, têm o objetivo de formar profissionais cidadãos, preparando-os para participar da vida democrática e para lidar com novas tecnologias e novas formas de produzir conhecimentos.

O curso visa atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciaturas (Resolução CNE/CP nº 4 de 2024). Os princípios da formação profissional são trabalhados por meio de um processo pelo qual o conhecimento científico torna-se força produtiva, compreendida como técnicas e procedimentos baseados nos conceitos científicos e tecnológicos, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes - PDI (2024/2 a 2029/1).

Os alunos terão, também, a oportunidade de participar de eventos promovidos pelo Núcleo de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) a fim de divulgar e difundir ferramentas para promoção da inclusão e acessibilidade de todos. Em todo o processo de reformulação do Projeto Pedagógico foram considerados aspectos referentes à característica do Campus Itapina, seus princípios e finalidades, às demandas sociais da região, aos possíveis campos de atuação e intervenção na esfera municipal e estadual; ao perfil do profissional, considerando-se as características regionais e globais; à especificidade do corpo docente, titulação e áreas de pesquisa afins; às exigências contemporâneas do trabalho, às novas tecnologias e à flexibilização do trabalho no mundo globalizado.

Tendo por base tais considerações, a concepção desse curso é, para além de formar um profissional Pedagogo, contribuir para a humanização, o respeito com o outro e a responsabilidade pautada na ética e no compromisso social.

O curso contará com o trabalho articulado das coordenadorias dos cursos técnicos e superiores que estão em efetiva atuação no Campus Itapina, maximizando o aproveitamento do conhecimento coletivo e da estrutura física existente.

Contempla, também, o previsto no Decreto nº 5.626, que trata da inclusão de Libras no currículo, na Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, que regulamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, e na Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que regulamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

Com relação a essas diretrizes, em atendimento ao § 1º do Art. 1º da Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, “as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

De acordo com o Art. 7º da Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 e com o Art. 16 da Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental, na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, poderá ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e da Educação Ambiental tratados interdisciplinarmente;

II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade”.

Além disso, de acordo com os parágrafos únicos dos mesmos artigos de ambas as resoluções, “outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos”.

A estrutura curricular deste Projeto Pedagógico de Curso considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade à distância, bem como explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores, verificados no ementário do Curso.

Vale destacar que o PDI do Ifes foi atualizado, estando em vigência o PDI 2024/2 - 2029/1, publicado em agosto de 2024, por meio da Res. Consup/Ifes n. 254 de 2024.

Este Projeto, devidamente reformulado, tem por finalidade formar o profissional capacitado para atuar nas bases do processo educacional, com habilidades e competências que lhe possibilitem desenvolver um trabalho de excelência, no cenário da diversidade educacional e das particularidades de nosso estado. Sabemos que o diálogo é essencial na dinâmica do processo educativo. Portanto, as práticas pedagógicas do curso oportunizam ao aluno adquirir um posicionamento crítico e atitudinal diante dos problemas, num processo permanente de luta pela melhoria e transformação de sua realidade social.

6.2. Metodologias

O processo de ensino-aprendizagem constitui-se em uma construção do conhecimento em que professor e aluno são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre a realidade. Pretende-se a formação integral e humanística, aliada à formação técnico-científica, para que o aluno seja um cidadão mais participativo e agente transformador na sociedade.

Neste processo, o trabalho com os conteúdos é proposto de forma a promover o trabalho interdisciplinar, favorecendo a relação entre os conhecimentos, a fim de tornar a aprendizagem mais significativa. Assim, o aluno torna-se capaz de relacionar o aprendizado em sala de aula com seu universo de conhecimento, suas experiências e situações profissionais apresentadas e/ou demandadas.

Pretende-se, também, desenvolver no aluno uma atitude técnico-científica, ou seja, o interesse em descobrir, saber o porquê, questionar e propor soluções para situações diversas, devendo esta atitude estar presente em todas as atividades desenvolvidas no curso e ser levada para a vida profissional do egresso.

Serão consideradas, nos planos de ensino a serem elaborados semestralmente pelos professores, em trabalho conjunto com a equipe do NAPNE, a Professora do Atendimento Educacional Especializado e a equipe da gestão pedagógica, flexibilizações e adequações curriculares que contemplem o significado prático e instrumental dos conteúdos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados para os estudantes com necessidades educacionais específicas. Nesse trabalho, serão realizados esforços para a eliminação das barreiras que possam impedir que esses estudantes tenham acesso pleno ao currículo. Buscar-se-á o acompanhamento ao trabalho docente e ao estudante com necessidades específicas com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de conteúdos, estratégias de aprendizagem, contínuo acompanhamento das atividades a fim de que seja possível alcançar a acessibilidade metodológica e a autonomia do estudante, coadunando-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Na dinamização das aulas serão adotadas estratégias de mediação pedagógica que utilizarão seminários, apresentações culturais, materiais escritos, TDICs (os ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV digital e interativa, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes eletrônicos como CD, DVD, memória Flash, etc., dentre outros, sendo que as TDIC também se configuram com a combinação dos elementos citados) para possibilitar um aprendizado visual e prático dos conteúdos estudados e para garantir a acessibilidade digital e comunicacional, promover a interatividade entre professores e alunos e assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Também será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Ifes (Moodle) para promover a comunicação permanente entre professores e alunos, por meio de postagens de conteúdos e espaços de diálogos, com o objetivo de apoiar a aprendizagem dentro dos ambientes virtuais.

Serão realizadas atividades síncronas, com as aulas sendo encaminhadas pelos professores, em tempo real, por meio de uma plataforma virtual, e atividades assíncronas, por meio de mensagens enviadas e recebidas pelos participantes do processo educativo escolar, podendo ser encaminhadas e/ou acessadas em momentos diferentes, sem conexão em tempo real. Serão estruturados fóruns virtuais de discussão, sala de aula invertida, flex, laboratório rotacional, rotação por estações, etc. como estratégias metodológicas utilizadas nas aulas.

Os componentes curriculares serão integrados a partir de atividades que estimulem a construção coletiva dos conhecimentos, tendo em vista o atendimento aos alunos a partir de demandas verificadas no decorrer das aulas. Haverá horários específicos e atendimentos pelo AVA (Moodle) para que os alunos realizem as atividades à distância utilizando a infraestrutura do Campus. No horário acadêmico semanal deverá constar os momentos destinados ao cumprimento da carga horária presencial e à distância, dentro do turno regular do curso.

Para a promoção do processo de ensino-aprendizagem, as estratégias de ensino usadas no Curso levarão em conta os princípios metodológicos previstos para a educação profissional, descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo (PDI).

Neste documento, fica claro que a preocupação da Instituição não pode se resumir em qualificar o trabalhador, pensando apenas em competências, saberes e habilidades que deverá dominar, mas, de modo mais abrangente, em como constituir-lo na totalidade de sua condição de ser humano, capaz de considerar valores humanistas como fundamentais, tanto para o exercício profissional, como para o exercício da cidadania.

Nesta perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem deve estar alicerçado na construção e reconstrução do conhecimento, num diálogo em que todos os envolvidos no processo são sujeitos, participantes da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada. O professor, portanto, não deve ser somente um preletor de conteúdos, mas sim um facilitador da construção de conhecimento, dentro e fora de sala de aula, a partir dos saberes e do contexto econômico, social e cultural dos seus alunos. Seu papel assume um caráter fundamental, pois deverá diagnosticar, adequadamente, o perfil discente e fazer uso de adequadas metodologias, catalisadoras do processo ensino- aprendizagem, sempre com foco na associação entre teoria e prática, proporcionando a interdisciplinaridade.

Como se trata de curso de licenciatura serão realizadas ações de integração com as redes públicas de ensino, considerando-se que os convênios e demais ações conjuntas promovem a integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os licenciandos e para as escolas de educação básica. As atividades práticas de ensino, realizadas com os

licenciandos, estarão em conformidade com as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Básica, a Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e a área de conhecimento da Pedagogia, em articulação com o Projeto Pedagógico do Curso, relacionando teoria e prática de forma reflexiva durante todo o Curso.

As metodologias e estratégias utilizadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Itapina envolverão:

- aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados, para apresentação das teorias necessárias ao exercício profissional;
- aulas síncronas e assíncronas;
- pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio do conjunto teórico necessário à formação do aluno;
- aulas e atividades práticas;
- estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise do aluno, bem como de sua capacidade de contextualização, espírito crítico e aplicação prática dos conteúdos apresentados; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem;
- dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial;
- pesquisas e produção de artigos científicos que estimulem o aluno a ser mais que um reprodutor de conhecimentos, provocando seu espírito investigativo (iniciação científica);
- participação, como ouvinte e/ou organizador, em eventos, feiras, congressos, seminários, painéis, debates, dentre outras atividades que estimulem a capacidade de planejamento, organização, direção e controle por parte do aluno, bem como sua competência de expressão oral, não verbal e escrita;
- atividades voluntárias de caráter solidário, junto a Organizações Não-Governamentais, que possibilitem tanto a aplicação prática de conteúdos apresentados no curso como o exercício da responsabilidade socioambiental;
- visitas técnicas que aproximem o aluno da realidade prática e profissional;
- atividades avaliativas de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo;
- atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação do aluno;
- quaisquer outras atividades que viabilizem o alcance dos objetivos do curso em consonância com os princípios metodológicos da instituição.

Tais metodologias e estratégias deverão ser dinamizadas para que o aluno seja apresentado a outras realidades possíveis, além de seu contexto atual, conscientizando-se de seu potencial enquanto elemento transformador da realidade na qual está inserido, a fim de que possa perceber que sua imagem profissional começa a ser formada desde sua vivência em sala de aula e não somente após a conclusão do curso.

É importante destacar que todo o processo de ensino-aprendizagem inerente ao Curso deve ser permeado pela constante atualização e discussão em sala de aula dos temas emergentes expressos em cada componente curricular, pois há a necessidade de constante atualização do perfil dos profissionais que atuam em ambientes educacionais escolares e na gestão, na sociedade pós-moderna.

Além das atividades supracitadas, os professores do Curso trabalharão com metodologias ativas, como, por exemplo:

- Aprendizagem Baseada em Problemas ou *problem-based-learning* (BPL): entendido como a resolução de situações-problema que demandam conhecimentos que devem ser previamente estudados pelos alunos, discutidos em pequenos grupos, desenvolvendo o raciocínio crítico, levando a habilidades de comunicação e ao entendimento da necessidade da aprendizagem continuada.
- Aprendizagem Baseada em Projetos ou *Project Based Learning* (PBL): técnica baseada em proposição de um problema, investigação do problema (causas) e formulação da hipótese, propostas de resolução do problema, projeto de ação, execução e organização dos resultados, avaliação pelo professor orientador, para que a construção do conhecimento ocorra de modo aplicado e prático.

6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

Este PPC, em relação à parte de sua carga horária EaD, está baseado na Portaria do MEC nº 378/2025, assim como a Portaria MEC nº 506/2025 e nº 381/2025, que regulamenta o decreto nº 12.456/2025, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. São também considerados os Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a Distância (BRASIL, 2025). Também é considerado a Resolução Consup/Ifes nº 215 de 2023, que normatiza a oferta de carga horária à distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes. Os componentes curriculares do Curso serão trabalhados parcialmente à distância, sendo que a porcentagem de carga horária EaD estabelecida para o curso é de 22,97% da carga horária total do curso, com o devido suporte tecnológico e a garantia de atendimento por professores do Curso.

Conforme previsto no Art. 6º da referida Resolução, os professores deverão realizar o planejamento, incluindo a produção dos materiais e salas virtuais, e a mediação pedagógica dos componentes curriculares no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional Moodle, porque os componentes curriculares ofertados serão trabalhados parcialmente à distância. O Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) dará o apoio necessário aos professores, durante o planejamento e a execução dos componentes curriculares ou atividades à distância.

Tendo por base a Resolução supracitada, para fins de acompanhamento da carga horária e dos conteúdos ofertados à distância, deverá ser utilizado o AVA Moodle. Outras tecnologias educacionais poderão ser utilizadas de forma complementar, para fins exclusivamente pedagógicos. O dimensionamento da carga horária à distância de cada atividade planejada deverá considerar o tempo estimado para sua resolução, observando-se a carga horária à distância especificada na matriz curricular do Curso. Para fins de registro no Sistema de Informações Acadêmicas, as aulas à distância deverão conter somente o registro do conteúdo, da carga horária cumprida e a observação de que se trata de uma carga horária à distância. O registro de frequência discente, na oferta da carga horária à distância, somente é necessário no caso de encontros presenciais e a análise de frequência não pode ser considerada na verificação do aproveitamento acadêmico da carga horária à distância.

Conforme previsto no § 1º do Art. 17 “a oferta de um componente curricular parcialmente à distância deve garantir que as atividades avaliativas realizadas à distância ocorram de forma proporcional à carga horária trabalhada à distância”.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle deverão ser apresentados materiais, recursos e tecnologias apropriados, que permitam desenvolver a cooperação entre alunos e professores, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passar por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultem em ações de melhoria contínua.

Para que a oferta da carga horária à distância seja efetivada de forma responsável deverão ser propostas, institucionalmente, políticas de formação que viabilizem práticas criativas e inovadoras, dando enfoque à permanência e ao êxito dos alunos e que apresentem estratégias de mediação pedagógica a ser estabelecida com eles, inclusive em momentos presenciais, esclarecendo-se como acontecerá o acompanhamento durante o seu processo formativo e como funcionará o sistema de avaliação dos trabalhos do professor pelos alunos e pela equipe do Curso.

Conforme previsto no Art. 13 da Resolução Consup/Ifes nº 215 de 2023, há a identificação, na matriz curricular, dos componentes curriculares ofertados parcialmente à distância, com a descrição da carga horária presencial e à distância a ser cumprida em cada um deles.

O perfil docente, para atuação no Curso, exige que todos os professores tenham formação e qualificação em nível compatível com a área da Educação a Distância (EaD), comprovada por meio de certificado de conclusão por instituição devidamente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). O planejamento dos componentes curriculares deverá ocorrer no semestre anterior à oferta e no decorrer de sua execução deverão ser registrados avanços e dificuldades percebidos em todo o processo de ensino-aprendizagem, para potencializar os próximos planejamentos, contando sempre com a colaboração dos demais setores envolvidos com o ensino, direta ou indiretamente: Coordenação de Tecnologia da Informação, Coordenação de Gestão Pedagógica, Napne, NTE, etc;

Dentre as estratégias de mediação pedagógica à distância, que deverão ser dinamizadas pelos professores, constam as seguintes: utilização de TDICs e do AVA do Ifes (Moodle); realização de atividades síncronas e/ou assíncronas; integração dos componentes curriculares a partir de atividades que estimulem a construção coletiva dos conhecimentos; atendimento aos alunos a partir de demandas verificadas no decorrer das aulas, tendo por base que haverá horários específicos para que os alunos realizem as atividades à distância utilizando a infraestrutura do Campus, e por meio de atendimentos pelo AVA (Moodle); participação em fóruns virtuais de discussão, sala de aula invertida, flex, laboratório rotacional, rotação por estações, etc.;

Serão utilizadas pelos professores do Curso as seguintes estratégias metodológicas: uso de tecnologias educacionais, videoaulas, podcast, infográficos, livros digitais da plataforma, fóruns, questionários, jogos, etc..

Os materiais didáticos produzidos pelos professores e alunos, no decorrer do Curso, serão acessíveis aos alunos com ou sem necessidades específicas. O NAPNE e o NTE auxiliarão na produção destes materiais, para a potencialização do processo de ensino-aprendizagem, nas turmas compostas por alunos com e sem deficiência. Esses materiais serão disponibilizados no Moodle e publicizados, se for o caso, com o auxílio da Comunicação Social do Campus.

Como infraestrutura tecnológica necessária para o atendimento aos alunos o campus Itapina conta com 2 (dois) links de internet, sendo um de 100mb e outro de 400mb, disponíveis para uso de servidores e alunos, rede wifi disponível em grande parte do campus, com 53 pontos de acesso, 5 (cinco) laboratórios de informática, sendo 2 (dois) laboratórios com 20 (vinte) computadores, 1 (um) laboratório com 32 (trinta e dois) computadores, 1 (um) laboratório com 16 (dezesesseis) computadores e 1 (um) laboratório exclusivo para uso de professores com 12 (doze) computadores e 10 (dez) notebooks para uso na Biblioteca do Campus, para consultas gerais. Nos laboratórios é possível utilizar softwares de acesso livre (R, R studio, Python, Anaconda, Jupyter, Google Earth,

Geogebra, Datageosis, Qgis, Spyder, Visual Studio, Mupad, Miktex, Winshell, Libreoffice, Wps, Openoffice) e alguns disponibilizados para uso acadêmico, como Autocad e Revit.

Em se tratando de estratégias de avaliação compatíveis com o contexto das atividades à distância serão utilizadas: avaliação diagnóstica, avaliação argumentativa por meio de prova escrita, participação em debates, fóruns, pesquisas, trabalhos em grupo, discussões direcionadas, projetos, autoavaliação, atividades gamificadas, utilização de plataformas digitais que gerem relatórios de desempenho, produção digital dos conteúdos trabalhados, possibilidades de avaliação realizadas nos componentes curriculares numa perspectiva formativa e processual, que valoriza as aprendizagens no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, incluindo aquelas desenvolvidas ou aprimoradas no ambiente virtual ou por meio de outras tecnologias digitais, etc.

6.2.2. Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

Conforme Portaria do MEC nº378/2025, assim como a Portaria MEC nº 506/2025 e nº 381/2025, que regulamenta o decreto nº 12.456/2025, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, e também considerando os Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a Distância (BRASIL, 2025), além do previsto na Resolução Consup/Ifes n. 215 de 2023, que normatiza a oferta de carga horária à distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes, os professores que atuam no Curso devem ter formação e qualificação em nível compatível com o previsto na área da Educação à Distância (EaD), comprovada por meio de certificado de conclusão por instituição devidamente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). Esta formação será balizada a partir da avaliação da qualidade dos atendimentos pelos alunos.

Observar-se-á se os conhecimentos, habilidades e atitudes na mediação pedagógica são adequados para a realização de suas atividades e se suas ações estão alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no Curso. Periodicamente, serão realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação e se há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos alunos. Os alunos terão a oportunidade de avaliarem o trabalho docente, verificando se as práticas pedagógicas adotadas são criativas e inovadoras.

6.3. Estrutura Curricular

Na matriz curricular, onde se lê CH entende-se carga horária; EFG refere-se aos componentes curriculares do núcleo “Estudos de Formação Geral”; AACE refere-se aos componentes curriculares do Núcleo “Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional”; AAE refere-se aos componentes curriculares do Núcleo “Atividades Acadêmicas de Extensão” e; ECS refere-se aos componentes curriculares do Núcleo “Estágio Curricular Supervisionado”.

A carga horária total do curso é de 3200 horas. A estrutura curricular é composta por disciplinas presenciais e parcialmente à distância. Os componentes EFG e AACE serão trabalhados parcialmente à distância. Os componentes AAE e ECS serão totalmente presenciais. A carga horária máxima à distância estipulada é de 22,98% da carga horária total do curso (3200 h). Serão 04 (quatro) aulas por dia, na segunda, na terça, quarta e quinta-feira, com o tempo de 45 minutos cada, sendo que as aulas de sexta-feira acontecerão na modalidade não presencial, com 5 (cinco) aulas em cada um destes dias. A distribuição da carga horária presencial e à distância encontra-se detalhada a seguir.

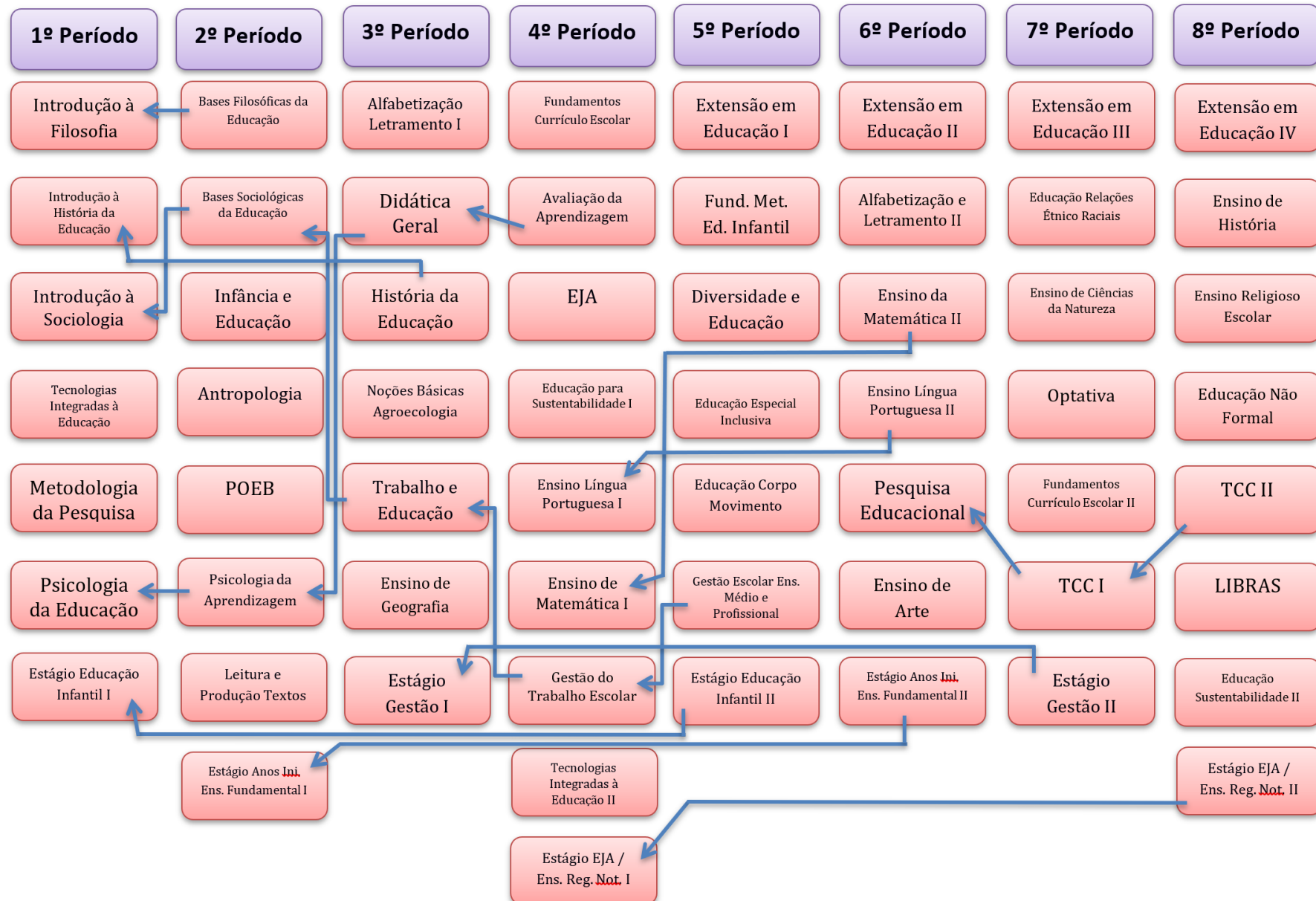
Matriz Curricular						
1º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Introdução à Filosofia	AACE	-	45	15	60	04
Introdução à História da Educação	EFG	-	30	30	60	04
Introdução à Sociologia	AACE	-	45	15	60	04
Tecnologias Integradas à Educação	EFG	-	45	-	45	03
Metodologia da Pesquisa	EFG	-	30	30	60	04
Psicologia da Educação	EFG	-	45	15	60	04
Estágio Supervisionado na Educação Infantil I	ECS	-	35	-	35	02
Total do período:			275	105	380	25
2º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Bases Filosóficas da Educação	EFG	Introdução à Filosofia	30	-	30	2
Bases Sociológicas da Educação	EFG	Introdução a Sociologia	30	-	30	2
Infância e Educação	AACE	-	30	30	60	4
Antropologia	AACE	-	30	-	30	2
Política e Organização da Educação Básica	EFG	-	45	15	60	4
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	EFG	Psicologia da Educação	30	-	30	2
Leitura e Produção de Textos	EFG	-	45	15	60	4
Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	ECS	-	35	-	35	2
Total do período:			275	60	335	24

3º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Alfabetização e Letramento I	AACE	-	60	-	60	4
Didática Geral	EFG	Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento	30	30	60	4
História da Educação	EFG	Introdução à História da Educação	30	30	60	4
Noções Básicas de Agroecologia	AACE		45	15	60	4
Trabalho e Educação	EFG	Bases Sociológicas da Educação	30	-	30	2
Ensino de Geografia	AACE	-	30	30	60	4
Estágio Supervisionado em Gestão Escolar I	ECS	-	35	-	35	2
Total do período:			260	105	365	24
4º Período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Fundamentos do Currículo Escolar	EFG	-	30	-	30	2
Avaliação da Aprendizagem	EFG	Didática Geral	30	-	30	2
Educação de Jovens e Adultos	EFG	-	30	-	30	2
Educação para Sustentabilidade I	AACE	-	30	-	30	2
Ensino da Língua Portuguesa I	AACE	-	30	30	60	4
Ensino de Matemática I	AACE	-	60	-	60	4
Gestão do Trabalho Escolar	EFG	POEB e Trabalho e Educação	30	-	30	2
Tecnologias Integradas à Educação II	AACE	-	-	45	45	3
Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular Noturno I	ESC	-	35	-	35	2
Total do período:			275	105	350	24

7º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Extensão em Educação III	AAE	-	80	-	80	5
Educação para as Relações Étnico-Raciais	EFG		30	-	30	2
Ensino de Ciências da Natureza	AACE	-	60		60	4
Optativa	AACE	-	15	45	60	4
Fundamentos do Currículo Escolar II	EFG	-	15	15	30	2
TCC I	AACE	Pesquisa Educacional	30	30	60	4
Estágio Supervisionado em Gestão Escolar II	ECS	Estágio Supervisionado em Gestão I	70	-	70	4
Total do período:			300	90	390	29
8º período						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Extensão em Educação IV	AAE	-	80	-	80	5
Ensino de História	AACE	-	45	15	60	4
Ensino Religioso Escolar	AACE	-	45	15	60	4
Educação Não Formal	AACE	-	30	30	60	4
TCC II	AACE		-	60	60	4
Língua Brasileira de Sinais - Libras	EFG	-	30	30	60	4
Educação para Sustentabilidade II	AACE		30	30	60	4
Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular noturno II	ECS	Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular noturno I	70	-	70	4
Total do período:			330	240	510	29
Carga horária total presencial: 2.465h			Carga horária total a distância: 735 h			
Carga Horária de Atividades de Extensão (AAE): 320h (10% da carga horária total do curso)						
Carga Horária total de Estágios Supervisionados Obrigatórios (ECS): 420h						
Carga Horária total de Estudos de Formação Geral (EFG): 945h						
Carga Horária total de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (AACE): 1515h						
Carga horária total obrigatória: 3.200h						

* Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Aplicado pelo Inep desde 2004, o **ENADE é componente obrigatório do Curso**

6.3.2. Representação gráfica/fluxograma



6.3.3. Composição curricular

Considerando que a Resolução CS/Ifes nº 170, de 16/09/2016, art. 6º, define que “havendo mais do que um curso de licenciatura com a mesma denominação dentro do Instituto, as matrizes curriculares deverão ter compatibilidade mínima de 50%” e que, no ano de 2019, teve início o curso de Licenciatura em Pedagogia no Ifes Campus Vila Velha e, no ano de 2023, no Ifes Campus Ibatiba, a composição curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia no Ifes Campus Itapina segue as normatizações do CNE/CP e do Ifes, já citadas, e apresenta compatibilidade de 64,62% com a composição curricular do Campus Vila Velha e 66,53% com o Campus Ibatiba, no que se refere à Licenciatura em Pedagogia.

A Resolução CNE/CES nº 4, de 29 de maio de 2024, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, em cursos de Licenciatura, prevê, em seu Art. 14, que os Cursos sejam organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na Educação Básica, estruturando-se por meio da garantia da base comum nacional e suas orientações curriculares.

O Curso terá 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração de 0 (quatro) anos, compreendendo:

I - 850 (oitocentas e cinquenta) horas dedicadas às atividades de formação geral (EFG);

II - 1.630 (mil seiscentas e trinta) horas dedicadas ao estudo de aprofundamento de conhecimentos específicos, na área de formação e atuação na educação (AACE);

III - 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão, desenvolvidas nas instituições de Educação Básica, lugar privilegiado para as atividades dos cursos de licenciatura (AAE); e

IV - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, realizadas em instituições de Educação Básica (ECS).

Estão garantidos, na matriz curricular do Curso, conteúdos da área de conhecimento específica ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Libras e Educação Especial.

Desse modo, ao longo do processo, buscou-se garantir efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

A estrutura curricular do Curso obedece, ainda, ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996; na Lei nº. 11.788/2008, que regulamenta o Estágio de Estudantes, alterada pela Lei nº. 14.913/2024; na Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024; na Resolução Consup/Ifes nº 215 de 2023, que normatiza a oferta de carga horária à distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes, atualizado pela Portaria do MEC nº378/2025, assim como a Portaria MEC nº 506/2025 e nº 381/2025, que regulamenta o decreto nº 12.456/2025, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, assim como os Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com oferta a Distância (BRASIL, 2025); e na Resolução Consup/Ifes nº 38/2021, que normatiza a curricularização da extensão no IFES.

O Curso funcionará em um calendário acadêmico de 100 dias letivos por semestre e 200 dias letivos por ano, atendendo à Lei nº. 9.394/1996. No calendário acadêmico do Campus, específico para cada semestre letivo, será assegurado o período para a realização de exames finais, quando houver.

A estrutura curricular do curso é composta por 08 (oito) períodos letivos semestrais com carga horária total de **3.200 horas**. Para efeitos de cálculo de carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de **15 horas** semestrais, distribuídas em disciplinas presenciais e parcialmente presenciais, perfazendo um total de 1.070 horas à distância, que corresponde a 33,4% da carga horária total do curso supracitada (3.200h). Além destas disciplinas, estão previstas, na estrutura curricular, 400 horas de Estágio Supervisionado Obrigatório e 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão que serão realizadas integralmente de forma presencial.

Buscando qualificar o processo de ensino-aprendizagem, o PPC do Curso estabelece pré-requisitos, referentes aos componentes da matriz curricular. Os pré-requisitos são elementos criados para impedir que um aluno curse determinados componentes sem que tenha cursado outros que exigem uma continuidade dos conteúdos programáticos. Serão considerados como componentes curriculares eletivos quaisquer componentes presentes nos projetos pedagógicos dos cursos superiores do Ifes. Estes não contarão créditos para a integralização do Curso.

Para garantir o equilíbrio necessário entre as atividades acadêmicas, o aluno deverá se matricular em, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) componentes curriculares por semestre, com exceção do primeiro período do curso, que deverá ser cumprido integralmente, quando do ingresso do aluno no Curso. O tempo mínimo para a integralização curricular será de 08 (oito) períodos e o tempo máximo de 16 (dezesesseis) períodos.

Segue o quadro com os Núcleos e os componentes curriculares correspondentes a cada um deles, que serão trabalhados no Curso, em atendimento à composição curricular exigida na Res. CNE/CP nº 4 de 29/05/2024:

NÚCLEO	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA		
			PRESENCIAL	À DISTÂNCIA	TOTAL
I - Estudos de Formação Geral (EFG)	Introdução à História da Educação	1º	30h	-	30h
	Leitura e Produção de Textos	2º	30h	30h	60h
	Tecnologias Integradas à Educação	1º			45h
	Metodologia da Pesquisa	1º	30h	30h	60h
	Psicologia da Educação	1º	30h	30h	60h
	Bases Filosóficas da Educação	2º	30h	-	30h
	Bases Sociológicas da Educação	2º	30h	-	30h
	História da Educação	3º	30h	30h	60h
	Política e Organização da Educação Básica	2º	30h	30h	60h
	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	2º	15h	15h	30h
	Didática Geral	3º	30h	30h	60h
	Trabalho e Educação	3º	30h	-	30h
	Avaliação da Aprendizagem	4º	15h	15h	30h
	Educação de Jovens e Adultos	4º	30h	-	30h

	Fundamentos do Currículo Escolar	4º	30h	-	30h
	Gestão do Trabalho Escolar	4º	30h	-	30h
	Diversidade e Educação	5º	30h	30h	60h
	Educação Especial Inclusiva	5º	30h	30h	60h
	Educação para as Relações Étnico-Raciais	7º	30h	-	30h
	Fundamentos do Currículo Escolar II	7º	30h	-	30h
	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	8º	30h	30h	60h
II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (AACE)	Introdução à Filosofia	1º	30h	30h	60h
	Introdução à Sociologia	1º	30h	30h	60h
	Antropologia	2º	30h	30h	60h
	Alfabetização e Letramento I	3º	30h	30h	60h
	Infância e Educação	3º	30h	30h	60h
	Estatística Aplicada à Educação	3º	30h	30h	60h
	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	3º	30h	30h	60h
	Currículo e Educação	4º	30h	30h	60h
	Ensino de Língua Portuguesa I	4º	30h	30h	60h
	Ensino de Matemática I	4º	30h	30h	60h
	Educação para Sustentabilidade I	4º	15h	15h	30h
	Educação, Corpo e Movimento	5º	15h	15h	30h
	Ensino de Geografia	5º	45h	15h	60h
	Educação Não Formal	5º	30h	30h	60h
	Gestão Escolar no Ensino Médio e na Educação Profissional	5º	30h	30h	60h
	Alfabetização e Letramento II	6º	45h	15h	60h
	Ensino de Matemática II	6º	45h	15h	60h
	Noções Básicas de Agroecologia	6º	30h	30h	60h
	Pesquisa Educacional	6º	30h	30h	60h
	Optativa I	6º	30h	30h	60h
	Ensino da Arte	7º	30h	30h	60h
	Ensino de Ciências da	7º	45h	15h	60h

	Natureza				
	Ensino de Língua Portuguesa II	7º	45h	15h	60h
	TCC I	7º	30h	30h	60h
	Educação para Sustentabilidade II	8º	30h	30h	60h
	Ensino de História	8º	45h	15h	60h
	Literatura Infantil e Juvenil	8º	30h	10h	40h
	TCC II	8º	-	60h	60h
	Optativa II	8º	30h	30h	60h
III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	Acessibilidade e Práticas Inclusivas	5º	80h	-	80h
	Pedagogia da Alternância e Educação do campo	6º	80h	-	80h
	Educação Ambiental	7º	80h	-	80h
	Educação para as Relações Étnico-Raciais	8º	80h	-	80h
IV - Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	Estágio Supervisionado na Educação Infantil I	1º	30h	-	30h
	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	2º	30h	-	30h
	Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular Noturno I	3º	30h	-	30h
	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar I	4º	30h	-	30h
	Estágio Supervisionado na Educação Infantil II	5º	70h	-	70h
	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	6º	70h	-	70h
	Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular Noturno II	7º	70h	-	70h
	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar II	8º	70h	-	70h
Total geral do Curso	62 componentes	-	2.465h	735h	3.200h

Segue o quadro que sintetiza a distribuição das cargas horárias presenciais e à distância a serem trabalhadas no Curso:

NÚCLEO	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA À DISTÂNCIA	CARGA HORÁRIA TOTAL
I	Estudos de Formação Geral (EFG)	600h	345h	945h
II	Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE)	1050h	465h	1.515h
III	Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	320h	-	320h
IV	Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	400h	-	400h

6.3.4. Disciplinas Optativas

A relação dos componentes optativos que serão ofertados encontra-se descrita abaixo, com a especificação de carga horária e créditos. Esses componentes possibilitam o enriquecimento curricular na formação do aluno, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para garantir a integralização do Curso, estão previstos, na matriz curricular, componentes curriculares optativos, cuja carga horária é de cumprimento obrigatório. A escolha dos componentes curriculares optativos que serão cursados ficará a cargo de cada aluno, sob a orientação pedagógica e da Coordenadoria do Curso.

Componentes Optativos					
Componente Curricular	Pré-Requisito (PR) Correquisito (CO)	CH presencial	CH À distância	Total	Créditos
Educação do Campo	-	30h	30h	60h	4
Educação, sociedade e movimentos sociais	-	30h	30h	60h	4
Interculturalidade e Processos Educativos	-	30h	30h	60h	4
Pedagogia da Alternância	-	30h	30h	60h	4

6.3.5. Ementário das disciplinas

Disciplina: Introdução à Filosofia
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Nascimento da Filosofia. Questões centrais da Tradição Filosófica. Análise Filosófica do mundo atual. Filosofia e Conhecimento. Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Temas de Filosofia para formação acadêmica específica do Curso.
Bibliográfica básica: ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2014. ARANHA, M. L. de Arruda. Filosofia da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2014. SAVIANI, Dermeval. Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção contemporânea. 13 ed. São Paulo: Editora Autores, 2014.
Bibliografia complementar: CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 12 ed. São Paulo: Ática, 2014. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação. São Paulo: Ática, 2006. MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. MORANDI, Franc. Filosofia da Educação. Bauru: Edusc, 2002. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. Volumes I a III. São Paulo: Paulus, 2017.

Disciplina: Introdução à História da Educação
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 30h
Período: 1º
Ementa:

Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Fundamentos da História da Educação e da Pedagogia: na antiguidade, na modernidade e na contemporaneidade. Teorias, métodos e formação do campo da História da Educação. Educação e conhecimento científico. O surgimento de sistemas educacionais e a manutenção das relações de dominação e poder ao longo da História. Pressupostos e categorias do discurso histórico, compreensão histórica e crítica da educação. Instituições, práticas educativas e sistemas educacionais numa perspectiva histórica, destacando os pedagogos e as escolas mais importantes e sua contribuição para a educação atual. Novas tecnologias, globalização e educação.

Bibliográfica básica:

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Pensadores sociais e História da educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e história da educação 2**. São Paulo: Autêntica Editora, 2014.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.

Disciplina: Introdução à Sociologia

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 1º

Ementa:

Introdução ao estudo sociológico: contexto histórico de seu surgimento, objeto de estudo, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Objetividade do conhecimento e neutralidade científica. Métodos e técnicas. Os pensadores clássicos da sociologia. As teorias sociológicas contemporâneas.

Bibliográfica básica:

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). **Iniciação à sociologia**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

Bibliografia complementar:

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ESSENCIAL sociologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010. 32

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

Disciplina: Leitura e Produção de Textos
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático). Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo Científico.
Bibliográfica básica: ABREU, A. S. Curso de redação. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. MARCUSCHI, L. A. Produção textual. São Paulo: Parábola, 2009. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia complementar: KLEIMAN, A. Oficina de leitura : teoria e prática. Campinas: Unicamp, 2010. KOCH, I. G. V. A coesão textual . 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA L. C. A coerência textual . 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990. PACHECO, A. de C. A dissertação : teoria e prática. 16.ed. São Paulo: Atual, 1988. SAVIOLLI, F. P. & FIORIM, José Luiz. Para entender o texto . 13.ed. São Paulo: Ática, 2007.

Ementa:**Bibliográfica básica:****Bibliografia complementar:**

Disciplina: Metodologia da Pesquisa
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento: ênfase na relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa e da extensão. Classificação da pesquisa e extensão. O planejamento da pesquisa e da extensão: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos da pesquisa. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.
Bibliográfica básica: GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2005. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar: TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. 12. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2024. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23. ed. São Paulo: Perspectiva; 2010. xv, LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, c1997. KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Psicologia da Educação
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 60h
Período: 1º
Ementa: Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Contribuições do pensamento psicológico à educação. Questões contemporâneas em psicologia da educação. Psicologia da Educação no Brasil. Questões contemporâneas em psicologia da educação. Os diferentes usos do saber psicológico no cotidiano escolar. Aspectos psicossociais que interferem no processo de escolarização dos sujeitos.

Bibliográfica básica:

BOCK, Ana Mercês B.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria De L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

KAHHALE, Edna M. Peters (Org.). **A diversidade da psicologia: uma construção teórica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Intermeios, 2015.

Bibliografia complementar:

CARRARA, K (Org). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

HOUDÉ, Olivier. **Dez lições de psicologia e pedagogia: uma contestação das ideias de Piaget**. São Paulo: Ática, 2009.

ILLERIS, K. **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

Disciplina: Estágio Supervisionado na Educação Infantil I

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado

Carga Horária: 30h

Período: 1º

Ementa: Observação da organização e funcionamento de uma instituição de ensino de educação infantil, com vivência de processos de investigação e problematização da realidade. Análise crítica das condições e dos modos de atualização da atividade docente e suas implicações político-pedagógicas nos centros de educação infantil.

Bibliográfica básica:

ANJOS, Cleriston Izidoro dos. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia: arte na educação infantil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

LOSS, Adriana S.; SARTORI, Jerônimo; PIEROZAN, Sandra S. Höpner (Orgs.). **Estágio supervisionado em pedagogia: concepções e práticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 221 p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo:

Cortez, 2011.

SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene (Orgs.). **Estágio Supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2008.

Disciplina: Bases Filosóficas da Educação

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 30h

Período: 2º

Ementa:

A Filosofia e o Pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.

Bibliográfica básica:

ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2014.

ARANHA, M. L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção contemporânea. 13 ed. São Paulo: Editora Autores, 2014.

Bibliografia complementar:

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2014.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 2006.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MORANDI, Franc. **Filosofia da Educação**. Bauru: Edusc, 2002.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. Volumes I a III. São Paulo: Paulus, 2017.

Disciplina: Bases Sociológicas da Educação

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 30h

Período: 2º

Ementa:

Os Clássicos Sociológicos e sua relação com a educação. A educação como processo e suas relações com a cultura e a aprendizagem de papéis sociais. A função social da escola. As relações entre educação e sociedade: a natureza e as especificidades dos fenômenos sociológicos e suas relações com os fenômenos educacionais. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI e suas interfaces nos posicionamentos teóricos da pedagogia.

Bibliográfica básica:

GUIMARÃES, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo. **Educar pela sociologia:** contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Sociologia da educação:** do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia complementar:

CARNIEL, Fagner ; FEITOSA, Samara (Org.). **A sociologia em sala de aula:** diálogos sobre o ensino e suas práticas. 1. ed. Curitiba: Base Editorial, 2012.

MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia.** 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

DURKHEIM, Émile; MATOUSEK, Stephania. **Educação e sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

EDUCAÇÃO, um problema social: (uma radiografia do ensino no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Disciplina: História da Educação

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 60h

Período: 2º

Ementa:

As tendências do pensamento educacional através dos tempos históricos contextualizando a relação entre educação, estado e sociedade. História do Brasil e História da Educação no Brasil analisada no contexto de movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais. História e historiografia da educação no Brasil. O processo educativo e o contexto das práticas pedagógicas na atualidade no Brasil.

Bibliográfica básica:

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3.ed. Campinas: Autores associados, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos da**

educação no Brasil. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia complementar:

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Org.). **A educação escolar em perspectiva histórica.** Campinas: Autores Associados, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 21.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

ROMANELLI, **História da educação no Brasil.** 36.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90.** Campinas: Autores Associados, 2002.

STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** V.1, 2 e 3. Petrópolis: Vozes, 2004.

Disciplina: Antropologia

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 2º

Ementa: Homem, cultura e sociedade. Origens da cultura. Etnocentrismo e Relativismo. Pluralidade Cultural, educação e cultura. Cultura e ideologia. Caracterização e objeto da Antropologia. O campo de estudo da Antropologia da Educação. Práticas, representações e valores culturais na sociedade contemporânea.

Bibliografia básica:

LARAIA, Roque de Barros, Cultura: Um conceito antropológico Rio de Janeiro Zahar 1997

HALL, Stuart; A identidade cultural na pós-modernidade Rio de Janeiro DP&A 2003

PIMENTA, S.G. Saberes pedagógicos e atividade docente (org.) 1ª São Paulo Cortez 2002

Bibliografia complementar:

LINTON, Ralph, O homem – uma introdução à antropologia. São Paulo: Martins Fontes, 1981

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

MERCIER, P. História da antropologia. Rio de Janeiro: Moraes, 2000

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira: Temas e situações. São Paulo: Ática, 2003.

Disciplina: Política e Organização da Educação Básica
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 60h
Período: 2º
Ementa: Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.
Bibliográfica básica: BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado, 1988. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos . 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
Bibliografia complementar: BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 . Aprova Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm > Acesso em: 09 maio. 2019. BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 . Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 09 maio. 2019. BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 . Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 09 maio. 2019. MAAR, Leo Wolfgang. O que é Política? 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil) . São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina: Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 30h
Período: 2º
Ementa: Aporte teórico do desenvolvimento humano (inatismo, ambientalismo e interacionismo). Principais teorias de aprendizagem e abordagens do desenvolvimento humano: Teoria Psicogenética (Wallon), Epistemologia Genética (Piaget), Abordagem Histórico-cultural (Vygotsky). Teorias de aprendizagem importantes ao desenvolvimento humano em suas diferentes fases (infância, adolescência, juventude, fase adulta e velhice). Aprendizagem e a produção do fracasso escolar.

Cidadania e processos de exclusão escolar. Avaliação, indisciplina e fracasso na escola.
Bibliográfica básica: NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. 3. ed. rev. e ampl. Brasília: Liber Livro, 2011. SANTOS, Júlio César Furtado dos. Aprendizagem significativa: modalidade de aprendizagem e o papel do professor. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. SANTOS, Michelle Steiner dos; XAVIER, Alessandra Silva; NUNES, Ana Ignez Belém Lima. Psicologia do desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2009.
Bibliografia complementar: LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da aprendizagem: o que o professor disse. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares. São Paulo: Livraria da Física, 2012. PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2009. CARRAHER, Terezinha Nunes (org.) Aprender pensando: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Disciplina: Tecnologias Integradas à Educação
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 2º
Ementa: Abordagens pedagógicas no uso do computador, com a adoção de metodologias ativas e sua aplicação com o uso de ferramentas e aplicativos de suporte. Usando a Inteligência Artificial como ferramenta de suporte na educação. Compreendendo como usar ferramentas de suporte para criação de formulários de perguntas e respostas. A educação à distância e como ela tem impactado a forma de lecionar e suas tendências.
Bibliográfica básica: TAPSCOTT, Don. A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas ao governo. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010. BONILLA, Maria Helena. Inclusão digital e formação de professores. Revista de Educação, Lisboa. 2002. BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson de Luca (org.). Movimentos Colaborativos, tecnologias digitais e educação. Em Aberto, Brasília, v. 28, n. 94, jul./dez. 2015. PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (orgs.). Facebook e Educação publicar, curtir, compartilhar. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books
Bibliografia complementar: TORRES, Patrícia Lupion (Org.) Redes e mídias sociais. 2.ed. Curitiba: Appris, 2017. FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka (orgs.). Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância.

Campinas: Papirus, 2008

Leal, Edvalda Araujo; Miranda, Gilberto José; Casa Nova, Silvia Pereira de Castro. **Revolucionando a sala de aula**: como envolver o estudante aplicando técnicas de metodologias ativas de aprendizagem. . São Paulo: Atlas. . Acesso em: 15 ago. 2024. , 2017

ROSSINI, Alessandra Marco. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado

Carga Horária: 30h

Período: 2º

Ementa: Observação das condições e identidade dos saberes e do trabalho docente. Análise e vivência de processos de investigação e problematização nas escolas campo de ensino fundamental.

Bibliográfica básica:

ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 144 p.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Nilson Robson Guedes. **Estágio Supervisionado em Pedagogia**. Campinas: Alínea, 2015.

Bibliografia complementar:

ALVES, Nilda (Org.). Criar currículo no cotidiano. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 245 p.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). **Pedagogia Ciência da Educação?** - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Disciplina: Alfabetização e Letramento I

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 3º

Ementa: Alfabetização e letramento: conceitualizações. Aspectos históricos, políticos e sociais na alfabetização. Métodos de alfabetização (sintéticos, analíticos e ecléticos): evolução histórica e análise crítica. O processo de aprendizagem da leitura e da escrita: contribuições de estudos e pesquisas de base construtivista e histórico-cultural. Levantamento, análise e avaliação de cartilhas e outros materiais existentes para a alfabetização.

Bibliografia básica:

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,

1999.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Bibliografia complementar:

COOK-GUMPERZ, Jenny. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GRAFF, Harvey J. Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização. São Paulo: Unesp, 2000.

VALDEMARIM, Vera Teresa. História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

ZACCUR, Edwiges (org.). Alfabetização e letramento: o que muda quando muda o nome? Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

Disciplina: Didática Geral

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 60h

Período: 3º

Ementa: A natureza e função da teoria educacional. Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática. Pensadores modernos: Comenius, Rousseau e Pestalozzi. Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem. Diferentes dimensões do planejamento pedagógico. Componentes do processo de ensino e de aprendizagem (objetivos, conteúdos, métodos e recursos e avaliação). Estratégias de ensino e recursos didáticos lúdicos e contextualizados. As relações entre professor, aluno e aprendizagem.

Bibliografia básica:

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

Bibliografia complementar:

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2020.

CANDAU, Vera Maria (Org.) **A didática em questão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 25. ed. São Paulo: Libertad, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). **Repensando a didática**. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

Disciplina: Infância e Educação
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa: Conceito de infância; A dimensão ética e estética da infância; Documentos oficiais que balizam as políticas públicas para a infância; Programas e ações federais voltados para o atendimento das crianças brasileiras; Questões atuais que envolvem o contexto das infâncias brasileiras (conquistas, desafios e possibilidades de encaminhar o trabalho educativo). Políticas públicas para a infância. O cotidiano da Educação Infantil. O planejamento, o desenvolvimento e o registro do trabalho pedagógico; O acompanhamento e a avaliação no processo ensino aprendizagem; A valorização da pesquisa na formação dos profissionais. As crianças como sujeitos de direitos. A dimensão ética e estética da infância. Educar no contexto de infâncias brasileiras: perspectivas histórico-sociais; Experiências e desafios na busca pela garantia dos direitos das crianças; A avaliação de programas, indicadores e projetos no contexto do Estado e das políticas para a infância.
Bibliográfica básica: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2022 FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). História da educação e da assistência à infância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2011. BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2009.
Bibliografia complementar: ARAÚJO, Vânia Carvalho de (org). Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas. Vitória: EDUFES, 2015. ARIÈS, Phillipe. História social da infância e da família. Rio de Janeiro: LCT, 1978. BENJAMIN, Walter. Rua de mão única: Infância berlinense: 1900. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. CORSINO, Patrícia (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira e Martins, 2007.

Disciplina: Estatística Aplicada à Educação
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 3º
Ementa:

Somatório, **Introdução à Estatística e sua Importância na Educação**. Conceitos e terminologias básicas em estatística. Estatística Descritiva. Probabilidade e Distribuições de Probabilidade. Técnicas de Amostragem. Análise exploratória de dados. Inferência Estatística. Correlação e Regressão. Análise de Variância e teste de comparações múltiplas. **Recursos Computacionais para Análise Estatística na Educação**. Projeto Prático: Aplicação de Estatística em um Contexto Educacional Real.

Bibliográfica básica:

BUSSAB, W.O. & MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 5.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução Ilustrada à Estatística**. 4.ed. São Paulo: Editora Harbra, 2005.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

NAZARETH, Helenalda. **Curso Básico de Estatística**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

VIEIRA, Sônia. **Princípios de Estatística**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. 11.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2013.

SPIEGEL, Murray R. e STEPHENS, Larry J. **Estatística**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 3º

Ementa:

Infância como Construção Social e Contribuições dos Campos da História, da Filosofia, da Pedagogia, da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia. Direitos Humanos, direitos da criança e direitos da mulher: a Educação Infantil como direito da criança e da família. Relação Educação Infantil e Família. As tensões entre cuidar e educar. Estratégias Metodológicas na Educação Infantil. Sistematização do trabalho cotidiano na creche e na pré escola: planejamento, registro e avaliação na Educação Infantil.

Bibliográfica básica:

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Z. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA E SILVA, I. **Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, MEC. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil – Parâmetros de Infra-**

estrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília, 2009.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia (Org.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar**. São Paulo: Alínea, 2007.

JUNQUEIRA, G. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Disciplina: Trabalho e Educação

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária Total: 30 horas

Período: 3º

Ementa: O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Bibliográfica básica:

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios / fins da formação humana**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

Bibliografia complementar:

GENTILI, Pablo A. A.; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Nilda (Coord.). **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Disciplina: Estágio na EJA/Ensino Regular Noturno I

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado
Carga Horária: 30h
Período: 3º
Ementa: Observação da realidade e compreensão da diversidade de práticas, sujeitos, modos de conhecer e aprender. Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e os sentidos produzidos para estar na escola. Organização Curricular e orientações didático-pedagógicas para o trabalho na EJA.
Bibliográfica básica: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs.). Estágios Supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. BARCELOS, Valdo; DANTAS, Tânia Regina (Orgs.). Políticas e práticas na educação de jovens e adultos. Petrópolis: Vozes, 2015. PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy Denis (Org.). Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea: 1996-2004. Brasília: UNESCO, 2004. 209 p. (Coleção educação para todos).
Bibliografia complementar: BRASIL. Parecer n. 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 2000. BRASIL, Ministério da Educação. Trabalhando com educação de jovens e adultos: a sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem. Brasília: MEC, 2006, 50 p. BRASIL, Ministério da Educação. PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena: documento base. Brasília: MEC, 2007. 123 p. GADOTTI, M.; RAMÃO, J. (Org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática e proposta. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: Currículo e Educação
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 4º
Ementa: Teorias de currículo (tradicional, críticas e pós-críticas). Dimensão ideológica de currículo e sua relação com o Projeto Político Pedagógico. Orientações legais e documentos oficiais a serem considerados na sistematização de propostas e práticas pedagógicas. Currículo Interdisciplinar. Alfabetização científica. Etnomatemática.
Bibliográfica básica: ARROYO, M. G. Currículo, Território em Disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. SACRISTAN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
Bibliografia complementar:

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2014.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12 Ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2015.

MOREIRA, Antônio; Flavio, CANDAU; Vera Maria. **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales; PACHECO, José Augusto. **Currículo, didática e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Disciplina: Didática e Avaliação da Aprendizagem

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 30h

Período: 4º

Ementa: Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação (factual, conceitual, atitudinal e procedimental); importância do caráter diagnóstico; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.

Bibliográfica básica:

ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (Orgs.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22.ed., São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de Fátima (Org.). **A avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte**. Rio de Janeiro: WAK, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança. Por uma práxis transformadora. 13 ed. São Paulo: Libertad, 2013.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 30h

Período: 4º
Ementa: Fundamento histórico da educação de jovens e adultos; a política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos; projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos; Implicações metodológicas para EJA; fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.
Bibliografia básica: HADDAD, S. Novos caminhos em educação de jovens e adultos. São Paulo: Global, 2007. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf . MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA - Proeja. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf . PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5478/2005. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm . PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5840/2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm
Bibliografia complementar: CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 45.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. FRIGOTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição federal de 1988 (versão atualizada). Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal . SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. G. De C.; GOMES, N. L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Disciplina: Educação para Sustentabilidade I
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 30h
Período: 4º
Ementa: Os conceitos de Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade, sua evolução ao longo do tempo e principais características. Princípios, objetivos e conceitos básicos da Educação Ambiental (EA). História da EA Mundial e Brasileira. Políticas Estruturantes da Educação Ambiental. Metodologias de Educação Ambiental. Formação de Educadores Ambientais. Temáticas Ambientais aplicadas ao contexto escolar.

Bibliográfica básica:

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Ecologia**: grito da terra grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextame, 2004.

CARVALHO, I. C. De M. **Educação Ambiental**: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas, SP: Pailacro e pirus, 2007.

GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; PEREIRA, Yara Christina Cesário. In: GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia (Org.). **Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável?** Da ambiguidade dos conceitos á prática pedagógica em educação ambiental. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Coordenação de Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: Unesco, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Meio Ambiente e Saúde / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SECAD, 1997.

GENTILI, Pablo. ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**: com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A falsificação do consenso**: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação, sociedade e cultura. Vol.2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

Disciplina: Ensino de Língua Portuguesa I

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa: Linguística, Fonética e Fonologia. Símbolos fonéticos. Classificação dos fonemas. Relações entre sons e letras e letras e sons. Variação linguística. Planejamento e elaboração de materiais e procedimentos didáticos e de sistemáticas de avaliação da aprendizagem da língua materna. Análise de materiais didáticos.

Bibliográfica básica:

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Elementos de fonética do português brasileiro. São Paulo: Paulistana, 2007.

LABOV, Willian; BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Caroline Rodrigues. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia complementar:

BISOL, Leda. (org.). Introdução a estudos de fonologia do português do Brasil. Porto Alegre, EDIPUCRS,

1999

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ANÁLISE e diagnose de erros no ensino da língua materna. In: BORTONI- 105 RICARDO, S. M. Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

CALLOU, Dinah.; LEITE, Yonne Freitas. Iniciação à fonética e à fonologia. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CÂMARA JR. J. Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Vozes, 1970.

Disciplina: Ensino de Matemática I

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 4º

Ementa:

A evolução da noção de quantidade numérica na criança: os obstáculos e sua superação. Evolução histórica dos sistemas de numeração e propriedades do sistema de numeração decimal. As quatro operações numéricas: conceituação, algoritmos e resolução de problemas. Uso e produção de recursos para desenvolver as primeiras habilidades matemáticas. Investigações práticas sobre o processo de ensino e aprendizagem logico-matemático e seu impacto na infância. Processos de avaliação em Matemática.

Bibliográfica básica:

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino de matemática**. São Paulo: Cortez, 2014.

SELBACH, Simone. (org.) **Matemática e Didática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PANIZZA, M. (e colaboradores). **Ensinar Matemática Na Educação Infantil e Nas Séries Iniciais: Análises e Propostas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia complementar:

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. **Didática da Matemática: como dois e dois – a construção da Matemática**. São Paulo: FTD, 2010.

STEWART, Ian. **Mania de matemática: diversão e jogos de lógica e matemática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CENTURION, Marília. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações**. São Paulo: Scipione, 1994.

CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Analúcia Dias (Colab.). **Na vida dez, na escola zero**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ROSA NETO, Ernesto. **Didática da matemática**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1994.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática: 1ª a 5ª séries**, para estudantes do curso de magistério e professores do 1º grau. São Paulo: Ática, 1989.

Disciplina: Gestão e Organização do Trabalho Escolar
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 60h
Período: 4º
Ementa: Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.
Bibliográfica básica: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. PACHECO, José et al. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
Bibliografia complementar: LÜCK, Heloísa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011. LÜCK, Heloísa. Perspectivas da avaliação institucional da escola. Petrópolis: Vozes, 2012. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008 FRANCISCO FILHO, Gerado. A administração escolar analisada no processo histórico. 2. ed. revisada. Campinas, SP: Alínea, 2012.

Disciplina: Estágio em Gestão I
Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado
Carga Horária: 30h
Período: 4º
Ementa: Caracterização e observação da organização e funcionamento gestão escolar. Análise das condições concretas do trabalho de gestão educacional e seus efeitos em espaços de educação escolar e não-escolar.
Bibliográfica básica: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo : Heccus , 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo : Ática, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**. 2. ed. Brasília : Liber Livro, 2009.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo : Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo : Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 10. ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; SILVA, Itamar Mendes; LIMA, Marcelo (Org.). **Política educacional e gestão da escola básica: perspectivas**. São Paulo : Pedro & João, 2014.

Disciplina: Acessibilidade e Práticas Inclusivas

Núcleo: AAE - Atividades Acadêmicas de Extensão

Carga Horária: 80h

Período: 5º

Ementa: Vivências interdisciplinares integradas à natureza. Sensorial. Acessibilidade. Intencionalidade pedagógica. Mediação pedagógica com práticas educativas inclusivas no Jardim Sensorial do IFES/Campus Itapina. Transversalidade da educação especial e da educação ambiental em todas as etapas da Educação Básica. Divulgação/popularização da ciência para a composição de uma cultura científica.

Bibliográfica básica:

BORGES, T. A.; PAIVA, S. R. **Utilização do Jardim Sensorial como recurso didático**. Revista metáfora educacional, n. 7, p. 27-38, dez. 2009. Disponível em: http://www.valdeci.bio.br/pdf/utilizacao_do_jardim_BORGES_PAIVA.pdf

JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R., BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (orgs.) **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LEITE, S. Q. M.(org.). Instituto Federal do Espírito Santo. **Práticas experimentais investigativas em ensino de ciências: caderno de experimentos de física, química e biologia - espaços de educação não formal** - reflexões sobre o ensino de ciências. Vitória: IFES, 2012.

SILVA, F. K. C. da. **Jardim Sensorial como Mecanismo de Inclusão no Ensino Fundamental'** 28/09/2023 163 f. Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais Instituição de Ensino: UFAM, São Carlos. Biblioteca Depositária: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9852>

Bibliografia complementar:

CARDOZO MACHADO, E.; ARANTES DE BARROS, D. **Jardim sensorial: o paisagismo como ferramenta de inclusão social e educação ambiental**. Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, v. 7, n. 13, p. 142–154, 2020. Disponível em: <https://seletivo-2019-1->

integrado.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/1208.

OLIVEIRA, M. K. de; REGO, T. C.; AQUINO, J. G. **Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade**. Pro-Posições, Campinas, v. 17, n. 2, p. 119-138, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643631/11150>.

OLIVEIRA, T. L. de F.; VARGAS, I. **Vivências Integradas à Natureza: por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos**. A Revista eletrônica, v. 22, janeiro a julho de 2009.

PAVÃO, A. C.; FREITAS, D. **Quanta ciência há no ensino de ciências** [livro eletrônico]. São Carlos: EdUFSCar. 2008.

REZENDE, B. R. P. de. **Flores de Basílio [recurso eletrônico] : o papel da postura reflexiva no organizar de um jardim sensorial** / Bruno Ricardo Peixoto de Rezende ; Fabiana da Silva Kauark. Monografia. IFES.

TREVISAN, C. N. **Jardim Sensorial: Recurso Educacional Interativo no Contexto Inclusivo** 21/02/2023 119 f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. IFES Vitória Biblioteca Depositária: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>

VENTURIM, A. **Jardim Sensorial e Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental**. 29/02/2012 117 f. Mestrado em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: UTFPR.

VOGT, C. (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Disciplina: Diversidade e Educação
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 60h
Período: 5º
Ementa: Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.
Bibliografia básica: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). Educação e Diversidade Étnico-racial. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. TRINDADE, Azoilda L da. Multiculturalismo - Mil e Uma Faces da Escola - Col. Pedagogias Em Ação - 5ª

Ed, São Paulo: DP&A, 2014.

Bibliografia complementar:

CANDAU, Vera Maria (org). Didática Crítica Intercultural: aproximações. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria M. De. Diversidade, Cultura e Educação - Olhares Cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da. (org). Educação com Diálogos com a Diversidade. Cuiabá: KCM Editora, 2010.

OLIVEIRA, Ines Barbosa de; SGARBI, Paulo; URANI, A. Redes Culturais - Diversidades e Educação. São Paulo: DP&A, 2002.

Disciplina: Educação Especial

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 30h

Período: 5º

Ementa: Marcos históricos, políticos e normativos. Público da modalidade. Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais.. Público-alvo da Educação Especial. Mediações pedagógicas. Estratégias metodológicas. Acessibilidade. Plano de trabalho individualizado. Acessibilidade curricular. Tecnologias assistivas. Processos avaliativos e Terminalidade específica.

Bibliográfica básica:

JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R., BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (orgs.) **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BAPTISTA, C. B.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

JESUS, D. M. de; Sá, M. das G. C. S. de. **Políticas, práticas pedagógicas e formação: dispositivos para a escolarização de alunos(as) com deficiência**. Vitória: Edufes, 2010.

OLIVEIRA, M. K. de; REGO, T. C.; AQUINO, J. G. **Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade**. Pro-Posições, Campinas, v. 17, n. 2, p. 119-138, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643631/11150>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PADILHA, A. M. **A escolarização de alunos com deficiência e Transtorno do Espectro do Autismo: repercussões e contribuições da perspectiva histórico-cultural**, v. 36, n. 3 (2018): Revista das Faculdades Franciscanas (1983-1985); Revista da Universidade São Francisco (1986-1989); Horizontes: revista de ciências humanas (1990-1995). Disponível em: <http://www.usf.edu.br/revistas/horizontes>.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Volume 1: Orientação aos Professores. Brasília, 2007.

CORREIA, V.G.P. **Alunos com paralisia cerebral na escola: linguagem, comunicação alternativa, e processos comunicativos**. 2014. 282 f. Tese(Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

CHIOTE, F. de A. B.. **A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no Estado do Espírito Santo**. 2017. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2017.

CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GONÇALVES, M. A. C. L.; OLIVEIRA, A. L. S. de; SANTOS, E. C. dos. **Uma década da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: processos de formação no município de Vitória**. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo: GM Gráfica, 2018.

OLIVEIRA, R. I. de. **Conta-me como foi: percursos escolares de jovens e adultos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, mediados por processos de compensação social**. 2014. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014.

SANTOS, E. C. dos; GONÇALVES, M. A. C. L. (org.). **Autismos: a constituição humana a partir da abordagem histórico-cultural**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021.

Disciplina: Educação, Corpo e Movimento

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 30h

Período: 5º

Ementa:

Pedagogia do movimento na educação escolar. Expressão e consciência corporal. Exploração do meio ambiente e desenvolvimento de atividades lúdicas. Conhecimento de técnicas, procedimentos e recursos ligados à recreação e aos jogos: teoria e prática. Conceito e fundamentos do desenvolvimento psicomotor da criança. Metodologia e práticas pedagógicas do movimento humano. Corpo, movimento, educação e escola.

Bibliográfica básica:

BARBOSA, Ana Mãe. **Arte – Educação no Brasil: Das Origens ao Modernismo**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias; PICOSQUE, Gisa e GUERRA, Maria Terezinha Telles. **Didática do Ensino de Arte: A Língua do mundo: Poetizar, Fuir e Conhecer Arte**. São Paulo, FTD, 1998.

FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos; HEINSIUS, Ana Maria; BARROS, Darcymires do Rego. **Psicomotricidade escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

Bibliografia complementar:

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Atividades recreativas: para divertir e ensinar**. 2.ed. Curitiba: Vozes, 2005.

MATOS JR. Moacir Ávila de; SALLES FILHO, Nei Alberto; FINCK, Silvia Christina Madrid; MARINHO,

Hermínia Regina Bugeste. **Pedagogia do movimento universo lúdico e psicomotricidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Disciplina: Ensino de Geografia

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 5º

Ementa:

Fundamentos e conceitos da Geografia. Representação do Espaço. Iniciação da linguagem cartográfica para crianças. Divisão política e regional. A relação campo e cidade. Análise crítica das problemáticas socioambientais. Objetivos do ensino de geografia para as séries iniciais do ensino fundamental. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino de Geografia para séries iniciais. Produção e desenvolvimento de técnicas e projetos interdisciplinares para séries iniciais do ensino fundamental.

Bibliográfica básica:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

CASTELLAR, Sonia. **Educação Geográfica**: Teorias e práticas docentes. Vol 5 GEOUSP: novas abordagens. Editora Contexto, 2006.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. 3 ed. Editora Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Por uma Geografia nova**: da crítica a Geografia à Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 2012. MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia**. Rio de Janeiro: Scipione, 2010.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tânia Regina Dias Silva (Org.). **(Geo)grafias e linguagens**: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013. 391 p.

Disciplina: Educação Não Formal

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 5º

Ementa:

Os processos educativos nos espaços não formais no contexto brasileiro e capixaba, contemporâneo. O papel do pedagogo na articulação do conhecimento. A didática nos museus e centros de ciência. Planejamento e avaliação da práxis pedagógica na educação não escolar. Divulgação/popularização da ciência para a composição de uma cultura científica.

Bibliográfica básica:

CHISTÉ, P. de S. **Educação na Cidade: possibilidades contra-hegemônicas de atuação de professores, mediadores de espaços culturais e educadores sociais.** Revista Pedagogia Social UFF, v. 3, n. 1, sep. 2017. Disponível em: <https://acesse.dev/2FxPe>.

GOHN, M. da G. **Educação Não Formal e Cultura Política** - Vol. 26 - 5ª Ed. SP: Cortez, 2011.

GOHN, M. da G. M. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p. (Questões da nossa época ; 1). ISBN 9788524915932 (broch.).

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social.** São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia complementar:

AMADO, M. V.; GILLES, L. **Espaços Potencialmente Educativos do Espírito Santo: Guia Prático com Sequências Didáticas Interdisciplinares.** Vitória, ES: Edifes, 2019.

ARROYO, M. **Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Currículo Sem Fronteiras v. 3, n. 1, p. 28-49, jan/jun. 2003.

CHISTÉ, P.; DONIZETTI SGARBI, A. D. **Cidade educativa: reflexões sobre educação, cidadania, escola e formação humana.** Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica, [S. l.], v. 5, n. 04, p. 84-114, 2019. DOI: 10.36524/dect.v5i04.134. Disponível em: <https://acesse.dev/Qr5Zb>. Acesso em: 5 out. 2023. VOGT, C. (Org.). **Cultura científica: desafios.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MARANDINO, M [et. al.]. **A educação em Museus e os Materiais Educativos.** São Paulo: GEENF/USP, 2016.

OLIVEIRA, A. F.; ANJOS, M. B. **Mediação em Museus e Centros de Ciências: contribuições para a formação docente.** Ensino, Saúde e Ambiente, v. 16, 2023.

SÁ, R. A. de. **Pedagogia: o trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares.** Curitiba: Educar, 2000.

SÁ, R. A. de. (2000). **Pedagogia: identidade e formação o trabalho pedagógico nos processos educativos não-escolares.** *Educar Em Revista*, (16), 171–180.

TRILLA, J.; ARANTES, V. A.; GHANEM, E. **Educação Formal e Não formal: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2008.

VALENTE, M. E., CAZELLI, S. e ALVES, F. **Museus, ciência e educação: novos desafios.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005. Disponível em: <https://encr.pw/C6AOS>.

Disciplina: Gestão Escolar no Ensino Médio e na Educação Profissional
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 5º
Ementa: Ensino médio e Educação profissional, especificidades, legislação, tensões entre o ensino propedêutico e tecnológico. Ensino médio integrado, conceito em disputas, desafios e possibilidades. Orientações curriculares nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional. Juventude, trabalho e educação no Brasil.
Bibliográfica básica: BRASIL, MEC. Resolução CNE/CEB nº 2/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. 30 de janeiro de 2012. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio . 02 de abril de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf . GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. KUENZER, A. (org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho . São Paulo: Cortez, 2000.
Bibliografia complementar: ARAÚJO, Adilson Cesar e SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios . Brasília: Ed. IFB, 2017. CAETANO, Andressa Mafezoni e ESTEVAM, Mariana Karoline Dias C. O Pedagogo como articulador da inclusão escolar no Ensino Médio . Revista Educação Especial em Debate v. 7 n. 13 p. 44-63 jan./jun. 2022. FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso . Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017. GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional . Educ. Soc., Campinas, v.40, e0207906, 2019; MÈSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. P.19-125. MORAIS, Raquel Pereira et.al. A formação integral no Ensino Médio (des) integrado no Brasil: a indissociável relação entre trabalho e educação . Trabalho & Educação v.30 n.1 p.117-129 jan-abr 2021; e NOSELLA, Paolo. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico . Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, out.-dez. 2011. Disponível em < http://www.cedes.unicamp.br > RAMOS, Marise. Do “Nó do 2º. grau” ao ultraconservadorismo da atual política do ensino Médio no Brasil: atualidade e urgência do pensamento de Demerval Saviani . Revista Trabalho Necessário. V.19, nº 39, 2021 (maio-agosto).

Disciplina: Estágio Supervisionado na Educação Infantil II

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado
Carga Horária: 70h
Período: 5º
Ementa: Realização de regência e docência compartilhada. Produção de ações e instrumentos pedagógicos com as escolas campo. Potencialização de novos conhecimentos, a partir das especificidades do trabalho docente na educação infantil nos processos de formação inicial dos estudantes e continuada dos professores. Pesquisa sobre a própria prática na Educação Infantil.
Bibliográfica básica: MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005. 221 p. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene (Orgs.). Estágio Supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades. São Paulo: Junqueira&Marin, 2008.
Bibliografia complementar: ANJOS, Cleriston Izidoro dos. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: arte na educação infantil. Petrópolis: Vozes, 2012. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e aprendizagem da profissão docente. 1. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. LOSS, Adriana S.; SARTORI, Jerônimo; PIEROZAN, Sandra S. Höpner (Orgs.). Estágio supervisionado em pedagogia: concepções e práticas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Disciplina: Pedagogia da Alternância e Educação do Campo
Núcleo: AAE - Atividades Acadêmicas de Extensão
Carga Horária: 80h
Período: 6º
Ementa: Antecedentes Históricos do Movimento da Educação do Campo; Concepções e Práticas Alternativas da Educação do Campo; A Educação do Campo na Atualidade. Pedagogia da Alternância e suas bases fundantes e Mediações Didáticas Pedagógicas. O projeto político-pedagógico como articulador do trabalho da comunidade escolar: Interculturalidade / Interdisciplinaridade / Campesinato; Aprofundamento do estudo de métodos e fundamentos para o trabalho de organização e educação comunitária; orientação metodológica para elaborar com a comunidade um projeto de intervenção na realidade do campo envolvendo a escola. Saberes e práticas socioculturais e institucionais, suas relações com a formação humana e os contextos comunitários, englobando representações sociais, relações de poder e as dimensões biopolíticas dos indivíduos em sua comunidade.
Bibliográfica básica:

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. STREK, Danilo Romeu; Esteban, Maria Teresa (orgs). Educação Popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Salete Roseli; MOLINA, Mônica C. Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2011.
Bibliografia complementar: CALIARI, Rogério. Família Camponesa e Pedagogia da Alternância: consolidando diálogos. Curitiba: Appris, 2019. FOERSTE, Erineu. (org). Culturas, Parcerias e Educação do Campo. Curitiba: Appris, 2020. ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: editora Gutemberg, 2012. ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel., MARTINS, Aracy Alves (orgs). Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. GHEDIN, Evandro. Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

Disciplina: Alfabetização e Letramento II
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 6º
Ementa: Concepções de linguagem e tipos de ensino relacionados. Relações entre fala e escrita. O sistema de escrita da língua portuguesa. Leitura e produção de texto na fase inicial de aprendizagem da leitura e da escrita: Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. As hipóteses das crianças sobre os erros na escrita. Possibilidades de intervenção na escrita infantil. Avaliação e acompanhamento do processo de alfabetização.
Bibliografia básica: GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização: a criança e a linguagem escrita. São Paulo: Autores Associados, 2003. SOARES, Magda. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991
Bibliografia complementar: BAKHTIN, M. M. Problemas da poética de Dostoiévski. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018. BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolingüística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2004. GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Alfabetização: teoria e prática. Curitiba, PR: Sol; 2009.

Disciplina: Ensino de Matemática II
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 6º
Ementa: Números racionais em notação decimal e fracionária. Localização dos números racionais na reta real. O conceito de grandezas e os números decimais como medidas. O sistema monetário nacional. Operações com números decimais. A fração como relação parte-todo, operador multiplicativo, quociente e probabilidade. Frações equivalentes. Operações com números fracionários. A evolução de noções lógico-espaciais e do pensamento geométrico no aprendiz. Ensino e aprendizagem de conceitos básicos da geometria plana e espacial. Significado de medida e de unidade de medida de comprimento, capacidade, massa, volume e tempo. Noções de probabilidade e estatística. O uso de gráficos e tabelas.
Bibliográfica básica: CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino de matemática. São Paulo: Cortez, 2014. SELBACH, Simone. (org.) Matemática e Didática. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. PANIZZA, M. (e colaboradores). Ensinar Matemática Na Educação Infantil e Nas Séries Iniciais: Análises e Propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
Bibliografia complementar: TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. Didática da Matemática: como dois e dois – a construção da Matemática. São Paulo: FTD, 2010. STEWART, Ian. Mania de matemática: diversão e jogos de lógica e matemática. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. CENTURION, Marília. Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações. São Paulo: Scipione, 1994. CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Analúcia Dias (Colab.). Na vida dez, na escola zero. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994. ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática. 6. ed. São Paulo: Ática, 1994. DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática: 1ª a 5ª séries, para estudantes do curso de magistério e professores do 1º grau. São Paulo: Ática, 1989.

Disciplina: Noções Básicas de Agroecologia
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60 h
Período: 6º

Ementa:

Histórico, conceito e importância da Agroecologia. Impactos ambientais e desafios da Agroecologia. Segurança alimentar. Agroecossistema. Os ciclos de energia, da água e de nutrientes nos agroecossistemas. Práticas pedagógicas em Agroecologia. Perspectivas da Agroecologia.

Bibliográfica básica:

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

JACOB, Luciana Buainain. **Agroecologia na Universidade: entre vozes e silenciamentos**. Curitiba: Appris. 2016.

Bibliografia complementar:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Jose Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2004.

FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra e LIMA, Jorge Roberto Tavares de. **Agroecologia - Conceitos e Experiências**. Curitiba: Editora: Jorge Tavares. 2016.

AMARAL, Atanásio Alves do. **Fundamentos de Agroecologia**. São Paulo: Editora: do Livro Técnico. 2012.

Disciplina: Pesquisa Educacional

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 6º

Ementa:

Conhecimento: evolução e natureza. Ciência, Ideologia e senso comum. Função social da Pesquisa. Projeto de pesquisa. Abordagens teórico-metodológicas. Fases do Processo de Pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Análise quantitativa e qualitativa. Relatório de pesquisa.

Bibliográfica básica:

ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2001.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 10.ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

Bibliografia complementar:

COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos I - Novos Olhares na Pesquisa em Educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia de Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FILHO, J.C dos S; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional: quantidade e qualidade**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

AZANHA, Jose Mario Pires. **Uma Ideia De Pesquisa Educacional**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa-princípio científico e princípio educativo**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FAZENDA, I. (Org.). **Novos Enfoques da pesquisa educacional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disciplina: Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado

Carga Horária: 70h

Período: 6º

Ementa: Regência de classe e Docência compartilhada. Realização de diagnóstico, planejamento e intervenção pedagógica na instituição escola campo. Foco na organização do trabalho pedagógico desenvolvido no campo de estágio e nas práticas de ensino. Parceria entre o campus e escolas campo no desenvolvimento de formação continuada dos profissionais. Pesquisa sobre a própria prática em salas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliográfica básica:

SILVA, Nilson Robson Guedes. **Estágio Supervisionado em Pedagogia**. Campinas: Alínea, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). **Pedagogia Ciência da Educação?** - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Bibliografia complementar:

ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 144 p.

ALVES, Nilda (Org.). **Criar currículo no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 245 p.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Disciplina: Educação Ambiental
Núcleo: AAE - Atividades Acadêmicas de Extensão
Carga Horária: 80h
Período: 7º
Ementa: Princípios, objetivos e conceitos básicos da Educação Ambiental (EA). História da EA Mundial e Brasileira. Políticas Estruturantes da Educação Ambiental. Metodologias de Educação Ambiental. Formação de Educadores Ambientais. Práticas, ações e materiais didáticos em Educação Ambiental. Temáticas Ambientais aplicadas ao contexto escolar. Educação e Sustentabilidade. Educação Ambiental ética e o contexto socioambiental. Cultura e Patrimônio Ambiental. Organização de atividades extensionistas promovidas em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia.
Bibliográfica básica: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo : Cortez, 2012. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. 4. ed. Campinas : Papyrus, 2001. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis : Vozes, 2015.
Bibliografia complementar: BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. 3. ed. São Paulo : Ática, 1999. _____. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. 14. ed. Petrópolis : Vozes, 2008. DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1994. GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo : Ed,L, c2008. REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Disciplina: Ensino da Arte
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 7º
Ementa: História da Arte e suas diversas manifestações artísticas regionais, nacionais e internacionais. Fruição e produção artística. Educação Estética e formação humana. Relações entre Ciência e Arte. Estudos dos fundamentos e metodologias do Ensino da Arte. Compreensão dos diferentes espaços voltados para o ensino da arte. Utilização de diferentes linguagens artísticas na sala de aula (artes visuais, teatro, música e cinema).
Bibliográfica básica: BARBOSA, Ana Mae (Org.). Ensino da Arte: Memória e História. São Paulo: Perspectiva, 2014. FERRAZ, M. Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende e. Metodologia do Ensino de Arte. 3 ed. São

Paulo: Cortez, 2018.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari. Encontros com arte e cultura. São Paulo: FTD, 2012.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos São Paulo: Perspectiva, 2019.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

LOPES, Almerinda da Silva. Artes Plásticas no Espírito Santo: 1940 – 1969. Vitória: Edufes, 2012.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. Criação e imaginação na infância. Tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão popular, 2018.

Disciplina: Ensino de Ciências da Natureza

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 7º

Ementa: Ensino de Ciências na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: histórico, função social, objetivos, conceitos básicos. Concepções sobre noções básicas do Ensino de Ciências. Ensino de Ciências por Investigação e aspectos relacionados à natureza da ciência, especialmente a interdependência entre teorias e práticas. Questões socioambientais. Análise crítica de propostas curriculares e de materiais didáticos. Planejamento e produção de atividades visando a aprendizagem de conceitos básicos das Ciências da Natureza em espaços escolares e não-escolares. Alfabetização Científica. Abordagem Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA) e aspectos da Educação Ambiental. Práticas de Ensino e o Ensino de Ciências.

Bibliográfica básica:

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Formação de professores de ciências:** tendências e inovações. 10. ed. São Paulo : Cortez, 2011.

CHASSOT, Attico Inácio. Alfabetização científica : questões e desafios para a educação. 8. ed. rev. Ijuí : Unijuí, 2018.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. P.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Docência em formação).

Bibliografia complementar:

BIZZO, Nelio; CHASSOT, Attico; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Ensino de ciências:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2013.

CACHAPUZ, Francisco Antônio (Org.). **A necessária renovação do ensino das ciências.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. **Metodologia do ensino de Ciências.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KAUARK, Fabiana; COMARU, Michele Waltz (Org.). **Ensinando a ensinar ciências:** reflexões para docentes em formação. Vitória: Edifes, 2017.

LEITE, Sidnei Quezada Meireles (Org.). **Práticas experimentais investigativas em ensino de ciências:** caderno de experimentos de física, química e biologia - espaços de educação não formal - reflexões sobre o ensino de ciências. Vitória: Ifes, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria Bianchini. **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: Ensino de Língua Portuguesa II

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 7º

Ementa: Fundamentação teórica e metodológica para o ensino de Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita a partir de diversidade de gêneros do discurso: concepções de linguagem, de língua, de texto, de leitura e de prática de ensino. Texto como unidade de ensino de Língua Portuguesa. Leitura como processo discursivo e dialógico de produção de sentidos. Planejamento e elaboração de materiais e procedimentos didáticos e de sistemáticas de avaliação da aprendizagem de Língua Portuguesa. Avaliação do trabalho com textos (orais e escritos). Organização do texto científico.

Bibliográfica básica:

DIONÍSIO, Ângela P. e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O livro didático de Português. Múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DIONÍSIO, A.P. MACHADO, A P., BEZERRA, M. A (orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FERNANDES, Mônica T. S. Trabalhando com os gêneros do discurso: narrar fábula. São Paulo: FDT, 2001.

Bibliografia complementar:

GERALDI, João Wanderley. (org.). O texto na sala de aula. 4a. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KRAMER, Sônia & OSWALD, Maria Luiza. Didática da linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever?. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovith. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LOPES-ROSSI, M. A. (Org.) Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escolar. (Trad. E organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral

Carga Horária: 60h

Período: 7º

Ementa: Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN. Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Ação

pedagógica, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. A importância da avaliação: finalidade e objetivos. Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. (parâmetros fonológico, léxico da morfologia; diálogos contextualizados).

Bibliográfica básica:

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de libras**. São Paulo : Phorte, 2011.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4 ed. Campinas, SP : Autores Associados, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>

BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2001. 79 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Org.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba : InterSaberes, 2019.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: 7º

Ementa:

Elaboração de um Projeto de Pesquisa na grande área da educação, sob orientação de um professor, se constituindo como momento de integração dos conceitos apreendidos ao longo do curso, e preparação para a execução da pesquisa científica no componente TCC II.

Bibliográfica básica:

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Atlas, 1999 MENDES, G.;

TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática**. Ed. 12º - Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. 21º. Rio de Janeiro: Cortez, 2000.

Bibliografia complementar:

Antônio G. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª, São Paulo: Atlas, 2010.

SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2ª. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1ª. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar referência bibliográfica**. 7ª. São Paulo: Humanitas, 2008.

HUBNER, M. M. **Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação**. São Paulo: Pioneira.

Disciplina: Estágio Supervisionado na EJA/Ensino Regular Noturno II

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado

Carga Horária: 70h

Período: 7º

Ementa: Organização Curricular e orientações didático-pedagógicas para o trabalho na EJA. Ações educativas e/ou pedagógicas em espaços escolares de jovens e adultos. Espaços escolares como campo de estágio na perspectiva de pesquisa sobre a própria prática, por meio da observação, inserção no campo de estágio com intervenção, problematização e reflexão acerca de ações e práticas vivenciadas e observadas durante o estágio. Pesquisa sobre a própria prática em classes de EJA / Ensino noturno.

Bibliográfica básica:

GADOTTI, M.; RAMÃO, J. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria e prática e proposta. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARCELOS, Valdo; DANTAS, Tânia Regina (Orgs.). **Políticas e práticas na educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy Denis (Org.). **Educação de jovens e adultos**: uma memória contemporânea: 1996-2004. Brasília: UNESCO, 2004. 209 p. (Coleção educação para todos).

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs.). **Estágios Supervisionados na formação docente**: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Parecer n. 11/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Trabalhando com educação de jovens e adultos**: a sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem. Brasília: MEC, 2006, 50 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**: educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena: documento base. Brasília: MEC, 2007. 123 p.

Disciplina: Educação para as Relações Étnico-Raciais

Núcleo: AAE - Atividades Acadêmicas de Extensão
Carga Horária: 80h
Período: 8º
Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.
Bibliografia básica: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. 1. reimpr. São Paulo, SP: Edusp, 2008.
Bibliografia complementar: GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, [s. l.], v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 170 MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2000: altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008: altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

Disciplina: Ensino de História
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 8º
Ementa: Ensino de História: fundamentos teóricos, históricos e pedagógicos. Objetivos, conteúdos e metodologias do ensino de História. As tendências e paradigmas da historiografia e sua relação com o ensino da disciplina. A História como componente curricular e o atual estado do ensino de História nas

instituições educacionais brasileiras. Materiais didáticos para o ensino de História. As fontes primárias e os conceitos historiográficos na sala de aula. Lugares de memória, história e educação. O ensino de história e cultura afro-brasileira. O ensino da história do Espírito Santo.

Bibliográfica básica:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde Alcantara (Orgs). Ensino de história, seus sujeitos e suas práticas. Vitória: GM, 2006

Bibliografia complementar:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

CATELLI JUNIOR, Roberto. Temas e linguagens da história: ferramentas para a sala de aula no ensino médio. São Paulo: Scipione, 2010.

GUIMARAES, Marcella Lopes. Capítulos de história: o trabalho com fontes. Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

RIBEIRO, L. C.; QUINTÃO, L. C.; FOLLADOR, K. J.; FERREIRA, G. L. (Orgs). Modernidade e Modernização no Espírito Santo. Vitória: Edufes, 2015.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Disciplina: Literatura Infantil e Juvenil

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 40h

Período: 8º

Ementa:

A questão do gênero. Literatura infantil e juvenil. Problemática de conceituação e historicidade do gênero. O sistema de produção-circulação-recepção. Literatura para crianças, jovens e ideologia. Modalidade de literatura infantil e juvenil: a narrativa e a lírica para crianças e jovens.

Bibliográfica básica:

COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2010.

MIGUEZ, Fátima: Nas artemanhas do imaginário infantil: o lugar da literatura na sala de aula. Rio de Janeiro: Singular, 2009.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2007.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas. Vitória: EDUFES, 2015.

CORSINO, Patrícia (Org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). infância (in)visível. Araraquara: junqueira e Martins, 2007.
FARIA FILHO, Luciano Mendes; ARAÚJO, Vania Carvalho de. (Org.). História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2011.
CUNHA, Maria Antonieta Antunes: Literatura Infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2006.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: 8º
Ementa: Continuação e execução do Projeto de Pesquisa elaborado no TCC I, na área da educação. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientação acadêmica.
Bibliográfica básica: RICHARDSON, R.J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Atlas, 1999 MENDES, G.; TACHIZAWA, T. Como fazer monografia na prática. Ed. 12º - Rio de Janeiro: FGV, 2008. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. Ed. 21º. Rio de Janeiro: Cortez, 2000.
Bibliografia complementar: HUBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004. RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar referência bibliográfica. 7ª São Paulo: Humanitas, 2008. BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. Da UFSC. São Paulo: Cortez, 2002. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. Ed.7. São Paulo: Atlas, 2008. IFES. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos. Ed. 5. Vitória, 2012. SPECTOR, N. Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos. 2ª. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. BOAVENTURA, E. M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. 1ª. São Paulo: Atlas, 2004. RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar referência bibliográfica. 7ª. São Paulo: Humanitas, 2008. HUBNER, M. M. Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação. São Paulo: Pioneira.

Disciplina: Educação para Sustentabilidade II
Núcleo: EFG - Estudos de Formação Geral
Carga Horária: 40h
Período: 8º
Ementa: História ambiental brasileira. A crise ecológica. A questão da terra e do território no Brasil. A educação escolar e meio ambiente. Panorama do movimento ambiental e da Legislação ambiental.

Experiências/vivências de sustentabilidades em comunidades. Movimentos sociais relacionados à Educação Ambiental. Educação e Sustentabilidade. Educação Ambiental ética e o contexto socioambiental.

Bibliográfica básica:

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Ecologia: grito da terra grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextame, 2004.

CARVALHO, I. C. De M. **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas, SP: Pailacro e pirus, 2007.

GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia; PEREIRA, Yara Christina Cesário. In: GUERRA, Antônio Fernando Silveira; FIGUEIREDO, Mara Lúcia (Org.). **Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável?** Da ambiguidade dos conceitos à prática pedagógica em educação ambiental. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Ministério do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil:** conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Coordenação de Soraia Silva de Mello e Rachel Trajber. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: Unesco, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Meio Ambiente e Saúde / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SECAD, 1997.

GENTILI, Pablo. ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto:** com um epílogo do subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A falsificação do consenso:** Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** a era da informação, sociedade e cultura. Vol.2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

Disciplina: Estágio Supervisionado em Gestão II

Núcleo: ECS - Estágio Curricular Supervisionado

Carga Horária: 70h

Período: 8º

Ementa: Diagnóstico, planejamento e intervenção na gestão educacional nas instituições campo de estágio. Produção de ações compartilhadas entre a instituição formadora e as escolas campo, potencializando os processos de formação inicial e continuada de gestores educacionais. O pedagogo como elo articulador e implementador na organização e gestão em múltiplos espaços de atuação. Pesquisa sobre a própria prática.

Bibliográfica básica:

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). **Temas de pedagogia:** diálogos entre didática e currículo. São Paulo : Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens. 10. ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; SILVA, Itamar Mendes; LIMA, Marcelo (Org.). **Política educacional e gestão da escola básica: perspectivas**. São Paulo : Pedro & João, 2014.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo : Heccus , 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo : Xamã, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo : Ática, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**. 2. ed. Brasília : Liber Livro, 2009.

Componentes Curriculares Optativos

Disciplina: Educação do Campo

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: Optativa

Ementa: Antecedentes Históricos do Movimento da Educação do Campo; Concepções e Práticas Alternativas da Educação do Campo; A Educação do Campo na Atualidade. Diagnóstico da Educação do Campo; Abordagens teórico-metodológicas da historiografia na produção da Educação do Campo ; Panorama geral da organização do sistema de ensino brasileiro para as escolas do campo; As especificidades da educação do/no campo; A Legislação e Políticas da Educação do Campo.

Bibliográfica básica:

FOERSTE, Erineu. (org). **Culturas, Parcerias e Educação do Campo**. Curitiba, Appris, 2020.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: editora Gutemberg, 2012.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel., MARTINS, Aracy Alves (orgs). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

Bibliografia complementar:

AUED, Bernadete Wrublewski; VENDARMINI, Célia Regina. **Educação do campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

GHEDIN, Evandro. **Educação do campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

ROSSI, Rafael. **Educação do campo: questões de luta e pesquisa**. Curitiba: CRV, 2014.

ARAUJO, Gustavo Cunha de; COVER, Maciel; RUAS JUNIOR, José Jarbas Pinheiros; BONILLA, Marcos Facchin (orgs). **Educação do campo: artes e formação docentes**. Palmas: EDUFT, 2018.

STREK, Danilo Romeu; Esteban, Maria Teresa (orgs). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Disciplina: Educação, Sociedade e Movimentos Sociais
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: Optativa
Ementa: As principais abordagens e perspectivas analíticas sobre movimentos sociais. As teorias sociais contemporâneas frente ao fenômeno educacional e a multiculturalidade. As diferentes abordagens temáticas dos Movimentos Sociais e suas interlocuções educativas. Globalização e políticas públicas. A educação formal e informal no contexto dos movimentos sociais.
Bibliográfica básica: ALVARENGA, Marcia Soares de (Orgs). Educação popular, movimentos sociais e formação de professores. Rio de Janeiro: UERJ editora, 2012. GOHN, Maria da Glória. (org.) Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010. GOHN, Maria da Glória. (org.). Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
Bibliografia complementar: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. MELLUCCI, Alberto. A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001. ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Eveline e ESCOBAR, Arturo (Orgs). Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais: experiências e desafios. Fortaleza: Impreco, 2016.

Disciplina: Interculturalidade e Processos Educativos
Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos
Carga Horária: 60h
Período: Optativa
Ementa: Pressupostos teóricos da interculturalidade. Dimensão histórica, Intercultural e Educação. A diversidade e educação intercultural na Educação Básica. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Educação no contexto da diversidade cultural: ação pedagógica e o respeito à alteridade no espaço escolar. Formação do professor e a variabilidade de gênero, raça, classe social e padrões culturais. Representação política e movimentos sociais. Dinâmica cultural e educação nos contextos sociopolíticos da sociedade brasileira a partir do entendimento dos processos de constituição das identidades individuais e coletivas, a partir dos conceitos diferença, identidade e alteridade e de

proposições educativas na perspectiva intercultural. Educação no contexto da diversidade cultural: ação pedagógica e o respeito à alteridade no espaço escolar. Dinâmica cultural e contexto sociopolítico. O processo de globalização contemporânea como fundamento da sociedade informacional. A interculturalidade e a(s) identidade(s) cultural no século XXI.

Bibliográfica básica:

ALBÓ, Xavier. **Cultura, Interculturalidade, Inculturação**. São Paulo: Loyola, 2015

CANDAU, Vera M. (Org). **Sociedade, educação e cultura(s)**. Questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Como Cultura**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2022.

Bibliografia complementar:

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora EDUSP, 2017.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Ibpex, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

Disciplina: Pedagogia da Alternância

Núcleo: AACE - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos

Carga Horária: 60h

Período: Optativa

Ementa: Contextualização histórica das lutas por uma Educação do Campo no Campo; Concepções e práticas alternativas da Educação do Campo; História da educação: o caso da Pedagogia da Alternância; Princípios fundamentais da Alternância; Mediações Didáticas Pedagógicas da Alternância.

Bibliográfica básica:

SILVA, Lourdes helena da. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias?**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.

CALIARI, Rogério. **Família Camponesa e Pedagogia da Alternância: consolidando diálogos**. Curitiba: Appris, 2019.

Bibliografia complementar:

FOERSTE, Erineu; MURI, Maria Laura Bassani; CALIARI, Rogério (orgs). **Diálogos interculturais em terras capixabas**. Vitória: EDUFES. 2012.

ALVES, Gilberto Luiz (org). **Educação do Campo: recortes no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados. 2009.

FOERSTE, Erineu; PUIG-CALVO, Pedro; GERKE, Janinha; CALIARI, Rogério (orgs). **Pedagogia da alternância: 50 anos em terras brasileiras memórias, trajetórias e desafios**. Curitiba: Appris, 2020.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Salete Roseli; MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo**.

Petrópolis: Vozes, 2011.

STREK, Danilo Romeu; Esteban, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

6.3.6. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado do Curso será obrigatório e está de acordo com o previsto na Resolução CNE/CP nº 4/2024, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, na Lei Federal nº 11.788/2008 (Lei de Estágio), na Lei nº. 14.913/2024 (que altera a Lei nº 11.788/2008, indicando que as atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica e de intercâmbio no exterior desenvolvidas pelo aluno poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso) e na Resolução Consup nº 58/2018, que regulamentam o estágio dos alunos do Ifes.

Os estagiários com deficiência terão direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004, bem como a outras especificidades regulamentadas na Lei de Estágio.

Conforme exigido no Inciso IV do Artigo 13 da Resolução CNE/CP nº 4/2024, o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas e deve ser realizado em instituição de Educação Básica.

Ainda de acordo com esta mesma Resolução, o Estágio Curricular Supervisionado:

[...] tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

§ 1º O estágio curricular supervisionado não é uma atividade laboral, é um dos componentes da formação do futuro profissional de magistério e, portanto, deve ser desenhado para assegurar que seja uma experiência de aprendizagem e socialização inicial na profissão.

§ 2º O licenciando em situação de estágio curricular supervisionado não será o principal responsável pela regência das aulas, e quando assumir essa função, deverá ser acompanhado do professor regente e supervisionado pelo docente da IES.

§ 3º Os conteúdos de que trata o inciso II do caput (Núcleo II – Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - AACE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos) serão definidos de acordo com a área da licenciatura escolhida, priorizados conforme o PPC das IES, em sintonia com os sistemas de ensino, que oportunizarão, entre outras possibilidades:

I - compreensão dos fundamentos epistemológicos, conceituais e procedimentais da área de conhecimento específico;

II - compreensão do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) necessário para o planejamento, realização e tematização de situações de ensino e aprendizagem, com a mobilização de vivências práticas dos licenciados em atividades que os aproximem do exercício profissional docente;

III - conhecimento de diferentes referenciais teórico-metodológicos em sua área de formação disciplinar, com particular ênfase no repertório sobre o CPC;

IV - vivências de articulação entre os conhecimentos específicos e práticas de ensino;

V - conhecimento das relações entre a área de formação e outros campos do conhecimento, favorecendo a construção de um conhecimento interdisciplinar;

VI - conhecimentos sobre processos de aquisição da língua materna e sua relação com a aprendizagem específica do campo de formação;

VII - investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; e

VIII - conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, e outros instrumentos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

§ 4º As atividades de que trata o inciso III do caput são direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o diálogo entre os licenciandos, que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar; essas iniciativas devem dar prioridade a projetos que:

I - fomentem o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica;

II - promovam atividades que estimulem a interação entre os membros da comunidade acadêmica, com o objetivo de compreender a complexidade da prática docente;

III - iniciem diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação;

IV - encorajem a interdisciplinaridade dentro do contexto escolar, através da criação de materiais didáticos que possam ser adaptados às necessidades pedagógicas;

V - apoiem a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos professores das instituições de Educação Básica;

VI - estabeleçam interações com estudantes da Educação Básica e seus familiares, promovendo uma relação mais próxima entre a instituição de Educação Básica e a comunidade; e

VII - analisem a instituição de Educação Básica em seu contexto territorial, incentivando a realização de ações coordenadas entre a IES e a sociedade local.

§ 5º O estágio de que trata o inciso IV do caput, para que cumpra seu objetivo, deverá:

I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso;

II - considerar uma progressão cuidadosa das atividades desenvolvidas, iniciando com atividades de observação acompanhadas de protocolos claros e, progressivamente, incorporando atividades nas quais o licenciando assuma ações docentes;

III - estar claramente articulado às disciplinas que envolvem a prática de ensino e estabelecer focos claros para cada um dos semestres letivos;

IV - contar com a supervisão de membro do corpo docente do curso de licenciatura, cuja área de formação ou experiência profissional seja compatível com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, que atuará em articulação com a instituição de Educação Básica no acompanhamento das experiências de aprendizagem do licenciando;

V - contar com o apoio e a mediação de profissionais de referência, integrantes dos quadros docentes das escolas, redes e sistemas de ensino, com a tarefa de acolhimento, orientação e diálogo formativo com os licenciandos nas atividades de estágio, a partir de programas e projetos estruturados nos PPCs de seus cursos; e

VI - oferecer múltiplas oportunidades estruturadas para que o licenciando aprenda práticas específicas relacionadas ao ensino e à condução dos processos educativos, por

meio da observação, discussão, e atuação direta, com múltiplas oportunidades de receber devolutivas sobre sua atuação.

O estágio curricular supervisionado obrigatório no Curso de Licenciatura em Pedagogia terá duração de 400 horas, com o objetivo de articular os conhecimentos construídos durante o curso com a prática real de trabalho na área. Estas horas serão distribuídas ao longo do Curso, desde o seu início, na área de formação e atuação na Educação Básica e será realizado em instituições de Educação Básica.

O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e promove a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, mantendo-se registro acadêmico, havendo acompanhamento pelo docente orientador do estágio, no Campus Itapina, nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e práticas inovadoras para a gestão da relação entre a instituição e a rede de escolas da Educação Básica.

Além disto, o estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática e contempla a articulação entre o currículo do Curso e aspectos práticos da Educação Básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.

O estágio curricular supervisionado obrigatório segue regulamento específico, conforme apresentado no Anexo I.

6.3.7. Atividades Acadêmicas de Extensão

Conforme previsto na Res. CNE/CP nº. 4/2024, a construção do conhecimento sobre o ensino, a aprendizagem, a avaliação e o conteúdo específico de sua formação, deve ser subsidiada pela valorização da pesquisa e da extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento dos profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa.

O registro do desenvolvimento do licenciando nas atividades acadêmicas de extensão deverá ser feito em documentação adequada, que permita o acompanhamento do processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do licenciando, priorizando-se estudos de aspectos éticos, didáticos e comportamentais no contexto do exercício profissional, de forma a articular o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa.

As Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) serão realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares. Envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador. As 320 (trezentas e vinte) horas destinadas às atividades de extensão serão realizadas, integralmente, de forma presencial.

6.3.8. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme descrito no Anexo II deste PPC, é uma atividade de síntese e integração do conhecimento, que poderá ser desenvolvido por meio das experiências vivenciadas em qualquer das atividades pedagógicas inerentes ao curso.

O objetivo do TCC é consolidar os conteúdos vistos ao longo do curso. Ele deverá ser sistematizado, permitindo que o aluno se familiarize com o seu futuro ambiente de trabalho e/ou área de pesquisa e extensão. O desenvolvimento deste trabalho possibilitará ao aluno a integração entre teoria e prática, por meio da verificação da capacidade de síntese das vivências adquiridas durante o curso.

O projeto de pesquisa, para a elaboração do TCC, deverá ser realizado sob a supervisão de um docente orientador, podendo ser estruturado como monografia ou artigo científico (individual ou em dupla). Ao final, o aluno poderá apresentar o TCC individualmente, caso tenha um autor, ou em dupla, caso tenha optado por dois autores. O aluno deverá iniciá-lo até, no mínimo, dois semestres antes da conclusão do curso.

O Coordenador do Curso será responsável por receber, em tempo hábil, do Docente Orientador, a documentação para a dinamização da Banca de TCC, a fim de arquivá-la devidamente.

Conforme previsto no Art. 4º do Decreto nº 9.057 de 2017, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada de forma presencial.

6.3.9. Iniciação Científica

A Iniciação Científica é um instrumento que permite aos alunos de graduação vivenciarem experiências com a pesquisa científica. É a possibilidade de colocar o aluno em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nesta perspectiva, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, esta atividade pode ser definida como um importante instrumento de formação.

Os alunos têm a oportunidade de adquirir bolsas por meio de Projetos de Pesquisa submetidos por servidores para concorrer aos seguintes editais disponibilizados anualmente:

IFES – Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PICTI), que oferece bolsas financiadas pelo próprio IFES, CNPq e FAPES. Os alunos também têm a possibilidade de participar dos projetos como voluntários.

FAPES – Por meio de editais como o Programa de Iniciação Científica Júnior (PICJr), Mulheres na Ciência, Extensão Tecnológica e Universal são concedidas bolsas aos alunos dos cursos superiores.

Além disso, há a chance dos alunos obterem bolsas por meio de parcerias ou convênios estabelecidos com empresas do setor privado.

6.3.10. Extensão

A Coordenação de Extensão do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) Campus Itapina desempenha um papel fundamental na promoção e articulação das atividades de extensão na instituição. Sob a liderança comprometida da equipe coordenadora, a unidade tem se destacado na integração entre o conhecimento acadêmico e as demandas da comunidade local.

Uma das principais realizações da Coordenação de Extensão foi a implementação de projetos que visam estender o alcance da educação e dos serviços oferecidos pelo Ifes para além dos limites da sala de aula. Através de parcerias estratégicas com organizações locais, a Coordenação tem promovido ações que impactam positivamente a sociedade, abrangendo áreas como educação, cultura, saúde e meio ambiente.

Além disso, a Coordenação de Extensão tem desempenhado um papel ativo na promoção da interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Eventos, cursos e atividades culturais têm sido organizados com o intuito de criar um ambiente enriquecedor para os alunos e de estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática.

Destaca-se, também, o compromisso da Coordenação de Extensão com a inovação e a busca por soluções criativas para desafios locais. Projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica têm sido desenvolvidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

A Coordenação de Extensão do Ifes Campus Itapina tem desempenhado um papel crucial na consolidação do Instituto como um agente ativo na transformação social. Através de uma abordagem

dinâmica e integrada, a Coordenação tem fortalecido os laços entre a instituição e a comunidade, evidenciando o compromisso do Ifes com a excelência acadêmica aliada à responsabilidade social.

A Curricularização da Extensão é o processo de regulamentar as atividades de Extensão como parte obrigatória da carga horária integrada aos currículos dos Cursos de Graduação. Essa regulamentação foi promulgada a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº. 7, de 18 de dezembro de 2018.

O Ifes regulamentou as Diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão, por meio da Resolução Consup/IFES nº 38, de 13 de agosto de 2021. Para fins de atendimento ao previsto no Artigo 7º desta Resolução, a curricularização será encaminhada por meio de componentes curriculares específicos de extensão apresentados na matriz curricular do Curso, com a especificação da carga horária a ser desenvolvida em cada um desses componentes, considerando-se o que está previsto na ementa de cada um deles.

Foi considerada, também, a Instrução Normativa Conjunta Proen/Proex n.º 1, de 02 de agosto de 2023, que normatiza e orienta a elaboração de parecer pedagógico complementar que considera a integração das ações de extensão aos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação.

A curricularização da extensão deve ser efetivada não apenas por ser uma determinação. Deve ter, também, o objetivo de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso está focada no protagonismo e na transformação do aluno:

“O currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica. Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referência para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência.” (FORPROEX, 2006, p. 41-42)

Seguem ações de extensão em desenvolvimento que serão a base para o cumprimento da carga horária de extensão prevista neste Projeto Pedagógico de Curso:

- Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA);
- Núcleo de Arte e Cultura;
- Laboratório de Solos – LABSOLO;
- Laboratório de Extensão Maker para o Desenvolvimento de Soluções Agro, Tecnologias Educacionais e Robótica (LEM-Itapina);
- Núcleo Incubador Ifes campus Itapina;
- Apoio à agricultura familiar e rota agroturística de São Pedro Frio;
- Ciclo de debate: Meio Ambiente em foco – NEAA Ifes Itapina;
- (Re)Florestar;
- As marcas da feira;
- Manejo da irrigação em pequenas propriedades rurais na região de Baixo Guandu;
- Programa de extensão Ifes itapina de Porteira Aberta;
- Fortalecendo a agricultura familiar: conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento;

Além desses programas, outros poderão somar-se às ações de extensão, garantindo uma maior aproximação com a comunidade, assegurando, no mínimo, 10% da carga horária total do curso em

atividades curriculares de extensão. Os alunos iniciarão as atividades de extensão a partir do quinto período do curso, sob a orientação do docente responsável pelo componente curricular de extensão específico, em cada período letivo.

A carga horária de extensão, a ser cumprida, é de 320 horas.

7. AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso passará por revisão a cada 04 (quatro) anos, pautando-se em pesquisa/acompanhamento junto aos envolvidos, observando-se o contexto da sociedade e respeitando-se o princípio da educação e cidadania. Se for constatada a necessidade de realizar alterações serão apresentadas à Direção de Ensino do Campus e, posteriormente, à Câmara de Graduação do Ifes, para a devida análise e homologação.

Deverão ser levados em conta, neste processo avaliativo do PPC, aspectos como: a exequibilidade do projeto; os recursos humanos envolvidos; a infraestrutura física e tecnológica e sua adequação às atividades de ensino, pesquisa e extensão; o cumprimento da proposta institucional de desenvolvimento expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); o acompanhamento aos alunos, no tocante à qualidade de acesso, permanência e sucesso; a participação dos alunos em programas de ensino, pesquisa e extensão.

A Resolução do Consup nº 64/2019 prevê, em seu Artigo 7º, que compete ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo:

I. Atuar diretamente na criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;

II. Manter o Projeto Pedagógico do Curso atualizado;

III. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;

IV. Promover instrumentos e procedimentos para a autoavaliação do curso em parceria com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI);

V. Analisar trienalmente e adaptar, caso necessário, o perfil do egresso considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as novas demandas do mundo do trabalho;

VI. Verificar o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do aluno;

VII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;

VIII. Indicar formas de articulação entre o ensino, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação;

IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

[...] XI. Acompanhar as legislações pertinentes às diretrizes curriculares, dentre outras que são necessárias ao curso [...]

De acordo com o Art. 9º da Resolução Consup/Ifes nº 63 de 2019, o Colegiado do Curso, sendo responsável pelo seu gerenciamento, tem por atribuição discutir temas ligados ao Curso, planejar e avaliar sobre suas atividades acadêmicas competindo-lhe, dentre outras atribuições:

[...] XXII. Coordenar e executar periodicamente as atividades de autoavaliação do curso em parceria com o NDE e com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI), divulgando os resultados;

XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso [...]

7.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A aprendizagem escolar é um processo complexo de construção de conhecimentos formais, que pressupõe transformações sucessivas nas formas de pensamento e de comportamento do aluno, cujo processo envolve dimensões biológicas, afetivas e sociais, uma vez que se refere à formação humana. Essa avaliação será norteada pelo que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e no Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes (ROD), realizada de forma processual, com o objetivo de dimensionar a prática avaliativa como oportunidade de reflexão sobre a prática pedagógica, incidindo sobre alunos, docentes e instituição.

Nesse sentido, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deverá apontar para as seguintes finalidades:

- a) Diagnosticar como está a aprendizagem dos alunos em determinado conteúdo, de determinado componente curricular, para que sejam tomadas medidas para a recuperação de conceitos e estímulos a novas estruturas de pensamento e de aprendizagens;
- b) Propiciar a reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem pelos protagonistas do mesmo;
- c) Integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem;
- d) Comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva;
- e) Apresentar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos;
- f) Possibilitar a reflexão do indivíduo, do grupo, dos professores, dos alunos e da instituição sobre como está sendo dinamizada a formação do aluno no Curso.

Para a recuperação dos estudos, principalmente como prevenção da evasão e repetência, serão realizados atendimentos individualizados aos alunos, por parte dos professores, apoio extraclasse, atividades de nivelamento, tutoria, monitoria. etc.

7.3. Avaliação do curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia será avaliado em todo o percurso de sua execução, obedecendo as Diretrizes Nacionais Curriculares específicas e a proposta de Avaliação Institucional do IFES Campus Itapina.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se aqui, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O ENADE é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É um elemento obrigatório para o Curso. O ENADE verifica o desempenho dos alunos em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Os alunos deverão ser informados da importância da realização dessa avaliação no primeiro período do Curso. A Coordenação é responsável por manter os alunos informados, mediante diálogos com a Diretoria de Ensino, Diretoria de Graduação e com o Procurador Institucional.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do IFES Campus Itapina.

A avaliação do Curso será desenvolvida tendo por base uma metodologia participativa, com métodos que partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada por soluções para os problemas apresentados.

As dimensões a serem avaliadas são:

- ☐ Análise e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, sua execução e aplicabilidade, com a definição de propostas de redirecionamento.
- ☐ Análise da produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações.
- ☐ Avaliação da relação do Curso com a comunidade através da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.
- ☐ Avaliação dos recursos humanos envolvidos no Curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente.
- ☐ Avaliação do grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.
- ☐ Adequação do projeto do curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional.
- ☐ Avaliação das formas de atendimento ao corpo discente e sua integração à vida acadêmica, com identificação dos programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do aluno, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, bem como a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no IFES Campus Itapina.

7.4. Plano de avaliação institucional

Estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada que tem por atribuições a condução dos processos internos de avaliação institucional, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tendo por base as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

A Lei nº 10.861/2004 estabelece, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Para colaborar na condução da autoavaliação institucional em cada Campus do Ifes foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), que desenvolvem as atividades juntamente com a CPA.

As CSAs têm como atribuições implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus. Assim, a avaliação institucional ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Neste processo são considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a Instituição e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda analisadas. Deste modo, o resultado da avaliação institucional baliza a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

São objetivos da avaliação institucional:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações do Ifes, a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- Consolidar o compromisso social e científico-cultural do Ifes.

8. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento aos alunos será realizado por meio de programas de atendimento extraclasse (em horários disponibilizados pelos docentes, e registrados nos planos de ensino, e em horários de monitorias voluntárias e remuneradas), atendimento psicopedagógico (trabalho articulado entre a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP) e a Psicóloga do Campus), atendimento social, Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos vinculados ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), atendimento pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e pelos demais Núcleos do Campus, quando houver demandas específicas. Esse atendimento tem por base a prevenção da reprovação e da evasão escolar e a minimização de seu impacto na dinâmica escolar.

Os setores vinculados ao ensino, especialmente a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP), a Coordenação de Apoio ao Ensino (CAE), a Coordenação-Geral de Assistência à Comunidade (CGAC) e a equipe multidisciplinar composta por servidores do Napne, da Assistência Social e do setor de Psicologia trabalharão de forma articulada para contribuir com o desenvolvimento da autonomia do aluno e da garantia das condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Todos os Núcleos organizados no Campus também atuarão para que os alunos tenham um ambiente escolar favorável e produtivo.

8.1. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE - Resolução CS nº 19/2011) é dinamizada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, objetivando viabilizar a igualdade de oportunidades de escolarização e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, especialmente dos que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

A Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade (CGAC) é responsável por dinamizar a execução das diversas ações de assistência estudantil e acompanhar o trabalho dos profissionais que atuam nessa área, que são parte de uma equipe multiprofissional, contando com Assistente Social, Nutricionista, Psicóloga, Médico, Odontólogo, auxiliares de enfermagem, assistentes de alunos, auxiliares administrativos, dentre outros.

Alguns dos trabalhos realizados por essa equipe multidisciplinar estão elencados a seguir:

- Programa de Atenção Biopsicossocial - objetiva promover o bem-estar biopsicossocial da comunidade discente, na perspectiva integral do ser humano, por meio de acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento de assistência social, educação para saúde preventiva, atendimento ambulatorial e de primeiros socorros, etc.
- Programa Auxílio Transporte Programa Específico de Atenção Primária - destinado aos alunos em situação comprovada de vulnerabilidade social, com participação regulamentada em edital próprio, que consiste em repasse financeiro direto ao aluno para subsidiar gastos com transporte e/ou disponibilização de vaga em transporte contratado pelo Campus.
- Programa Auxílio Alimentação – consiste em subsidiar alimentação aos alunos para que tenham condições de permanecerem no Curso, com uma alimentação acessível.
- Programa Auxílio Moradia – consiste em garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade que residam ou possuam grupo familiar, prioritariamente, em local que inviabilize o acesso diário ao Campus, no horário regular das atividades acadêmicas, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ao transporte, por meio de subsídio repassado diretamente ao aluno para gastos relativos à moradia.

Os alunos contam, também, com atendimento individualizado disponibilizado pelos docentes, em horários alternativos, conforme registrado nos planos de ensino, para potencializar as aprendizagens, especialmente de conteúdos que geram mais dificuldades de compreensão.

Atividades extraclasse também são oportunizadas aos alunos, como complemento de suas aprendizagens, como, por exemplo: iniciação científica, monitoria e tutoria, visitas técnicas, Semana Acadêmica da Licenciatura em Pedagogia, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, etc.

A Coordenação do Curso está ciente de suas responsabilidades na condução do processo educativo escolar e organiza suas ações para fortalecer o Curso. Algumas dessas ações estão listadas a seguir: semana de boas-vindas/recepção dos ingressantes, conforme programação do campus; orientações acadêmicas necessárias; informações atualizadas, explicando o fluxograma e a matriz curricular; revisão de rendimento acadêmico, promovendo reflexão e apontando sugestões de estratégias para a obtenção do melhor desempenho acadêmico possível; atendimento a demandas específicas, encaminhando as que não forem de sua alçada para as instâncias superiores; estímulo e apoio à participação em tutoria e monitoria, incentivo à participação dos alunos em eventos acadêmicos de extensão, orientação sobre as atividades complementares, etc.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP) do Campus, setor do Campus ligado a Coordenação Geral de Ensino (CGEn), assessora os alunos em assuntos relacionados à área pedagógica, como frequência e rendimento acadêmicos, reposição de atividades em virtudes de afastamentos justificados, orientação de estudos, atendimento domiciliar, acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, dentre outros.

8.2. Núcleos estruturados para o atendimento ao discente

O atendimento aos alunos será realizado por meio de programas de atendimento extraclasse (em horários disponibilizados pelos docentes, e registrados nos planos de ensino, e em horários de monitorias voluntárias e remuneradas), atendimento psicopedagógico (trabalho articulado entre a Coordenação de Gestão Pedagógica (CGP) e a Psicóloga do Campus), atendimento social, Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos vinculados ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), atendimento pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e pelos demais Núcleos do Campus (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades - NEPGENS, Núcleo de Arte e Cultura – NAC; e Núcleo de Tecnologias Educacionais - NTE), quando houver demandas específicas.

8.2.1. O Núcleo de Relações Internacionais (NRI)

O NRI do Campus Itapina foi criado e regulamentado pela Resolução CONSUP/IFES nº 34, de 16 de junho de 2021. Este núcleo, de composição multidisciplinar, atua como suporte da Arinter (Assessoria de Relações Internacionais) do IFES, com o objetivo de implementar, organizar e contribuir, em nosso campus, com a política de internacionalização da rede.

A Política de Internacionalização do Ifes, que tem sido conduzida desde 2014 pela Arinter, tem como principais ações de planejamento estratégico: ensino e aprendizagem de línguas e por meio de línguas adicionais; pesquisa conjunta e articulação de grupos de pesquisa (online); acordos de cooperação - Memorandum of Understanding (MoU); organização e participação em eventos e Congressos - Mobilidade/intercâmbio; projetos com cooperação internacional; comunicação/divulgação dos dados e indicadores internacionais.

O papel fundamental dos Núcleos de Relações Internacionais (NRIs) é oferecer oportunidades para o desenvolvimento das habilidades e competências para o século XXI, por meio de experiências acadêmicas internacionais para a comunidade do Ifes, tendo como objetivo geral (de acordo com o Art. 5º da CS N 34/2021) atuar no apoio, planejamento e ações relativas à internacionalização da Educação,

no uso de metodologias educacionais que internacionalizam o currículo e na Internacionalização plena e integral do Ifes.

Com a criação e implantação dos NRIs, poderemos então mapear as ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à internacionalização que já se encontram em desenvolvimento nos campi do Ifes, bem como criar novas ações.

A coordenação do NRI no Campus Itapina é exercida com a colaboração dos membros do Núcleo, nos termos da legislação vigente. Informações podem ser obtidas diretamente pelo e-mail nri.itapina@ifes.edu.br.

O NRI entende que qualquer ação bilateral (proposta pelo Campus ou externa) que envolva atividades diversas, tanto profissionais como acadêmicas, nas áreas de atuação dos cursos ofertados no Campus Itapina, são bem-vindas, como: cursos e palestras, envolvendo docentes e alunos com docentes e alunos de instituições estrangeiras, com certificados reconhecidos e validados por ambas as instituições envolvidas; intercâmbios acadêmicos, científicos (para pesquisas) e para ensino, tanto para enviarmos grupos de alunos, professores ou servidores do campus Itapina quanto para recebermos pessoas vindas de outros países e instituições internacionais e atividades do tipo. Estas atividades podem ser presenciais ou à distância, online, ou de natureza diversa, a depender da demanda específica do curso ou do grupo (de alunos, docentes ou servidores) envolvido na ação e, obviamente, de acordo com os interesses das instituições envolvidas.

Toda essa troca nos âmbitos de ensino, da pesquisa e de extensão, nos cursos das áreas agrárias promoverá melhorias e ricas trocas no sentido de ampliarmos o espectro do nosso curso e as práticas adotadas.

O NRI percebe a necessidade da desburocratização dos documentos e certificados para validar cursos, pesquisas e eventos com instituições estrangeiras, sobretudo quando temos casos de alunos bolsistas que participam de programas de intercâmbio em instituições estrangeiras e precisam validar seus créditos. Um exemplo disto é o programa de estágio no exterior, por meio do qual alunos selecionados ficam de 6 meses a 1 ano em estágio remunerado em fazendas na Holanda e Dinamarca. Quando retornarem aos estudos, no Campus, teriam essa carga horária reconhecida e validada pelo IFES, com certificação e validação de créditos e estágio. Além desse estágio, há muitas oportunidades de ações de internacionalização para os alunos no próprio site do Ifes (na aba do NRI) e da ARINTER.

Em anos anteriores, houve a participação dos alunos como monitores em eventos internacionais do IFES, como o WFCP e Youth Camp. A Coordenação do NRI do Campus mantém um diálogo permanente e direto com a equipe do CEFOR no projeto EMBRACE, com países como Finlândia, Colômbia e Portugal. Enfim, temos no IFES como um todo oportunidades de cooperação técnica com alguns países como Colômbia e Portugal em vigência.

8.2.2. Incubadora do Ifes Campus Itapina

O Núcleo Incubadora (NI) Itapina é uma organização educacional que estimula e fornece suporte para startups e empreendedores com potencial inovador, para que transformem suas ideias e projetos promissores em negócios viáveis e bem-sucedidos. O NI Itapina oferece acesso a uma rede de mentores experientes e especialistas em vários campos que oferecem orientação e aconselhamento aos empreendedores. Podendo auxiliar nas áreas de estratégia de negócios, desenvolvimento de produtos, marketing, finanças e outros aspectos do empreendedorismo inovador. Para que os empreendedores possam desenvolver habilidades essenciais para o sucesso nos negócios, o NI oferece programas de treinamentos e capacitações. Através de workshops, seminários, cursos e eventos educacionais a incubadora busca melhorar a compreensão dos empreendedores sobre vários aspectos da administração de empresas. Com intuito de ajudar a conectar empreendedores e recursos importantes, como financiamento, investidores, parcerias estratégicas e contatos na indústria. A Incubadora pode facilitar o acesso a uma ampla rede de contatos, incluindo outros empreendedores, empresas

estabelecidas, instituições acadêmicas e entidades governamentais, além de possibilitar o acesso à infraestrutura do campus do Ifes Itapina para as startups operarem.

Etapas realizadas na Incubadora do Ifes:

Sensibilização e Prospecção: Tem como objetivo chamar a atenção para oportunidade de empreender, difundir o empreendedorismo e a inovação na comunidade e auxiliar no desenvolvimento tecnológico regional. Por meio de palestras, minicursos e outros eventos.

Pré-Incubação: O empreendedor selecionado pelo edital de pré-incubação participará de capacitações em competências empreendedoras e ferramentas de gestão, assim como de reuniões de orientação e mentoria, com o intuito de realizar a modelagem de seu negócio e torná-los aptos para o processo de incubação.

Incubação: Após ser selecionado no edital de incubação, o empreendedor deverá assinar um contrato com o Ifes e receberá suporte ao seu empreendimento nas áreas de gestão e tecnologia.

Pós-Incubação: Nesta fase o empreendimento será graduado no núcleo incubador, e terá seu contrato encerrado com a incubadora. Podendo-se manter uma relação de ações e parcerias.

Benefícios de ser incubado no IFES:

A incubadora Ifes oferece: consultorias e assessoria com docentes, técnicos e alunos do Ifes; oficinas e cursos em parceria com instituições como Sebrae e outros; acesso facilitado à rede de laboratórios e aos pesquisadores do Ifes; estrutura física para a gestão do empreendimento; segurança patrimonial.

Os alunos do Ifes podem atuar na Incubadora como bolsistas ou voluntários. Dessa forma poderão ter acesso a ambiente empreendedor onde poderão aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações práticas, além de desenvolverem um networking e habilidades empreendedoras, os alunos também terão experiências diversificadas em várias áreas de negócios.

Horário de funcionamento: Dias úteis: Segundas às sextas, de 7h às 16h.

Contato de e-mail: incubadora.itapina@ifes.edu.br

Contato telefônico: (27) 3191-0955

Site: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/incubadora>

8.2.3. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do campus Itapina possui uma composição multidisciplinar, por meio de portaria do Diretor Geral do campus, admitindo representantes de toda comunidade escolar (docentes, técnicos administrativos, alunos e seus familiares).

Encontra-se vinculado à Diretoria de Ensino e tem como referência, na Reitoria, a Pró-reitoria de Ensino (Proen). O NAPNE tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito dos seus cursos. Entendem-se como pessoas com necessidades específicas aquelas com deficiência (visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla), transtornos globais do desenvolvimento (Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Síndrome de Kanner, Transtornos do Espectro Autista, Psicose Infantil) e/ou altas habilidades/superdotação.

Os princípios norteadores do trabalho do Napne são:

- I – respeito aos Direitos Humanos;
- II – educação de qualidade para todos;
- III – acolhimento à diversidade;
- IV – acessibilidade e autonomia;
- V – gestão participativa;

VI – parceria com a comunidade escolar e com a sociedade civil;

VII – inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

São objetivos do NAPNE:

I – identificar os alunos com necessidades específicas no campus;

II – orientar os alunos com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;

III – contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades específicas que dele necessitem

IV – orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos alunos com necessidades específicas;

V – contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;

VI – promover, junto à comunidade escolar, ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;

VII – articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, bem como para encaminhamento ao AEE;

VIII – contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das Tecnologias Assistivas; IX – colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do IFES;

X – Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar;

XI – Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do Ifes contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade.

Para alcançar seus objetivos, o NAPNE conta com uma equipe de servidores responsáveis por planejar e desenvolver as ações inclusivas na instituição, em prol de um atendimento qualitativo às necessidades nas áreas das diversas deficiências/necessidades específicas. Para acompanhar os alunos, de maneira mais efetiva, contamos com o trabalho do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, para além de acompanhar seu desenvolvimento, busca dar apoio aos alunos, como referência do Núcleo.

A proposta da equipe é acompanhar, orientar, implantar e executar melhorias que visem promover a curto, médio e longo prazo a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Pensando na acessibilidade da estrutura física, o NAPNE do Campus Itapina está localizado numa sala que fica no térreo e que tem rampa. Nessa sala conta são realizados atendimentos e pequenas reuniões, estão alocados recursos didáticos assistivos diversos, como: máquina de escrever em Braille, uma máquina fusora para relevos táteis, dois notebooks contendo instalação dos programas: Dosvox; HeadMouse; e vkeyboard.

Além desses, ainda há: Mouse óptico; gravador; reglete; calculadora sonora; bola com guizo e mouse roller. No que diz respeito à identificação, acompanhamento, operacionalização do atendimento e certificação dos alunos com necessidades específicas, o Ifes, por meio do Conselho Superior e apoiado pelo Fórum dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne), publicou as resoluções: CS nº. 34 de 09 de outubro de 2017, que institui as diretrizes operacionais para atendimento a alunos com necessidades específicas no Ifes e CS nº 55 de 19 de dezembro de 2017 que institui procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com necessidades específicas do instituto. Por intermédio desses instrumentos legais é possível buscar formas de atuar de maneira antecipada e articulada quanto a possíveis demandas, desde o processo seletivo, identificando-as, planejando e realizando o acompanhamento do aluno.

No que diz respeito à promoção e certificação do aluno com necessidade específica, de acordo com o Artigo 20 da Resolução CS nº. 55/2017, a promoção do aluno com necessidades específicas deverá estar pautada nas adaptações curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular, em um processo avaliativo que seja condizente com o previsto nesses documentos, tendo as atividades avaliativas documentadas no Relatório Coletivo Docente (RCD) e no Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), conforme o caso.

Detalhando os meios legais de garantia da possibilidade de acesso às pessoas público alvo da educação especial, os editais de seleção para graduandos do Ifes, em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e suas alterações, ao Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, ao Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017, à Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, à Portaria Normativa MEC nº 21, de 05 de novembro de 2012, e à Portaria Normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017, preveem que do total das vagas ofertadas, por curso e turno, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (inclusão social por sistema de cotas – vagas de Ação Afirmativa). As vagas reservadas à inclusão social por sistema de cotas serão subdivididas da seguinte forma: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas sem a necessidade de comprovação de renda. Para ambas as ações, parte das vagas será reservada a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), em proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população do Espírito Santo, e a outra parte das vagas será reservada para candidatos que se autodeclararem por outras etnias (OE). Dentro de cada uma dessas categorias (PPI ou OE) parte das vagas será reservada a pessoas com deficiência segundo a proporção destas na população do Espírito Santo. As proporções utilizadas são as do último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Caso o aluno não se declare público alvo da educação especial durante a seleção, poderá fazê-lo na matrícula. Para isto, serão digitalizados formulários e laudos, enviados por e-mail para o Napne e para o setor pedagógico. Em qualquer momento posterior, durante o curso, o aluno poderá comunicar ao Napne sua necessidade antes não declarada. As entrevistas com os alunos e/ou responsáveis são agendadas e realizadas por membros do Napne, incluindo o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Durante a entrevista o termo de fruição é assinado e o registro de atendimento inicial (RAI) preenchido. Quem entrevistou faz o resumo do RAI, em conjunto com o setor pedagógico, que quando necessário, solicita informações da escola anterior. O professor de AEE, em conjunto com o setor pedagógico, disponibiliza as orientações aos professores, indicando quando necessário o Plano de Ensino Individual (PEI), sistematizando e orientando o controle da entrega do PEI.

Quanto ao acompanhamento com vistas a garantir a permanência e o êxito do graduando público alvo da educação especial, tem-se como amparo legal em nível nacional:

- a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- o Decreto N.º 7612/2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limite;
- o Decreto N.º 7611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências e;
- a Lei Nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI: o capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino.

No início de cada período letivo, o Napne participa das reuniões pedagógicas iniciais e realiza os esclarecimentos e orientações para todos os professores de turmas nas quais houver alunos com necessidades específicas identificados, abrindo agenda para marcação de reuniões e atendimentos individualizados nos casos em que estes se fizerem necessários, em conjunto com as coordenações de cursos. O Napne reúne-se com o setor pedagógico e o professor de AEE que, juntos, decidem se, com quem e quando fará reuniões de orientação e sensibilização nas turmas.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) será solicitado quando o aluno não puder ou não conseguir participar das práticas pedagógicas estabelecidas no Plano de Ensino do professor, após avaliação conjunta seguidamente de um diagnóstico pedagógico (elaborado pelo professor, coordenador, pedagogo e professor de AEE). Nele devem constar as ações pedagógicas indicadas como adequadas, conforme orientações para cada tipo de necessidade específica, a saber: adequações curriculares com flexibilização de conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos (material pedagógico e equipamentos, como utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos especiais) e formas de avaliação diferenciadas, quando for o caso. Essas adequações não deverão prejudicar o cumprimento dos objetivos curriculares mínimos, o que só deve ser considerado quando o recurso a equipamentos especiais de compensação (tecnologias assistivas) não for suficiente ou quando a atividade se revele impossível de ser executada em função da deficiência intelectual ou transtorno global do desenvolvimento (TGD), caso definido em conjunto com o setor pedagógico responsável e o Napne.

As adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual (DI) e/ou transtorno global do desenvolvimento (TGD) devem ser particularmente detalhadas para que se possa decidir sobre a aplicação da Terminalidade Específica. Os docentes de alunos para os quais há proposta de intervenção direcionada à aplicação de terminalidade específica deverão entregar um Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), na reunião pedagógica final, que será usado para atestar as competências e determinar a certificação final do aluno.

A promoção do aluno com necessidades específicas deverá estar pautada nas adaptações curriculares previstas no Plano de Ensino de cada componente curricular, em avaliações que sejam condizentes com estas, documentadas no Relatório Coletivo Docente (RCD) e Relatório Individual para Terminalidade Específica (RITE), conforme o caso. Nesse sentido, o Napne busca garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas. Ressalta-se, ainda, que é dever do Estado garantir o sistema educacional inclusivo com igualdade de oportunidades para alunos com deficiência.

8.2.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Itapina é um Núcleo de natureza propositiva, consultiva e deliberativa, voltado para o fomento a estudos das questões étnico-raciais e desenvolvimento de projetos/ações de valorização das identidades afro e indígenas. Visa assegurar o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O NEABI, de acordo com o organograma do Ifes, está vinculado à Diretoria de Ensino, regido pela legislação pertinente e pelo disposto no regimento interno. Tem como referência, na Reitoria, a Pró-reitoria de Ensino (Proen). O Neabi do Campus Itapina está voltado para as ações afirmativas e em especial para a área do ensino, pesquisa e extensão sobre África, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautados na Lei nº 10.639/2003, bem como para as questões indígenas, conforme previsto na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas.

A Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), desenvolvida pelo Ifes, tem a finalidade de orientar os campi na reorganização de suas Propostas Curriculares e Projetos Pedagógicos de todos os Cursos, fundamentando-os com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, recomendando a observância da interdisciplinaridade, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída escolar com êxito, por parte dos alunos.

Orientado pela Resolução do Conselho Superior nº 202/2016, o Campus Itapina, por meio da Portaria nº 107, de 27 de março de 2018, constituiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). De acordo com o Regimento Interno do Campus Itapina, o NEABI tem como competências:

I - Promover, orientar e publicar estudos e pesquisas que possam contribuir para uma melhor compreensão das questões relacionadas à temática étnico-racial africana e da cultura afro-brasileira;

II - Manter e estimular a aquisição de acervo científico e didático a respeito da EREER;

III- Oferecer à comunidade acadêmica, científica e aos que atuam no sistema de ensino, informações sobre a produção a respeito da EREER;

IV - Promover seminários, conferências e outras atividades que divulguem e discutam os resultados das pesquisas e de experiências;

V - Promover em colaboração com outros órgãos competentes, cursos para profissionais que atuam na área da EREER;

VI - Prestar assessoria e consultoria a grupos de estudo, pesquisa sobre EREER para as Instituições de Ensino Superior e de Educação Básica;

VII - Promover intercâmbio com outras instituições similares, relacionadas à temática étnico-racial africana e da cultura afro-brasileira;

VIII - Contribuir para formação de estudantes de cursos técnicos integrados e subsequentes, de graduação e pós-graduação, por meio de sua inserção em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica;

XI - Estudar os problemas sociais relacionados direta e indiretamente com a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, especialmente de grupos negros e afrodescendentes; X - Promover estudos e pesquisas destinadas à compreensão da realidade social, política, econômica e cultural nacional, com ênfase nos espaços urbanos e rurais de habitantes negros e das comunidades de tradição negra (quilombolas);

XI - Realizar cursos, pesquisas, estudos, planos e projetos, mediante as parcerias, convênios e contratos com instituições públicas, privadas e ONGs;

XII - Pesquisar, registrar, preservar e difundir bens patrimoniais da memória e da formação histórico-social e religiosa afrodescendente e indígena e;

XIII - Incluir os colegiados no sentido de incentivar os departamentos e professores/as na realização de ações/projetos de implementação da Lei nº 10.639/03 que acrescentou os Art.26-A e 79-B ao texto da LDBEN nº. 9.394/96.

Atividades/ações realizadas pelo Neabi com a comunidade acadêmica e comunidade externa: seminários, colóquios, formação continuada, palestras, grupos de estudos, rodas de conversas, CINEABI, Feirinha Neabi, apresentação de artigos em seminários e congressos, murais informativos.

Pensar em educação para relações étnico-raciais não é falar apenas da escola, de práticas educativas formais, é pensar, sobretudo, em um projeto de sociedade que, de fato, tenha possibilidade formal e substancial de incluir todos na escola, na cidade, no país.

8.2.5. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGENS)

O NEPGENS do Campus Itapina é um órgão colegiado vinculado à Direção de Ensino e com representação no Nepgens Central, interligado à Pró-reitoria de Ensino do Ifes. Atualmente, o NEPGENS Itapina é composto por servidores e alunos, mas é aberto também à participação da comunidade externa.

Tem por finalidade promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e à discriminação contra a comunidade LGBTQIA+.

A partir dos diálogos, ações e estudos do NEPGENS, buscamos condições favoráveis para a permanência, a participação, a aprendizagem e a conclusão com aproveitamento e plena dignidade de todos os

alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando todas as identidades de gênero, manifestações de gênero e expressões de sexualidade.

A criação do NEPGENS está alinhada às concepções político-pedagógicas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes, instituído pela Resolução do Conselho Superior 48/2019 (PDI). O surgimento deste Núcleo na instituição é marcado pela luta de mulheres servidoras preocupadas com o compromisso da instituição no combate à misoginia e ao machismo e na promoção da igualdade de gênero. Ao longo desse debate, as pautas foram ampliadas, acolhendo a diversidade sexual e de gênero de forma mais abrangente.

As ações do NEPGENS fundamentam-se nas seguintes legislações: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Modificada pela Resolução nº 3/ 2018) com atenção ao Art. 27, inciso XV: promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos à raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas.

Em 2022, o NEPGENS Itapina esteve voltado para o processo de planejamento e estruturação de suas ações e elaboração de seu regimento interno, passo inicial importante para uma atuação alinhada ao Ifes e preparada para o acolhimento e orientação da comunidade escolar e sociedade em geral em prol de uma escola sem preconceito, discriminação, assédio ou qualquer tipo de violência, sobretudo as que atingem o respeito à diversidade sexual e de gênero e o desenvolvimento pleno de meninas e mulheres.

E-mail para maiores informações: nepgens.ita@ifes.edu.br

8.2.6. Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia (NEAA)

O NEAA do Campus Itapina é um órgão colegiado vinculado à Coordenadoria Geral de Extensão. Integrado e presente, junto ao NEAA, se encontra o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). Ambos se constituem como espaços para o desenvolvimento de estudos, ensino, pesquisa e, principalmente, extensão na área ambiental e agroecológica.

O NEAA pode, também, ser ampliado como programa estruturante para o desenvolvimento de técnicas de manejo e processos formativos com a comunidade local, bem como espaço para práticas de ensino, pesquisas e extensão em Sustentabilidade e Agroecologia.

O Núcleo nasceu a partir da necessidade de demanda socioeducacional específica no que tange ao fortalecimento de um diálogo em rede, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, visando, ao mesmo tempo, estimular os alunos e servidores do Campus Itapina a utilizarem alternativas metodológicas condizentes com o contexto socioambiental contemporâneo, aproximando o ensino, a pesquisa e, prioritariamente, a extensão. Contempla a área da Educação Ambiental e Agroecologia procurando, também, potencializar o diálogo entre a educação básica e o meio acadêmico.

Diante de um quadro cada vez mais ameaçador em que se encontram os sistemas responsáveis pela manutenção da vida, impõe-se a necessidade de ações que promovam e/ou incentivem outros arranjos produtivos e formas sustentáveis de se relacionar com o espaço. É nesse sentido que a proposta do Núcleo é promover e desenvolver estudos, pesquisas e extensão de caráter interdisciplinar, bem como integrar e potencializar ações e práticas já existentes, articuladas com diferentes setores da sociedade, buscando contribuir com a construção de sociedades comprometidas com a sustentabilidade socioambiental da comunidade onde se insere o NEAA, bem como potencializar as ações em rede no Instituto Federal do Espírito Santo.

O caráter do Núcleo é transdisciplinar e multidimensional, devendo estar sempre aberto à comunidade e apresenta como metas incrementar a comunicação, o debate e a reflexão entre educadores, professores e alunos esperando-se, com isso, contribuir com o desenvolvimento, responsável ambientalmente, da região em que se encontra o Campus Itapina. Ao mesmo tempo, almeja

potencializar a rede de Educadores Ambientais e fomentar a criação de outros Núcleos de Educação Ambiental.

Espera-se, ainda, que a criação do Núcleo estimule o debate e a reflexão em torno da problemática ambiental, presente em contexto local e global, podendo sensibilizar, conscientizar e provocar outras relações com o espaço no qual convivemos.

8.2.7. Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

O NAC constitui-se em um órgão de apoio responsável por desenvolver a política cultural do Ifes Campus Itapina. São atribuições do NAC:

- I. Promover a integração entre os participantes por meio de reuniões de caráter acadêmicocientíficas e culturais, seminários, cursos e outros eventos que possam auxiliar na divulgação e discussão dos conhecimentos relacionados à área em questão;
- II. Propor à Direção-Geral um calendário anual e/ou bianual de eventos culturais;
- III. Assessorar na elaboração e execução de projetos relacionados à área de arte e de cultura;
- IV. Promover o intercâmbio de informações e a colaboração com entidades afins;
- V. Contribuir para a elaboração e execução de convênios, acordos e parcerias, articulando-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VI. Manter a Direção Geral e a Coordenação de Extensão informadas sobre as atividades do NAC;
- VII. Estruturar e manter um banco de dados sobre as atividades desenvolvidas;
- VIII. Manter acervo bibliográfico que contemple temas e áreas de interesse;
- IX. Colaborar na estruturação, elaboração e implantação de projetos de pesquisa que envolvam a área de arte e cultura;
- X. Assessorar entidades, grupos e movimentos externos ao campus, na elaboração e execução de projetos de interesse da área de arte e cultura;
- XI. Servir de canal institucional, nos limites de sua competência, para a obtenção de recursos internos e externos ao campus, destinados à realização de atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão na área de arte e cultura;
- XII. Fornecer certificados de participação em projetos de pesquisa, seminários e em outros eventos promovidos pelo NAC;
- XIII. Preparar relatório anual de suas atividades e encaminhá-lo à Secretaria de Cultura e Difusão da Pró-reitoria de Extensão.

8.2.8. Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)

O NTE do Campus Itapina tem como missão a formulação de políticas educacionais envolvendo o uso de tecnologias. As diretrizes básicas do NTE, publicadas na Portaria Nº. 119, de 7 de maio de 2020, são as seguintes:

- I. Realizar análise diagnóstica da situação atual do Ifes Campus Itapina com relação ao uso de tecnologias educacionais nos componentes curriculares de seus cursos, bem como das possibilidades de ampliação e melhoria do cenário atual, levando-se em conta as capacitações técnicas, os limites operacionais e as condições de acesso do campus, de servidores e alunos;
- II. Orientar os docentes e demais servidores diretamente envolvidos com as atividades de Ensino quanto ao uso de tecnologias educacionais nas modalidades presencial e não presencial, no uso de ferramentas, plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem e no planejamento para a inserção de tecnologias nos componentes curriculares;
- III. Planejar, estimular e apoiar ações no campus que envolvam o uso de tecnologias educacionais;

IV. Auxiliar no planejamento de cursos totalmente à distância e/ou semipresenciais, de atividades não presenciais e de componentes curriculares que utilizem parte da carga horária de forma não presencial;

V. Elaborar parecer em projetos de cursos FIC com uso de tecnologias educacionais;

VI. Assessorar os coordenadores de cursos nas questões que envolvam o uso de tecnologias educacionais;

VII. Auxiliar na análise e propor melhorias na proposta de minuta de Resolução dos Núcleos de Tecnologias Educacionais do Ifes, que será encaminhada ao Conselho Superior.

A coordenação do NTE no Campus Itapina é exercida com a colaboração dos membros do Núcleo, nos termos da legislação vigente. Informações adicionais podem ser obtidas diretamente pelo e-mail nte.itapina@ifes.edu.br.

9. GESTÃO DO CURSO

A gestão do Curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do Curso, que acontece de quatro em quatro anos.

Quanto à atuação do Coordenador, deverá atender à demanda existente, considerando a gestão do Curso, a relação com os docentes e discentes, com a equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores. É pautada em um plano de ação documentado e compartilhado. Precisa atentar para os indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administrar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Possui espaço de trabalho específico para viabilizar as ações acadêmico-administrativas, com equipamentos adequados, para o atendimento às necessidades institucionais e o atendimento a indivíduos e/ou grupos e dispõe de infraestrutura tecnológica que possibilita o trabalho a ser realizado.

Conforme previsto no Regimento Interno dos Campi do Ifes (2016), as Coordenadorias de Cursos são órgãos de planejamento, acompanhamento, execução, avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos correspondentes, competindo-lhes:

“I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento da Organização Didática referente ao nível e à modalidade do respectivo curso;

II. implementar o projeto do curso e avaliar continuamente sua qualidade, em parceria com os corpos docente e discente;

III. presidir os órgãos colegiados e estruturantes do curso, de acordo com a regulamentação aplicável;

IV. representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;

V. revisar periodicamente o projeto pedagógico do curso;

VI. diagnosticar os problemas existentes na implementação do projeto do curso e articular-se a outras instâncias do campus visando à sua superação;

VII. analisar e pronunciar-se nos processos acadêmicos protocolados por discentes;

VIII. orientar e articular os discentes e docentes do curso em matérias relacionadas a estágios, atividades acadêmicas, científicas e culturais, bem como quanto à participação em programas institucionais de pesquisa e extensão;

IX. supervisionar, em articulação com a CGP, o cumprimento do planejamento dos componentes curriculares do respectivo curso, especialmente com relação à utilização da bibliografia recomendada, à metodologia de ensino e avaliação, ao cumprimento da carga horária prevista, à execução do calendário acadêmico e ao andamento dos trabalhos de conclusão de curso;

X. supervisionar, junto à CGP e à CRA, a entrega das pautas dos componentes curriculares do respectivo curso;

XI. estimular e apoiar discentes e docentes a participarem de atividades complementares ao curso, internas e externas à instituição;

XII. preparar, orientar e acompanhar os processos de autorização, reconhecimento e renovação do respectivo curso, atendendo à legislação e aos regulamentos aplicáveis a ele aplicáveis; e

XIII. executar, no âmbito de suas competências, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e o Programa de Avaliação Institucional”.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso mantém, no mínimo, 5 docentes que atuam no Curso, todos em regime de tempo integral. Também são mantidos, pelo menos, 60% de seus membros com

titulação *stricto sensu*. O Coordenador de Curso é integrante do NDE. Este Núcleo atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, realizando estudos e atualização periódica do documento, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho. Mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

Tendo por base o Artigo 7º da Resolução do Consup IFES nº. 64/2019, compete ao Núcleo Docente Estruturante de Curso de graduação:

- I. Atuar diretamente na criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II. Manter o Projeto Pedagógico do Curso atualizado;
- III. Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de bibliografia e outros materiais necessários ao curso;
- IV. Promover instrumentos e procedimentos para a autoavaliação do curso em parceria com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI);
- V. Analisar trienalmente e adaptar, caso necessário, o perfil do egresso considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as novas demandas do mundo do trabalho;
- VI. Verificar o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante;
- VII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- VIII. Indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação;
- IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- X. Propor alterações no Regulamento do NDE;
- XI. Acompanhar as legislações pertinentes às diretrizes curriculares, entre outras que são necessárias ao curso;
- XII. Zelar pelo alinhamento do PPC ao PDI;
- XIII. Sugerir capacitações docentes necessárias para o bom andamento do curso;
- XIV. Indicar propostas de ações de pesquisa e de extensão a serem desenvolvidos no curso, alinhando as atividades previstas nas Resoluções vigentes.

Parágrafo único. Os NDEs poderão promover consultas com os discentes do curso, assim como reuniões anuais com os representantes discentes e egressos do curso.

O Colegiado do Curso está institucionalizado e possui representatividade dos segmentos exigidos pela Resolução Consup IFES nº. 63/2019. Reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões. Dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

Tendo por base o Artigo 9º da Resolução do Consup IFES nº. 63/2019, compete ao Colegiado de Cursos superiores do IFES:

- I. Elaborar, aprovar e executar o plano de ação, contendo o calendário de reuniões e as atividades já previstas, para posterior envio à Diretoria de Ensino do relatório anual de atividades desenvolvidas;

- II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do Curso, em especial em questões de ordem administrativa;
- III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus;
- IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- V. Aprovar alterações curriculares propostas pelo NDE;
- VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- IX. Dar conhecimento aos estudantes sobre os procedimentos de matrículas orientando-os de acordo com a situação do vínculo com a Instituição;
- X. Autorizar matrícula intercampi;
- XI. Analisar e emitir parecer, com base no exame de integralização curricular, sobre transferências, matrículas e rematrículas, conforme dispositivos legais em vigor;
- XII. Analisar e emitir parecer sobre preenchimento de vagas remanescentes;
- XIII. Analisar e emitir parecer sobre aproveitamento de estudos, equivalências, dispensa de componentes curriculares, adaptações curriculares, aceleração de estudos, entre outros;
- XIV. Orientar os alunos que necessitam de planos de estudos;
- XV. Analisar e emitir parecer sobre eventuais solicitações de prorrogação do período de Mobilidade Estudantil;
- XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;
- XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;
- XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;
- XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- XXII. Coordenar e executar periodicamente as atividades de autoavaliação do curso em parceria com o NDE e com a Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI), divulgando os resultados;
- XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;

XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;

XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;

XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;

XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso;

XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

Parágrafo único. Na emissão de parecer referente à análise e decisão sobre as questões de interesse do curso, deverão ser observados todos os dispositivos legais pertinentes (Leis, Portarias, Pareceres, Regulamentos e demais normas vinculantes).

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente que atua no Curso é responsável por analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do licenciando. Deve atuar de forma a fomentar o raciocínio crítico, com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionando o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, incentivando a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e de publicação.

Segue a relação dos docentes que atuam no Curso:

Ana Paola Laeber Costa	
Titulação: Mestrado em Letras	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Leitura e Produção de Texto, Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa I e Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa II	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9571303547663407	

Ana Paula Cecon Calegari	
Titulação: Doutorado em História	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 8 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Educação, Sociedade e Movimentos Sociais, Fundamentos do Ensino de História, Interculturalidade e Processos Educativos, Introdução à História da Educação, História da Educação.	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/3091362839440451	

Anderson Antônio Alves Cesário	
Titulação: Mestrado em Educação em Ciências e Matemática	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -
Disciplina: Fundamentos do Ensino da Matemática I e Fundamentos do Ensino da Matemática II
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9645432119236559

Bianca Couto Martini Duarte	
Titulação: Mestrado em Promoção da Saúde	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Fundamentos da Arte e do Movimento	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9861804865357233	

Cláudia de Souza Nardoto	
Titulação: Mestrado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Didática e Avaliação da Aprendizagem, Didática Geral, Metodologia da Pesquisa, Estágio Curricular Supervisionado, Fundamentos da Educação Não Formal, Fundamentos de Gestão no Ensino Médio, Pesquisa Educacional, Política e Organização da Educação Básica, Currículo e Educação, Teorias Pedagógicas	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0233081124394721	

Dayane Santos de Souza	
Titulação: Mestrado em Ciências Sociais	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Bases Sociológicas da Educação	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2977556395383930	

Ederval Pablo Ferreira da Cruz	
Titulação: Doutorado em Informática	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Tecnologias Integradas à Educação	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/6342537785817639	

Evandro Chaves de Oliveira	
Titulação: Doutorado em Meteorologia Aplicada	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Fundamentos do Ensino de Geografia	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9639592687692535	

Felipe Sellin	
Titulação: Mestrado em Sociologia Política	Regime de trabalho: Professor Substituto
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Bases Sociológicas da Educação	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0418477486525610	

George Francisco Corona	
Titulação: Doutorado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -
Disciplina: Bases Filosóficas da Educação, Introdução à Filosofia, Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II, Pesquisa Educacional.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/4015048279357500

João Marcos Louzada	
Titulação: Doutorado em Estatística e Experimentação Agrícola	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 28 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Fundamentos do Ensino da Matemática I e Fundamentos do Ensino da Matemática II	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/6082115932803998	

Katia Silene Zorthêa	
Titulação: Mestrado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Acessibilidade e Práticas Inclusivas, Alfabetização e Letramento I, Alfabetização e Letramento II, Diversidade e Educação, Educação Especial, Estágio Curricular Supervisionado, Infância e Educação, Política e Organização da Educação Básica, Currículo e Educação, Teorias Pedagógicas.	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/8079704133227131	

Mariana de Araújo Aguiar	
Titulação: Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos	

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -
Disciplinas: Educação, Sociedade e Movimentos Sociais, Fundamentos do Ensino de História, Introdução à História da Educação, História da Educação.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5620011523285495

Mariana Aguiar Correia Lima Gonçalves	
Titulação: Mestrado em Ensino de Humanidades	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 8 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Didática e Avaliação da Aprendizagem, Didática Geral, Metodologia da Pesquisa, Estágio Curricular Supervisionado, Fundamentos da Educação Infantil, Fundamentos da Educação Não Formal, Fundamentos de Gestão no Ensino Médio, Pesquisa Educacional, Política e Organização da Educação Básica, Currículo e Educação, Teorias Pedagógicas	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5120920400448418	

Maria Tereza Ferreira de Moraes	
Titulação: Doutorado em Produção Vegetal	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Educação Ambiental, Educação e Sustentabilidade, Noções Básicas de Agroecologia	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2624533395712077	

Messenas Miranda Rocha	
Titulação: Doutorado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 18 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	

Disciplinas: Fundamentos do Ensino da Matemática I e Fundamentos do Ensino da Matemática II

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1635703235530522>

Raquelli Natale

Titulação: Doutorado em Linguística

Regime de trabalho:

Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 12 anos

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -

Disciplina: Leitura e Produção de Texto, Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa I e Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa II

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5386212299711365>

Renata Aparecida dos Santos

Titulação: Mestrado em Linguística

Regime de trabalho:

Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 9 anos

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -

Disciplina: Leitura e Produção de Texto, Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa I e Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa II

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4453798599945678>

Rogério Omar Caliar

Titulação: Doutorado em Educação

Regime de trabalho:

Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 30 anos

Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -

Disciplinas: Antropologia, Educação do Campo, Educação, Sociedade e Movimentos Sociais, Interculturalidade e Processos Educativos, Introdução à História da Educação, História da Educação, Pedagogia da Alternância.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7842507822377428>

Rosinei Ronconi Vieiras	
Titulação: Doutorado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 20 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplinas: Educação Ambiental, Educação e Sustentabilidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Fundamentos do Ensino de Geografia, Noções Básicas de Agroecologia.	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0254674428136048	

Sandra Regina do Amaral	
Titulação: Doutorado em Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9317278536379864	

Sérgio Severiano Braguínia	
Titulação: Mestrado em Ciências das Religiões	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 16 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -	
Disciplina: Leitura e Produção de Texto, Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa I, Fundamentos do Ensino da Língua Portuguesa II.	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5771674220152793	

Silvio Cesar Assis dos Santos	
Titulação: Mestrado em Ciências das Religiões	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): -
Disciplina: Fundamentos do Ensino de Geografia.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/8075457850034301

11. INFRAESTRUTURA

11.1. Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Sala de aula	29	500	12	-	-

11.2. Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Complexo de Laboratórios Multiuso	01	933,90	-	-	Inclui os Laboratórios de Física, Química, Biologia Aplicada, Solos e Nutrição, Alimentos e Controle de Qualidade
Laboratórios de Informática	03	220	-	-	-

11.3. Áreas de esportes e vivência

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Área de esportes	04	3.000	-	-	-
Área de jogos	02	200	-	-	-
Cantina e refeitório	02	300	-	-	-
Sala de TV no Prédio Pedagógico	01	120	-	-	-
Miniauditório	01	120	-	-	-

11.4. Áreas de atendimento discente

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Sala de Coordenação de Curso	02	60	03	-	-
Auditório	-	-	01	550	Auditório para realização de conferências e atividades educacionais envolvendo todos os estudantes do curso.
Biblioteca	01	340	01	340	Ampliação da Biblioteca do campus

11.5. Áreas de apoio

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	

11.6. Biblioteca

A Biblioteca “Professor Elias Minassa” tem uma área total edificada de aproximadamente 340m² dividida em uma sala para atendimento ao público conjugada com uma área coletiva de estudos, uma sala destinada ao acervo bibliográfico, uma sala em que se realiza o processamento técnico e dois sanitários. Na área coletiva de estudos, existem oito mesas redondas e uma mesa retangular para estudo coletivo, além de dez cabines de estudo individual e oitenta cadeiras. Já a sala destinada ao acervo possui cinquenta e sete estantes duplas que acondicionam os materiais bibliográficos.

Quanto aos equipamentos eletrônicos, o setor dispõe de dez notebooks destinados à realização de trabalhos acadêmicos e outras tarefas educacionais. Além disso, um computador é disponibilizado para o acesso exclusivo ao catálogo do acervo da biblioteca. Na área destinada ao atendimento, existem dois computadores para uso exclusivo dos servidores e na área reservada ao processamento técnico encontra-se um computador destinado à bibliotecária. Ao todo, a biblioteca disponibiliza quatorze equipamentos entre computadores e notebooks. Além disso, existem cinco equipamentos de ar condicionado e câmeras de videomonitoramento.

O sistema informatizado utilizado pela biblioteca é o Pergamum. Ele é destinado tanto à organização dos materiais (catalogação e indexação) quanto para que os usuários tenham acesso aos materiais por meio do catálogo, permitindo-se a renovação de empréstimo dos materiais via sistema. A biblioteca oferece os serviços de empréstimo, comutação de materiais entre as bibliotecas do Ifes, produção de fichas catalográficas para trabalhos de conclusão de curso superior, além de atividades culturais e educacionais. Os usuários que possuem vínculo formal com a instituição, exceto funcionários terceirizados, podem realizar empréstimos conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Sistema de empréstimo da biblioteca “Prof. Elias Minassa”

Tipo de usuário	Quantidade de materiais	Prazo para devolução (dias)
-----------------	-------------------------	-----------------------------

Alunos	03	07
Estagiários	03	07
Servidores	03	14

Em casos excepcionais, como nos períodos de férias dos alunos, o prazo de devolução pode ser estendido. Com relação à comutação de materiais entre as bibliotecas do Ifes, este é um serviço destinado a todos os usuários. No que se refere às atividades culturais e educacionais, a biblioteca vem se inserindo em ações desenvolvidas pelo Núcleo de Arte e Cultura do campus Itapina, promovendo a exposição de determinadas fontes de informação e o diálogo com os alunos a partir da parceria com docentes.

Ressaltam-se outros serviços oferecidos pela biblioteca, como: atendimento e acolhimento da comunidade interna e externa à instituição (docentes, técnicos-administrativos, alunos, pais de alunos, dentre outros); apoio em atividades de cunho administrativo e pedagógico; emissão de documentos essenciais para matrícula, rematrícula e formação dos alunos; orientação quanto ao uso do sistema Pergamum e de outras bases de dados relacionadas à biblioteca; gerenciamento da aquisição e disponibilização de materiais bibliográficos; campanhas de incentivo à leitura por meio de doação de livros e parcerias com docentes; e exposição de materiais bibliográficos conforme a temática indicada pelos docentes.

No que tange à acessibilidade, existem alguns títulos adaptados para pessoas com necessidades educacionais específicas, como audiobooks, livros adaptados para usuários com baixa visão e materiais impressos em formato braille. De forma geral, o acervo bibliográfico é composto por aproximadamente quinze mil livros, além de periódicos, DVDs, CDs, dentre outros materiais, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2: Acervo bibliográfico da biblioteca do campus Itapina

Suporte informacional	Títulos	Exemplares
Livros	5691	14352
DVDs	242	256
CDs	47	47
VHS	414	414
Normas técnicas	06	12
Periódicos impressos	07	23

No que se refere à cobertura temática do acervo, ela abrange majoritariamente as áreas de conhecimento dos cursos ofertados pelo campus Itapina. Com base nas áreas de conhecimento divididas conforme o CNPq/Capes tem-se a respectiva quantidade de livros:

Quadro 3: Quantitativo de livros conforme as áreas de conhecimento do CNPq/Capes

Área de conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	626	1749

Ciências Biológicas	243	958
Engenharias	171	638
Ciências da Saúde	56	91
Ciências Agrárias	873	2662
Ciências Sociais Aplicadas	682	1681
Ciências Humanas	1187	3552
Linguística, Letras e Artes	1853	3021
Total	5691	14352

Para além do acervo físico em formato de livro há 47 CDs, majoritariamente das Ciências Humanas. Já os 242 títulos de DVDs abrangem diversas áreas do conhecimento. O quantitativo deste tipo de material foi descrito no Quadro 4:

O acervo das bibliografias (básicas e complementares) é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das unidades curriculares. Com relação ao quantitativo de títulos, a Biblioteca possui 79,47% dos materiais que constam na bibliografia básica e 77,39% dos materiais que compõem a bibliografia complementar. Considera-se que a quantidade de exemplares físicos e o acesso às bibliotecas virtuais atendem às necessidades didático-pedagógicas do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Quadro 4: Quantitativo de DVDs conforme as áreas de conhecimento do CNPq/Capes

Área do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1	5
Engenharias	3	4
Ciências Agrárias	68	77
Ciências Sociais Aplicadas	2	2
Linguística, Letras e Artes	168	168
Total	242	256

Para além do acervo físico, contamos com a Biblioteca Virtual Pearson, que tem parceria com mais de 30 editoras e disponibiliza mais de 14 mil títulos relacionados às diversas áreas do conhecimento. Ainda, tem-se a Minha Biblioteca que oferece mais de 16 mil títulos. São duas plataformas intuitivas, nas quais os usuários têm acesso a e-books de diferentes áreas que atendem a diversos cursos. Ambas plataformas podem ser acessadas por alunos e servidores efetivos e os computadores presentes na biblioteca podem ser utilizados para o acesso a estes softwares.

Além das duas bases, disponibiliza-se a Target GedWeb que constitui-se como gerenciador de normas e informações técnicas. Ainda, o Portal de Periódicos Capes é disponibilizado, contendo diversos periódicos, bases de dados e coleções que abrangem as diversas áreas do conhecimento.

12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 Docentes a contratar

Para a continuidade da oferta do Curso, o campus Itapina não necessita de contratação de novos docentes.

12.2 Técnicos Administrativos a contratar

Para melhoria do atendimento aos alunos e para o melhor funcionamento da Coordenação do Curso, o campus Itapina necessita da contratação de dois novos servidores administrativos.

12.3 Obras a construir

O campus possui praticamente toda a infraestrutura física necessária para o funcionamento do Curso. No entanto, foi verificada a necessidade de construção de novas salas de aulas, para atender às demandas de oferta de componentes optativos. A sala da coordenação de curso também necessita de uma reestruturação, com uma sala de atendimento aos alunos.

12.4 Material bibliográfico a adquirir

Não foi indicada pelos docentes a necessidade de aquisição de material bibliográfico adicional.

12.5 Materiais a serem adquiridos

12.5.1 Materiais permanentes

12.5.2 Materiais de consumo

O campus já possui os materiais de consumo necessários para a oferta do Curso.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

CALIARI, Rogério. A presença da família camponesa na Escola Família Agrícola: o caso de Olivânia. 2013. 563 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo/ES, 2013.

CASSIN, Marcos; BEZERRA, Luiz. Número de escolas no campo diminui drasticamente no Brasil. 2017. Disponível em: [https://sistemas.fai.ufscar.br/home/noticia/1089/numero-de-escolas-no-campo-diminui-drasticame#:~:text=Das%20mais%20de%20100%20mil,Norte%20\(14%2C4%25\)](https://sistemas.fai.ufscar.br/home/noticia/1089/numero-de-escolas-no-campo-diminui-drasticame#:~:text=Das%20mais%20de%20100%20mil,Norte%20(14%2C4%25).). Acesso em: 16 jul. 2024.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul./set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>

FARIA FILHO, L. M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. A. B. M. et al. **História da Educação em Minas Gerais** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 54. ed., 2013.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Tecnologias e Educação Escolar: a escola pode ser contemporânea do seu tempo? Educ. Soc., Campinas, v. 42, e252589, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9R9PBy6R5MnBYbXPjVW78h/?lang=pt>. Acesso em 24 jul.2024.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). **Pedagogia**: Ciência da Educação? São Paulo: Cortez, 1998.

RESOLUÇÃO CONSUP/IFES Nº 1/2019, de 11 de março de 2019. Estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

RESOLUÇÃO CONSUP/IFES nº 38 de 13 de agosto de 2021. Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, 2001.

Anexo I: Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IFES CAMPUS ITAPINA

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia é componente curricular obrigatório, de acordo com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, e disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

§ 1º O estágio possibilitará ao licenciando inúmeras oportunidades para que, progressivamente, possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

§ 2º O licenciando, em situação de estágio curricular supervisionado, não será o principal responsável pela regência das aulas, e quando assumir essa função, deverá ser acompanhado do docente regente e supervisionado pelo docente responsável do Campus Itapina.

Art. 2º As atividades do estágio serão desenvolvidas em instituições que ofertam a educação básica e devem promover a associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o futuro profissional do magistério atuará e vinculadas aos diferentes componentes curriculares do curso de licenciatura e ao estágio curricular supervisionado.

Art. 3º O estágio supervisionado deverá ser realizado pelo licenciando com a colaboração de docentes supervisores das instituições de Educação Básica, em cooperação com os docentes do Campus Itapina que atuam na Licenciatura.

Art. 4º As atividades, desenvolvidas no estágio supervisionado, são direcionadas à implementação de projetos integradores de práticas educativas, visando fomentar a integração e o diálogo entre os licenciandos, que estão em formação, e os diversos participantes da comunidade escolar, a fim de possibilitar o protagonismo dos licenciandos, incentivando sua participação ativa em interações com a instituição de Educação Básica, a interação entre os membros da comunidade acadêmica, diálogos formativos acerca da docência, das realidades escolares e dos desafios enfrentados pela educação, a interdisciplinaridade dentro do contexto escolar e a integração entre a formação inicial e a formação continuada dos docentes das instituições de Educação Básica.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do Estágio Supervisionado:

I - Coordenação de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC);

II - Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

III - Docente Orientador do Estágio Supervisionado.

Art. 6º São competências da REC:

- I - Apresentar ao aluno a relação das instituições/empresas conveniadas ou credenciadas para realização do estágio;
- II - Responsabilizar-se pelo Termo de Compromisso de Estágio;
- III - Verificar o cumprimento da carga horária mínima exigida;
- IV - Proceder ao encaminhamento formal do estagiário para o local do estágio, acompanhado do termo de compromisso, com supervisão do docente orientador;

Art. 7º São competências da Coordenação do Curso:

- I - Divulgar este regulamento junto aos alunos do curso;
- II - Indicar docentes que atuam no curso para serem Orientadores de Estágio;
- III - Realizar pelo menos uma reunião semestral para acompanhamento do Estágio Supervisionado.

Art. 8º São competências do Docente Orientador de Estágio:

- I - Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do estágio;
- II - Acompanhar e orientar a confecção do plano de estágio a ser executado pelo aluno estagiário;
- III - Acompanhar, junto às instituições e empresas parceiras, o desempenho dos estagiários de modo a assegurar o seu êxito em toda a dinâmica de estágio;
- IV - Receber e avaliar os relatórios ao final do estágio, discutindo-os com a Coordenação de Curso e a REC;
- V - Realizar os lançamentos necessários para registro dos dados do estágio no Sistema Acadêmico.

Art. 9º Compete ao aluno estagiário:

- I - Solicitar o Estágio Curricular Obrigatório à REC através de requerimento próprio;
- II - Respeitar as regras e normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- III - Representar, condignamente, a Instituição junto aos órgãos conveniados;
- IV - Comparecer, assídua e pontualmente, ao estágio;
- V - Organizar, com a orientação do docente orientador do estágio, uma pasta contendo seu plano de ação, relatórios das atividades desenvolvidas e fichas de avaliação;
- VI - Reportar-se ao docente orientador do estágio sempre que necessário.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 10 O processo de avaliação do estagiário será global, com apuração da carga horária cumprida, das atividades realizadas, mediante apresentação da pasta de estágio, contendo seu plano de ação, relatórios das atividades desenvolvidas e fichas de avaliação.

Art. 11 Para conclusão do estágio supervisionado do curso, o aluno deverá computar a carga horária de 400 (quatrocentas) horas.

Art. 12 O estágio supervisionado será aprovado pelo docente Orientador.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso e/ou Colegiado do Curso.

I - REQUERIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Data:

CNPJ:

Telephone:

Professor Orientador:

Plano de Atividades: (Descrever de forma resumida as principais atividades que realizará no estágio)

Assinatura do aluno

Assinatura do Docente Orientador

Ficha de Avaliação do Estagiário

Telephone:

Nome do Supervisor:

Estagiário:

[illegible]

4 - Organização:									
Execução das tarefas que lhe são atribuídas de forma ordenada e arranjada.									
5 - Assiduidade e pontualidade:									
Frequência e cumprimento do horário de trabalho.									
6 - Disciplina:									
Respeito e acato às normas regulamentares.									
7 - Relacionamento e cooperação:									
Cooperação e bom relacionamento com a chefia e os colegas.									

[illegible]

6 - Disciplina:																							
Respeito e acato às normas regulamentares.																							

[illegible]

Sugestões:

_____ , de _____ de _____

Assinatura e Carimbo do Supervisor de Estágio

Ficha de Autoavaliação do Estagiário

Empresa/Instituição:

Estagiário:

Aspectos a serem considerados:	Totalmente	Parcialmente	Insuficientemente
Segui e apliquei as orientações recebidas para condução do estágio.			
Envolvi -me com as atividades desenvolvidas de forma efetiva.			
Atuei de forma prestativa e eficiente nas tarefas que a mim foram direcionadas.			
Meu estágio foi proveitoso, contribuindo para o meu desenvolvimento profissional.			

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Estagiário

IV - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Relatório Final

Estagiário:

Empresa/Instituição:

Declaro, para os devidos fins, que o aluno acima identificado cumpriu com as atividades curriculares pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado de maneira satisfatória, tendo cumprido _____ horas. E, com base nos relatórios apresentados, seu estágio foi () APROVADO () REPROVADO.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Docente Orientador

Anexo II: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – IFES CAMPUS ITAPINA

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 2º O TCC é de grande importância, na formação do licenciando, porque permitirá a ele alinhar as atividades curriculares com a Pesquisa Científica e/ou Extensão, integrar teoria e prática e exercitar a redação técnico-científica de forma sistematizada, sintetizando as vivências e aprendizagens adquiridas durante o Curso.

Art. 3º Será desenvolvido por meio de monografia com única autoria ou artigo científico com um ou até dois autores.

§ 1º - A matrícula do componente curricular TCC só será efetivada após a conclusão de, no mínimo, 50% da carga horária total dos componentes curriculares obrigatórios e optativos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TCC, previsto na estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFES *Campus* Itapina, a ser cumprido pelo licenciando, tem como objetivos:

I - Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas, durante o Curso, de forma integrada, por meio da produção de monografia, artigo científico solo ou em dupla, portfólio, projeto de intervenção ou produto educacional;

II - Despertar o interesse pela pesquisa como meio de resolução de problemas inerentes à sua atuação profissional;

III - Estimular a construção do conhecimento coletivo;

IV - Estimular a interdisciplinaridade;

V - Estimular a inovação tecnológica;

VI - Estimular o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido;

VII - Estimular a formação continuada.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 5º O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla.

§ 1º O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e/ou pesquisa tecnológica aplicada e/ou um estudo de caso (pesquisa descritiva) e/ou revisão bibliográfica e/ou extensão.

§ 2º É vedada a convalidação de TCC realizado e aprovado em outro curso de graduação.

Art. 6º O TCC, de acordo com a sua natureza, poderá ser classificado em diferentes categorias, a saber:

I. Trabalho de pesquisa científica (pesquisa experimental);

II. Pesquisa tecnológica aplicada (inovação tecnológica);

III. Estudo de caso e/ou extensão (pesquisa descritiva);

IV. Revisão bibliográfica.

§ 1º Nas atividades de pesquisa, o aluno deverá desenvolver seu trabalho baseado em metodologia científica apoiada em levantamento bibliográfico, sendo permitidos estudos, ensaios experimentais, desenvolvimento de protótipos, produtos, tecnologias, patentes, e pesquisa básica ou aplicada.

§ 2º Nas atividades de estudo de caso e/ou extensão, o aluno deverá desenvolver atividades vinculadas ao Curso. O aluno, juntamente com o docente orientador, do IFES *Campus* Itapina, deverá definir uma linha de atuação, visando à solução de um problema relacionado à área da Educação, desenvolvendo o TCC apoiado em pesquisa descritiva com levantamento bibliográfico.

§ 3º Na revisão bibliográfica o aluno deverá apresentar um relatório contendo análise crítica de assunto específico, da área da Educação, por meio de pesquisa feita em revistas científicas, livros, dissertações e teses, com o objetivo de oferecer novas interpretações e trazer informações adicionais.

Art. 7º O TCC deverá ser orientado e supervisionado por um ou mais docentes do campus Itapina, especialistas na área em foco, em se tratando dos temas vinculados à área da Educação, que constará(ão) como orientador(es) do TCC. Os Técnicos Administrativos do campus Itapina, portadores de diploma de curso de graduação com, no mínimo, Mestrado reconhecido pela CAPES, poderão atuar como orientadores do TCC.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES
SEÇÃO I
DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 8º Compete ao Coordenador de Curso:

I – Convocar o colegiado para indicar a comissão de TCC que será formada pelo próprio Coordenador e pelo professor responsável pelo componente curricular de TCC, doravante denominados Professores Responsáveis, que se encarregará das ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso;

II - Providenciar, em consonância com a comissão de TCC, a homologação dos Orientadores;

III - Zelar pelo envio da documentação de avaliação da Banca de TCC, por parte do Docente Orientador, para o devido arquivamento na Coordenação do Curso;

IV - Homologar as decisões referentes ao TCC.

SEÇÃO II
DA COMISSÃO

Art. 9º A Comissão de TCC será formada pelo Coordenador do Curso e dois docentes com, no mínimo, o título de Mestres, indicados pelo Colegiado do Curso.

Art. 10 A comissão deverá ter carga horária compatível para as avaliações e reuniões.

Parágrafo Único. Além da carga horária atribuída pelo componente curricular TCC, serão atribuídas duas (2) horas semanais aos docentes membros da Comissão de TCC.

Art. 11 São atribuições da Comissão de TCC:

I. Reunir-se pelo menos uma vez a cada semestre, para o estabelecimento de plano de trabalho;

II. Estabelecer, em comum acordo com o Colegiado do Curso, as normas gerais para a elaboração do TCC;

- III. Cumprir e fazer cumprir os prazos e demais exigências relativas à elaboração do TCC;
- IV. Aprovar a elaboração de TCCs oriundos de resultados obtidos em outra instituição, de acordo com as normas estabelecidas;
- V. Credenciar orientadores e co-orientadores de TCC;
- VI. Formular cronogramas e estabelecer os contatos necessários com os alunos e orientadores.

SEÇÃO III

DO ORIENTADOR

Art. 12 Entende-se por orientação de TCC todo o processo de acompanhamento do aluno em suas atividades relacionadas à elaboração do projeto, execução do mesmo até a defesa e entrega do TCC.

Art. 13 O acompanhamento dos alunos no TCC será efetuado por um orientador, cuja escolha deverá ser homologada pela Comissão, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do orientador.

§ 1º - O orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do IFES *Campus* Itapina, podendo existir co-orientador(es).

§ 2º - O(s) co-orientador(es) terá(ão) por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser um profissional habilitado com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 14 O orientador do TCC deverá possuir carga horária compatível ao número de trabalhos em orientação.

Art. 15 O número de projetos de TCC por orientador não deve exceder a cinco (5), salvo casos omissos que deverão ser avaliados e aprovados pelo Colegiado.

§ 1º O orientador poderá ser auxiliado em sua tarefa por um co-orientador, desde que justificado.

§ 2º A co-orientação será voluntária, sem carga horária atribuída, devendo ser previamente aceita pela comissão de TCC.

§ 3º Ao orientador será atribuída carga horária conforme resolução vigente do IFES.

Art. 16 Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito, com justificativa, e entregue à comissão de TCC, em até 30 (trinta) dias após o início do respectivo semestre.

Parágrafo único. Caberá à Comissão do TCC analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do orientador.

Art. 17 Compete ao Orientador:

- I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final do TCC;
- II. Encaminhar, à Comissão de TCC, documento constando aceitação do aluno como seu orientando e designar um co-orientador, quando necessário, dando a ele ciência do conteúdo dessas normas;
- III. Elaborar, em conjunto com o aluno, o Projeto de TCC a ser entregue à Comissão do TCC, após a conclusão de, no mínimo, 50% da carga horária total dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, conforme previsto no PPC do Curso;
- IV. Elaborar, juntamente com o aluno, o cronograma para a execução do TCC, respeitando as datas estabelecidas pelas normas;
- V - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos sendo que, caso o aluno não compareça às reuniões, deverá comunicar a situação, por escrito, à comissão de TCC;
- VI. Acompanhar e assegurar o andamento do TCC mantendo permanente contato com o aluno encarregado de sua elaboração, com o eventual co-orientador e com as instituições envolvidas, facilitando a atuação do co-orientador e, se necessário, providenciando sua substituição adequada em

tempo hábil, de forma a permitir que o aluno tenha acesso aos recursos materiais, às informações e às facilidades necessárias à execução do TCC;

VII – Caso convocado, participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Comissão de TCC;

VIII - Participar da banca de avaliação final;

IX - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica;

X - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada;

XI. Informar, por escrito, à Comissão de TCC qualquer restrição de caráter confidencial do TCC;

XII. Indicar, em conjunto com seu orientado, a banca examinadora do TCC, que deverá ser composta por ele mesmo, da qual será presidente, e por dois outros membros, podendo ser professor(es) e/ou profissional(is) de reconhecida competência na área de interesse do trabalho;

XIII. Cumprir e fazer cumprir o que determinam essas normas e outras exigências regulamentares pertinentes;

XIV. Apresentar, à Comissão, o formulário de transferência de orientação em caso de troca de orientador e/ou de co-orientador.

SEÇÃO IV DOS ALUNOS

Art. 18 São obrigações dos alunos:

I. Ter cursado o componente curricular de Metodologia da Pesquisa e Pesquisa Educacional para realizar o TCC I e TCC II;

II. A partir do quinto período do curso, escolher, dentro da área em que possui mais afinidade, uma proposta de TCC e um orientador de reconhecida competência para orientá-lo;

III. Obter aprovação da escolha de sua proposta, por parte do orientador, co-orientador (se houver) e da Comissão de TCC;

IV. Elaborar e apresentar o projeto de TCC em conformidade com este Regulamento;

V. Requerer a sua matrícula na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico;

VI. Apresentar toda a documentação solicitada pela Comissão de TCC e pelo Professor Orientador;

VII. Participar das reuniões periódicas de orientação com o Orientador do TCC;

VIII. Seguir as recomendações do Orientador concernentes ao TCC;

IX. Prestar contas ao orientador e ao co-orientador (se houver), nas datas previstas ou sempre que solicitado, sobre o andamento dos trabalhos;

X. Apresentar, por escrito, ao orientador, o projeto do TCC pormenorizado, confeccionado durante o TCC I, contendo:

a. Introdução: incluindo apresentação do tema proposto, importância e justificativa;

b. Objetivos: descrição sucinta dos objetivos gerais e específicos que pretende alcançar com o trabalho;

c. Revisão Bibliográfica: levantamento bibliográfico de dados a respeito do tema;

d. Material e Métodos: incluindo descrição das tarefas, métodos e técnicas que serão adotados, e do material e/ou equipamentos necessários, ressaltando as medidas já adotadas para elaboração do TCC;

e. Cronograma de execução das atividades;

- f. Orçamento dos recursos necessários (caso houver): descrição das despesas com material de consumo e permanente, transporte e pessoal envolvido para a elaboração do trabalho;
- g. Referências Bibliográficas: listagem da bibliografia citada no texto, que embasa teoricamente o tema e os métodos a serem adotados, seguindo as normas vigentes do IFES/ABNT;
- h. Aprovação do Comitê de Ética, quando necessário;
- i. O projeto deve conter a aprovação do orientador.
- XI. Agendar, junto ao docente responsável pelo componente curricular de TCC, a defesa do TCC com, no mínimo, sessenta (60) dias de antecedência;
- XII. Providenciar, até quinze (15) dias antes da defesa, os exemplares do TCC para os membros da banca examinadora;
- XIII. Cobrir as despesas decorrentes da confecção do TCC e outras que forem necessárias para sua apresentação, tais como transporte, estadia, dispositivos, etc;
- XIV. Obter do orientador, dentro dos prazos viáveis, aprovação para todas as eventuais modificações que se fizerem necessárias para a elaboração do TCC;
- XV. Enviar o arquivo, de forma eletrônica, com o trabalho corrigido, para elaboração da ficha catalográfica, seguindo as instruções disponíveis no endereço eletrônico: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/276-coordenadoria-de-biblioteca/17445-procedimentos-para-entrega-de-tcc-monografia>
- XVI - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos em calendário acadêmico;
- XVII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, dentre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico;
- XVIII. Cumprir estas normas e demais exigências correlatas.

CAPÍTULO V

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

SEÇÃO I

DA MATRÍCULA

Art. 19 A matrícula no componente curricular de TCC será operacionalizada pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus, conforme período regular de matrícula estabelecido pelo calendário letivo do Campus.

§ 2º A matrícula em TCC somente poderá ser efetuada após a aprovação do aluno nos componentes curriculares que compõem os pré-requisitos previstos na matriz curricular do Curso.

§ 3º O componente de TCC será ofertado de forma contínua dentro do ano letivo vigente.

SEÇÃO II

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 20 O acompanhamento aos trabalhos será feito por meio de reuniões, com periodicidade mínima mensal, previamente agendadas entre orientador e orientando.

Parágrafo único – A responsabilidade de orientação do aluno é do orientador.

CAPÍTULO VI

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

SEÇÃO I

DO TCC

Art. 21 O TCC caracteriza-se pela execução de projeto, de acordo com as possibilidades descritas no artigo 6º, sendo a defesa final, com apresentação oral perante a banca examinadora e entrega da versão final do TCC, realizada conforme o prazo estabelecido neste Regulamento.

Art. 22 São condições necessárias para aprovação em TCC:

I - Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo professor responsável do componente curricular;

II - Entrega do TCC, por escrito, segundo as “Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento digital” do Instituto Federal do Espírito Santo, visando à padronização, à estruturação do trabalho e à apresentação gráfica do texto;

III - Aprovação em apresentação pública oral do Trabalho de Conclusão de Curso, aberto à comunidade universitária.

Art. 23 O docente responsável pelo TCC definirá as possíveis datas para realização da apresentação oral, sendo estas apresentadas aos alunos na primeira semana letiva, para conhecimento e consentimento de todos os interessados.

Art. 24 A apresentação oral constitui-se em requisito obrigatório para aprovação no TCC e será realizada em forma de seminário público.

§ 1º O aluno terá de 15 a 20 minutos para apresentação oral de seu trabalho, sendo que, após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora terá até 20 minutos para fazer quaisquer perguntas pertinentes ao trabalho apresentado.

§ 2º Após a defesa, a banca reunir-se-á em particular para decidir a aprovação ou não do TCC e a nota a ser atribuída ao aluno.

§ 3º No caso do TCC ser aprovado com modificações estas deverão ser providenciadas pelo aluno e revisadas pelo orientador e a versão final entregue no prazo previsto neste Regulamento.

Art. 25 Uma banca examinadora composta por três membros, previamente constituída, realizará a avaliação da exposição das atividades desenvolvidas pelo licenciando.

§ 1º A avaliação final do TCC será feita por uma banca composta por pelo menos 3 (três) membros, incluindo o Orientador, podendo contar com a participação de membros externos de forma remota, desde que homologada pela Comissão de TCC.

§ 2º As defesas de TCCs deverão ocorrer de forma presencial, com a presença do aluno e do docente orientador, sendo permitido que apenas os membros da Banca Avaliadora participem remotamente, de acordo com a Resolução Consup/IFES nº 215, de 15 de dezembro de 2023, que normatiza a oferta de carga horária à distância nos cursos presenciais de graduação do Ifes.

§ 3º Em caso de impedimento do Orientador em participar da apresentação, a Comissão de TCC indicará um professor substituto.

Art. 26 A etapa de desenvolvimento do TCC e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período letivo.

Parágrafo único. Caso o aluno não tenha concluído com êxito o TCC, durante o período letivo, deverá matricular-se novamente para cursar esse componente, de forma integral.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 27 O aluno de TCC será avaliado por meio do trabalho escrito, com a ciência e aprovação do orientador.

Art. 28 A não entrega do trabalho escrito ao orientador e aos membros da banca, dentro do prazo previsto, implica em impedimento de sua apresentação e, conseqüentemente, todas as penas decorrentes desse impedimento.

Art. 29 Casos omissos serão analisados pela Comissão de TCC, que será responsável pela decisão final.

Art. 30 O aluno estará sujeito à aprovação ou à reprovação quanto ao seu desempenho em relação ao trabalho desenvolvido, ao relatório final e ao cumprimento das normas do TCC.

Art. 31 Cada membro da Banca, ao avaliar o aluno, deverá levar em consideração as apresentações escrita e oral do TCC, sendo que, dentre os critérios a serem levados em conta, estão: aspectos formais do trabalho (estrutura, redação, apresentação gráfica e formatação) e aspectos de conteúdo (metodológicos conceituais: domínio temático, domínio técnico-metodológico).

Art. 32 Terminadas as arguições a Banca Examinadora se reunirá para avaliação final do TCC, apresentando, em comum acordo, um conceito final: Aprovado, Aprovado com correções ou Reprovado.

Art. 33 É de responsabilidade do Orientador a verificação da realização das alterações sugeridas pela Banca, bem como do conteúdo do TCC a ser submetido à defesa, sendo que, posteriormente, o Orientador será responsável pelo depósito do material junto à Biblioteca do Campus, seguindo as orientações previstas na Portaria nº. 1.709, de 21 de outubro de 2021, em seu artigo 1º, que dispõe sobre o Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Art. 34 A entrega do TCC fora do prazo fixado acarretará ao aluno a reprovação no componente curricular TCC, impedindo-o de obter o título de Licenciado em Pedagogia e, conseqüentemente, de participar das solenidades de Colação de Grau.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via TCC disponibilizado na Biblioteca e na Internet e, caso o orientador julgue necessário, os membros da Banca e o docente responsável pelo componente curricular assinarão termo de sigilo.

Art. 36 Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações deverá ser firmado termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa ou organização na publicação do trabalho.

Art. 37 Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela Comissão de TCC.

Art. 38 O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia será responsável pela:

I. Modificação do presente Regulamento, obedecidos os trâmites legais vigentes;

II. Resolução dos casos omissos no presente regulamento, dando o devido encaminhamento aos órgãos competentes, quando a correspondente decisão ultrapassar a sua esfera de ação.